

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## Índice

O debate que falta sobre o Código Florestal. Cândido Grzybowski – Carta Maior. 01/09/2012.....	6
Ministra culpa base aliada por mudança na MP. Alfredo Junqueira – O Estado de São Paulo. 01/09/2012 .....	7
Noruega aguarda projetos viáveis para liberar US\$ 1 bi para Amazônia. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 01/09/2012.....	8
Ruralistas fazem com que mais 44 milhões de hectares fiquem sem recuperação. Nathália Clark – Site do MST. 03/09/2012 .....	9
Governo aposta em divisão de ruralistas para manter MP. Fernando Exman, Tarso Veloso e Daniela Martins – Valor Econômico. 03/09/2012 .....	10
Vale encomenda novo estudo para hidrovias no Tocantins. Vanessa Dezem – Valor Econômico. 03/09/2012 .....	12
Lento adeus ao Código Florestal. Raul Silva Telles do Valle – Site do MST. 04/09/2012 .....	13
MMA estuda práticas de nove entidades e empresas para fomentar a conservação ambiental. Lucas Tolentino. Site do MMA. 04/09/2012 .....	18
Câmara deve votar hoje MP que complementa novo Código Florestal – Site da CNA. 05/09/2012.....	18
Piauí lança Grupo Gestor Estadual do Programa ABC – Site do MAPA. 05/09/2012 .....	19
"Os novos dispositivos do Código praticamente anulam sua eficácia" – Site do MST. 05/09/2012.....	20
Empresas brasileiras reduzem nível de emissão de gases. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 05/09/2012 .....	21
Lei florestal corre risco de 'buraco negro', diz ruralista – Erich Decat – Folha de São Paulo. 05/09/2012 .....	22
Classificação de terras para irrigação é apresentado na Câmara Setorial. Mônica Bidese – Site do MAPA. 06/09/2012 .....	23
Projetos de educação ambiental executados em diferentes regiões apresentam resultados positivos. <i>Letícia Verdi</i> – Site do MMA. 06/09/2012 .....	24
Legado devastado. Marina Silva - Folha de São Paulo. 07/09/2012 .....	25
Embrapa promove seminário sobre Manejo Florestal na Amazônia – Site do MAPA. 08/09/2012.....	26
Processo de desertificação é consequência, entre outros aspectos, do uso inadequado dos recursos florestais. Sophia Gebrim – Site do MMA. 10/09/2012 .....	27
Deixem o Brasil produzir e preservar. Homero Pereira – Folha de São Paulo. 10/09/2012.....	28
Mais uma capacitação do Projeto Biomas na Mata Atlântica – Site da CNA. 11/09/2012 .....	29
FAMASUL alinha com Ibama ações relativas à nova legislação ambiental – Site da CNA. 11/09/2012 .....	30
Movimentos sociais consideram Política Nacional de Agroecologia insuficiente. Viviane Tavares – Site do MST. 12/09/2012.....	30

Ministra fala sobre a importância de um novo indicador de desenvolvimento que, além de medir riquezas e custos, também trabalhe com as questões ambientais. Rafaela Ribeiro e Paulenir Constâncio – Site do MMA. 12/09/2012 .....	32
Agricultura de Precisão é modelo de conservação ambiental com produção agrícola – Site da CNA. 12/09/2012 .....	33
Agricultura de precisão para todos – Site da CNA. 12/09/2012 .....	34
Busca Ativa realizada em Belém dá prioridade para as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. Carlos Américo – Site de MMA. 13/09/2012 .....	36
Posição do MAB frente ao pacote de energia elétrica do governo – Site da CPT. 13/09/2012.....	36
Sem acordo, governo admite novo projeto para lei florestal. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo. 13/09/2012.....	38
Indenização do governo será limitada a 10 usinas. Anne Warth – O Estado de São Paulo. 14/09/2012.....	38
Arcaico e moderno. Katia Abreu – Folha de São Paulo. 15/09/2012 .....	39
País elevará emissão de CO2 com hidrelétricas sem reservatórios. Danielle Nogueira – O Globo. 16/09/2012.....	41
Ex-capital do gado vira rainha da celulose. Mariana Aragão – Folha de São Paulo. 16/09/2012.....	42
Plano Nacional para produção orgânica está sendo delineado – Site do MAPA. 17/09/2012.....	43
Projeto bilionário prevê extração de ouro no Xingu. André Borges – Valor Econômico. 17/09/2012.....	44
Grupo canadense quer extrair ouro ao lado de Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 17/09/2012 .....	45
Deputados tentam se reunir hoje para votar MP do Código Florestal – Site da CNA. 18/09/2012.....	46
Câmara dos Deputados aprova Medida Provisória do Código Florestal – Site da CNA. 18/09/2012.....	47
Agronegócio avança sobre as florestas brasileiras - Najjar Tubino. Site do MST. 18/09/2012.....	48
“MT é recordista de desmatamento. Tudo isto para produção de soja” – Site do MST. 18/09/2012.....	53
MT promove curso de capacitação de multiplicadores do Plano ABC – Site do MAPA. 18/09/2012.....	56
Solução agroambiental. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 18/09/2012 .....	57
Câmara aprova MP do Código Florestal – Site do MAPA. 19/09/2012 .....	59
Projeto Brasil Orgânico e Sustentável é apresentado na Bahia. Site do MDA. 19/09/2012.....	60
Metamorfose necessária. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 18/9/2012.....	60
Desmate em áreas protegidas no Pará fica sem punição. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 19/09/2012 .....	62

Câmara aprova Código Florestal que beneficia grandes donos de terra. Denise Madueño – O Estado de São Paulo. 19/09/2012.....	63
Código Florestal: ruralistas vencem na Câmara – O Globo. 19/09/2012 .....	64
MME entra na discussão da mina de ouro em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 19/9/2012 .....	65
Câmara aprova medida com norma mais frouxa para o reflorestamento. Erich Decat – Folha de São Paulo. 19/9/2012.....	67
Acordo leva Câmara a aprovar MP do Código Florestal. Daniela Martins e Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/09/2012 .....	68
Quando as hidrelétricas são fato consumado – Site da CPT. 20/09/2012.....	69
FAET participa da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional do Tocantins – Site da CNA. 20/09/2012 .....	71
MMA mostra aos empresários a necessidade de se planejar a ocupação do território brasileiro, na sua amplitude continental, costeira e marinha. Sophia Gebrim – Site do MMA. 20/09/2012 .....	72
Vácuo florestal. Editorial – Folha de São Paulo. 20/09/2012 .....	73
Quando as hidrelétricas são fato consumado. Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo. 20/09/2012.....	73
Usina traz dinheiro e escândalos a Vitória do Xingu. Caio Junqueira – Valor Econômico. 20/09/2012.....	75
Cidade-sede de Belo Monte vive sucessão de denúncias. Caio Junqueira – Valor Econômico. 20/09/2012 .....	75
Mineração na Amazônia divide políticos e ativistas. Diana Kinch – Valor Econômico/ The Wall Street Journal. 20/09/2012.....	79
Governo quer mudar lei florestal sem Congresso. Erich Decat e Natuza Nery – Folha de São Paulo. 20/09/2012 .....	80
Pescadores paralisam obras de barramento do Xingu – Site do CPT. 21/09/2012.....	81
FAET prega valorização do Setor Primário para o desenvolvimento regional. Site da CNA. 21/09/2012.....	82
Silvicultura traz benefícios ambientais e econômicos para Mato Grosso do Sul - Site da CNA. 21/09/2012.....	83
Às escondidas. Marina Silva – Folha de São Paulo. 21/09/2012 .....	83
Petrobras deixa poço no Amapá após desastre com plataforma. Bruno Rosa Ramona Ordoñez – O Globo. 21/09/2012 .....	84
Delegação do Vietnã conhece técnicas de produção orgânica no RJ – Site do MAPA. 22/09/2012.....	85
Usina no coração da floresta. Cleide Carvalho - O Globo. 23/09/2012.....	86
Hidrelétricas na Amazônia opõem procuradores ao governo federal. Cleide Carvalho – O Globo. 23/09/2012.....	88
Mapa promove encontro para discutir Projeto de Regionalização – Site do MAPA. 24/09/2012.....	90

Agenda para 2013 da SEDR inclui consolidação do Cadastro Ambiental Rural e ampliação do Bolsa Verde. Sophia Gebrim – Site do MMA. 24/09/2012 .....	91
Canadenses vão propor parceria em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 24/09/2012.....	95
Parque nacional já nasce sob pressão da indústria. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 24/09/2012.....	96
Roça vira destino turístico em SC. Gisele Paulino – Valor Econômico. 24/09/2012 .....	97
Encontro nacional de Plantio Direto na Palha – Site da CNA. 25/09/2012.....	99
Senado se reúne hoje para votar MP do Código Florestal – Site do CNA. 25/09/2012 .....	100
Senado aprova projeto de lei de conversão que complementa novo Código Florestal – Site do CNA. 25/09/2012.....	101
Grupo gestor do Plano ABC é instituído no ES – Site do MAPA. 26/09/2012.....	103
Novas hidrelétricas vão alagar área equivalente a dez capitais. Daniel Rittner e André Borges – Valor Econômico. 26/09/2012 .....	104
MP do Código Florestal aprovada no Senado deve sofrer vetos de Dilma. Rosa Costa – O Estado de São Paulo. 26/09/2012.....	105
Senado aprova MP do Código Florestal. Daniela Martins e Tarso Veloso – Valor Econômico. 26/09/2012 .....	106
Novo Código Florestal na estrutura agrária brasileira. Gerson Teixeira – Valor Econômico. 26/09/2012 .....	107
Ruralistas vencem, e Senado aprova novo Código Florestal – O Globo. 26/09/2012.....	109
Senado aprova MP sobre Código Florestal – Folha de São Paulo. 26/09/2012 .....	111
MT receberá projeto piloto de pecuária sustentável – Site do MAPA. 27/09/2012 .....	112
Insegurança florestal. Editorial – Folha de São Paulo. 27/09/2012.....	112
Rumos do agronegócio brasileiro. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 27/09/2012.....	113
Código Florestal pode ter novo round na Justiça. Erich Decat – Folha de São Paulo. 27/09/2012.....	115
Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável – Site da CNA. 27/09/2012.....	116
Meio ambiente e agricultura no novo Código Florestal. Antonio de Azevedo Sodré – Valor Econômico. 27/09/2012 .....	118
Aprovação do Código Florestal acabará com a insegurança jurídica no campo, diz Mendes – Site do MAPA. 28/09/2012 .....	120
Terra indígena é peça-chave de licenciamento, mostra estudo. André Borges – Valor Econômico. 28/9/2012 .....	121

**O debate que falta sobre o Código Florestal. Cândido Grzybowski – Carta Maior.  
01/09/2012**

O debate sobre o novo Código Florestal está restrito aos limites dados pelo agronegócio, entre o que seus promotores acham aceitável para continuar se expandindo e o que a sociedade é capaz de suportar, sem nada mudar no rumo já traçado. A mudança legal do Código Florestal é determinada por uma velha agenda desenvolvimentista, hegemônica pelos grandes interesses e forças econômicas envolvidas na cadeia agroindustrial, um dos pilares do Brasil potência emergente. O artigo é de Cândido Grzybowski.

No debate sobre o novo Código Florestal, os dilemas sobre que Brasil o mundo precisa e o que estamos dispostos a construir como nação numa perspectiva de sustentabilidade e justiça social, com democracia, ficam em segundo plano. O debate está restrito aos limites dados pelo agronegócio, entre o que seus promotores acham aceitável para continuar se expandindo e o que a sociedade é capaz de suportar, sem nada mudar no rumo já traçado. Na verdade, como questão pública e política, a mudança legal do Código Florestal é determinada por uma velha agenda desenvolvimentista, hegemônica pelos grandes interesses e forças econômicas envolvidas na cadeia agroindustrial, um dos pilares do Brasil potência emergente. Tudo que se fará não será no sentido de uma mudança de rumo, mas de flexibilização de regras e condutas para continuar destruindo.

Por que? Por que a destruição ambiental não figura como questão neste debate? Por que é tão difícil discutir nossa responsabilidade no uso do imenso patrimônio natural que herdamos como país? Afinal, a biodiversidade – e floresta é um grande celeiro de biodiversidade – é um dos bens comuns mais centrais para a existência da vida, da humanidade. Os sistemas naturais de reprodução de todas as formas de vida no planeta Terra passam pela biodiversidade das florestas. O ciclo da água, este bem comum sem o qual nenhuma vida existe, depende das florestas. Floresta é vida!

Estamos contaminados por um ideal de desenvolvimento industrial produtivista voltado à acumulação, ao lucro, não à produção de bem estar e felicidade. Tudo é feito para crescer, crescer sempre e sem limites, quanto mais rápido melhor. Crescem os negócios, gera-se riqueza que destrói e exclui, o luxo e o lixo. Quanto mais crescemos, mais destruímos, criamos mais lixo do que bens. Socialmente, a lógica deste sistema não é satisfazer necessidades humanas, mas criar um tipo de riqueza ditada pela acumulação, causa da pobreza ao mesmo tempo.

De forma desigual acumulamos, mesmo que na rabeira todos estejamos contaminados pelo ideal de acessar a mais bens. Não nos interrogamos do sentido de tais bens materiais, que são feitos para ter vida curta e precisam ser substituídos logo mais, tudo para que a produção e as vendas continuem a crescer e os capitais investidos continuem acumulando. No final da linha, muita destruição e injustiça social.

No centro de tudo, a relação desta economia com os sistemas naturais. Para viver, é evidente que precisamos extrair da natureza os meios que nos mantêm vivos. Mas,

como o fazemos? Podemos simplesmente extrair sem limites, sem preocupação com a integridade dos sistemas naturais, nosso bem comum maior, com o qual interagimos? Existe sustentabilidade da vida humana sem sustentabilidade dos sistemas naturais?

O modelo industrial produtivista, que está no centro do agronegócio, não se move pela sustentabilidade da vida, de toda vida, destas e de futuras gerações. O critério é a acumulação, não a vida ou a preservação dos bens comuns. Seu motor é a conquista e dominação, herança deixada pela colonização. Hoje, continuamos a empreitada da colonização, conquistando terras, subjugando e expulsando os que vivem nelas, destruindo as suas florestas. Enquanto houver terras para conquistar, o colonialismo interno vai nos empurrar no caminho da destruição de matas e rios, não respeitando outros modos de organização e vida. Neste modelo de colonização das florestas, não importa que para plantar mil hectares de soja seja preciso destruir uma floresta de 1 mil hectares, mesmo se para a soja sejam necessários toneladas de agrotóxicos para protegê-la da biodiversidade teimosa do lugar, vista como “ervas daninhas”.

É neste quadro que o debate do Código Florestal deveria ser feito. Além disto, deveríamos levar em conta que decisões sobre o uso de florestas do Brasil afetam o equilíbrio ambiental do planeta inteiro e comprometem a vida de futuras gerações, a começar pelos nossos netos e seus filhos. No entanto, estamos vendo o imediato, o tamanho de nossa agricultura, suas exportações e as divisas que geram ao país. Decididamente, estamos comprometendo o nosso futuro e o do planeta junto.

Falta-nos muita grandeza neste debate. Não pensamos que o caminho para o futuro passa por recriar bases de sustentabilidade da vida. Preservar e recuperar as nossas florestas é uma condição indispensável neste sentido. Mas parece que não optamos pelas florestas e pela vida. Optamos pelo caminho mais curto de crescimento, que tem como pressuposto o velho modelo primário exportador, que nos torna dependentes de potências industriais e grandes destruidores ambientais.

Não é este o Brasil emergente que o mundo precisa e que quem luta por democracia e justiça social quer. O drama é que nossa política e, com ela, nossos sonhos e desejos coletivos estão aprisionados pelo corporativismo do agronegócio. O velho latifúndio comanda no Congresso Nacional, na casa que deveria representar o Brasil em sua diversidade e complexidade. Só mais democracia pode nos levar a superar este dilema.

---

### **Ministra culpa base aliada por mudança na MP. Alfredo Junqueira – O Estado de São Paulo. 01/09/2012**

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, responsabilizou ontem a base aliada no Congresso pela alteração do texto da medida provisória do Código Florestal, que foi aprovada por unanimidade pela comissão mista do Congresso Nacional na quarta-feira passada.

Ela e a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, foram cobradas pela presidente Dilma Rousseff em bilhete escrito durante a reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na quinta-feira à tarde. A bronca foi flagrada por fotógrafos, que registraram o texto escrito pela presidente. Dilma as questionou sobre o suposto acordo celebrado no Congresso sem o seu conhecimento.

"Foi um acordo feito por parlamentares da base do governo. Ela (a presidente Dilma) pediu esclarecimentos e eles foram dados", afirmou a ministra, que disse já ter recebido outras cobranças da presidente por bilhetes. "Ela manda muitos bilhetes e e-mails."

Após participar de evento no Jardim Botânico do Rio, Izabella declarou que espera que a votação em plenário restabeleça o texto original da medida provisória elaborada pelo governo. A ministra foi questionada se havia problemas entre o governo e seus deputados e senadores aliados. "Não sei se a base está desafinada com o governo. Simplesmente houve um esforço da base, ou de parte da base, para preservar a medida provisória."

O acordo entre a base do governo e a bancada ruralista mudou alguns parâmetros de recuperação de margens de rios desmatadas propostas pelo governo - uma das principais polêmicas da reforma do Código Florestal.

O objetivo era estabelecer faixas de recuperação de acordo com o tamanho das propriedades. Com a mudança no texto, houve uma flexibilização, diminuindo a área a ser recuperada.

---

### **Noruega aguarda projetos viáveis para liberar US\$ 1 bi para Amazônia. Jamil Chade – O Estado de São Paulo. 01/09/2012**

Grande parte do dinheiro que a Noruega prometeu dar ao Brasil para ajudar a preservar a Floresta Amazônica há quatro anos ainda está nos cofres de bancos do país escandinavo, esperando que projetos de qualidade sejam identificados para que os desembolsos possam ser realizados. Em 2008, o governo de Oslo prometeu US\$ 1 bilhão ao Brasil para ajudar a frear o desmatamento. Desde então, menos de 10% do dinheiro foi utilizado.

Em entrevista ao Estado, o ministro de Meio Ambiente da Noruega, Baard Vegar Solhjell, manda recado claro ao Brasil, justamente num momento de definição da política florestal. "Enquanto o Brasil mostrar resultados no combate contra o desmatamento, haverá dinheiro. Isso eu posso garantir. Há muito mais que podemos dar."

O país de pouco mais de 4 milhões de habitantes, que em poucas décadas se transformou em um oásis de prosperidade graças ao petróleo, decidiu usar parte dos recursos para frear o desmatamento na Amazônia, assim como no Congo e na Indonésia.

Hoje, porém, o principal obstáculo para a liberação do dinheiro não é nem a indefinição sobre o Código Florestal nem a pressão pela diminuição de áreas protegidas - e sim a dificuldade de identificar projetos bem estruturados, que possam usar os recursos de uma forma eficiente e com resultados, condições impostas pelos noruegueses para liberar os recursos.

Por enquanto, cerca de US\$ 425 milhões foram liberados. Mas, desse total, nem mesmo US\$ 100 milhões chegaram de fato ao Brasil. "Mais da metade do dinheiro ainda está nos bancos", admitiu o ministro. "Estamos esperando por projetos de qualidade."



Um relatório preparado pelo governo norueguês em 2011 identificou esse problema como um dos obstáculos mais críticos para que a cooperação de fato avançasse e apontou como ONGs, governos estaduais e outros atores têm criticado o BNDES pela burocracia que criou para aprovar projetos.

"Organizações da sociedade civil, associações comunitárias, organizações do setor privado e governos estaduais, que se veem como atores centrais e beneficiários, estão frustrados com as limitações, complexidade e falta de transparência nesses processos", diz o relatório oficial. "Como resultado dessas complicações, não foi possível para muitas organizações pedir ou ter sucesso em seus pedidos ao Fundo", prossegue. "O Fundo Amazônia tem enfrentado sérios problemas em seu esforço para distribuir de forma eficiente os fundos", constatou. O BNDES reagiu (mais informações nesta página).

Segundo o ministro, o governo brasileiro tem feito importantes esforços e mudanças substanciais desde o ano passado para que esse obstáculo seja superado. "O governo está comprometido com a busca de projetos de qualidade", indicou.

O governo norueguês faz rasgados elogios ao avanço da política brasileira em termos de meio ambiente e aponta que as conquistas do Brasil na redução do ritmo do desmatamento entre 2004 e 2011 foram a maior contribuição em termos de economia de emissão de CO2 do mundo, equivalente a tudo o que a Alemanha emitiu em CO2 nesse período. "O Brasil vem mostrando resultados excelentes e estamos muito impressionados. Trata-se do maior esforço de redução de emissão de CO2 hoje feito pela humanidade", disse Solhjell.

Questionado sobre o Código Florestal, o norueguês adota um tom diplomático. "Esse é um tema importante na agenda. Não sabemos ainda o que sairá dessa lei. Mas temos confiança de que as autoridades brasileiras vão buscar a elaboração de um Código que seja adequado", disse.

---

### **Ruralistas fazem com que mais 44 milhões de hectares fiquem sem recuperação. Nathália Clark – Site do MST. 03/09/2012**

O governo comandou mais um tratoração no debate do Código Florestal no Congresso. Em nome de um "entendimento possível", fez concessões graves à bancada ruralista durante a votação da Medida Provisória editada pela presidente Dilma Rousseff. O Planalto vem negociando tudo em nome de um equilíbrio que na prática não existe, mas na verdade aprovaram um texto que corrobora com a possibilidade de novos desmatamentos, com a redução de áreas hoje protegidas e com a anistia a quem cometeu crimes ambientais.

No jogo de cena desta quarta-feira, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) brilhou como o nome que conseguiu o consenso entre os parlamentares. Em uma postura declaradamente contraditória e ardilosa, depois de ter ido contra a posição do governo na votação da emenda que retirava proteção de rios intermitentes (que secam durante sete meses), o lobo vestiu a pele de cordeiro e convenceu a ala ruralista mais radical a ceder "em nome da unanimidade".

O grupo liderado pelos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Abelardo Lupion (DEM-PR) estava irredutível e desfavorável à proposta do governo de abrir nova votação para a desastrosa emenda dos rios temporários, aprovada no último dia 8.

Com a máscara de salvadora da pátria - ou melhor, da lavoura -, Kátia Abreu, numa jogada orquestrada com outros parlamentares, sugeriu uma troca traiçoeira, que compromete mais de 40 milhões de hectares de matas. O governo conseguiria a unanimidade necessária para reverter a votação da emenda, mas para isso estenderia benefícios para as médias propriedades, que antes eram exclusivos das pequenas propriedades.

E assim se deu. O limite mínimo de 20 metros para recuperação das Áreas de Preservação Permanente em beiras de rios com até dez metros de largura para propriedades com mais de 15 módulos rurais foi diminuído para 15 metros. Isso quer dizer que, agora, fazendas de quatro a quinze módulos – ou seja, pequenos e médios produtores – têm o mesmo tratamento.

De acordo com um cálculo do Ministério do Meio Ambiente, presente na sessão, com essa nova norma, pelo menos mais 44 milhões de hectares ficarão sem recuperação. Além disso, para propriedades acima de 15 módulos, o limite mínimo de recomposição passa de 30 para 20 metros. Essas foram apenas algumas das principais maldades da conta que o governo se propôs a pagar.

Encerrada a votação na Comissão Mista, agora o texto será levado aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Mas o destino das florestas já está traçado. Resta à sociedade mostrar que não concorda com o Congresso e não partilha do “consenso” que o governo acredita ter conquistado. Os políticos mostraram que não há diálogo possível. A única chance para reverter esse cenário é a lei do Desmatamento Zero.

---

### **Governo aposta em divisão de ruralistas para manter MP. Fernando Exman, Tarso Veloso e Daniela Martins – Valor Econômico. 03/09/2012**

*Caiado: "Como o governo rechaçou o acordo feito na comissão mista, a análise da proposta terá que ser refeita"*

Pressionado por divisões na bancada ruralista, o governo Dilma Rousseff sabe que corre o risco de enfrentar novas derrotas na tramitação da medida provisória que trata do Código Florestal e já trabalha com a possibilidade de a MP caducar. O relatório aprovado na comissão especial mista do Congresso precisará ser apreciado pelos plenários da Câmara e do Senado antes de 8 de outubro. Enquanto calcula o impacto das modificações realizadas pelo colegiado num acordo que foi desautorizado pela presidente, o Executivo busca consolidar o apoio de uma parte da bancada ruralista para manter as regras previstas no texto original da medida provisória.

O governo, no entanto, encontra forte resistência da ala "mais radical" dos parlamentares ligados ao agronegócio. Líderes do segmento trabalham pela união da bancada, caso o governo resolva endurecer nas negociações. As mudanças feitas pela comissão aumentaram os benefícios dos grandes e médios produtores rurais, assim

como a Câmara havia feito antes de Dilma vetar o Código Florestal aprovado pelo Congresso.

"O governo, em certas circunstâncias, tem o dom de complicar as coisas", criticou o presidente da União Democrática Ruralista", Luiz Antonio Nabhan Garcia, para quem o governo cedeu às pressões de organizações não governamentais estrangeiras e a países que querem reduzir a produtividade da agropecuária nacional. "Ela [bancada ruralista] tem uma divisão. Mas, se o governo não ceder, vai tomar outra surra. Se existe radicalismo, existe da parte do governo e da bancada ambientalista. Este governo tem a mania de empurrar goela abaixo. Quem vota com ele é bonzinho. Quem não vota é radical?"

Em público, os articuladores políticos do governo evitam ameaçar o Congresso com novos vetos. Auxiliares da presidente não escondem, porém, que o Executivo mantém a disposição de impedir a concessão de anistias a desmatadores e a aprovação de dispositivos que permitam o aumento do desmatamento no país.

Em maio, ao vetar trechos do projeto que havia sido aprovado pelo Parlamento e publicar uma medida provisória com mudanças no Código Florestal, o governo fixou regras obrigando que os produtores rurais preservem e recuperem áreas de proteção ambiental de forma proporcional ao tamanho de suas propriedades. A aposta do governo era justamente provocar um racha na bancada ruralista, uma vez que a maior parte dos produtores detém pequenas propriedades. No entanto, até agora não conseguiu votos suficientes para manter suas posições.

Os avanços das conversas de uma ala da bancada ruralista com o governo coincidiram com a aproximação entre o Palácio do Planalto e a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Para algumas lideranças ruralistas, porém, o objetivo da parlamentar é credenciar-se para virar ministra de Estado, movimento com potencial de reduzir a margem de negociação do setor.

O racha da bancada ruralista ficou evidente durante a discussão da MP 571 na comissão especial mista do Congresso. O entendimento desautorizado por Dilma foi obtido após sete horas de negociações na quinta-feira, quando os integrantes do colegiado redigiram um novo texto para substituir o acordo fechado no dia 12 de junho. Sem o acerto, as emendas seriam votadas individualmente. E o governo dificilmente venceria a bancada ruralista.

Mas os deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO), vice-líder do DEM, integrante da cúpula ruralista e ex-presidente da UDR, Bernardo Santana (PR-MG) e Abelardo Lupion (DEM-PR) não concordaram. Durante os discursos, Kátia Abreu chegou a pedir "pelo amor de Deus" para que Caiado mudasse de ideia. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD-MT), e o ex-presidente da FPA, Moreira Mendes (PSD-RO), também apelaram ao colega. Em determinado momento, mais de 15 pessoas foram ao redor do deputado tentar demovê-lo. O impasse permaneceu até que a mudança nas APPs foi proposta pela presidente da CNA.

A insatisfação de Dilma com o resultado da votação na comissão do Congresso foi evidenciada em uma cerimônia pública na última semana, quando a presidente enviou

um bilhete questionando as ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) se a decisão dos parlamentares havia sido acertada com o Executivo. Ambas apressaram-se a dizer que o governo não concordara com o texto. Na sequência, diversos parlamentares também passaram a tentar se desvincular do entendimento alcançado.

Na sexta-feira, por exemplo, o líder do governo no Senado Federal, Eduardo Braga (PMDB-AM), negou que tenha participado de qualquer acordo. "Desde o início, trabalhamos para que o texto-base da MP fosse aprovado", assegurou o senador.

Num contra-ataque, Caiado chegou a ameaçar tentar anular a votação. "Como o governo rechaçou oficialmente o acordo feito na comissão mista que viabilizou a votação do tema, a análise da proposta terá que ser refeita", disse. "Estou encaminhando ofício ao presidente do Congresso para que, diante desse golpe que fomos vitimados, continuemos então a votação na comissão especial a partir de terça-feira. Em momento que o acordo é descumprido, não podemos aceitar que a etapa da comissão especial esteja vencida."

A iniciativa não conta com a adesão da maioria da bancada ruralista. Mesmo assim, os parlamentares ligados ao setor já falam em unir esforços no plenário da Câmara. "Vai acontecer o que não gostaria [o embate], e a chamada bancada ruralista, mordida, com seu calo doendo, vai se juntar outra vez e derrubar o governo. O mais contundente com o Caiado fui eu, e estou dizendo que fica zerado [indisposição entre os ruralistas] se tiver tentativa de intervenção do governo", afirmou Moreira Mendes. "O ruim é se cair a MP, é o pior dos mundos. Seria uma insegurança jurídica absoluta."

---

### **Vale encomenda novo estudo para hidrovía no Tocantins. Vanessa Dezem – Valor Econômico. 03/09/2012**

Um estudo encomendado pela Vale a uma consultoria americana deve colocar fim na questão logística que impede até agora a aprovação do projeto siderúrgico da empresa no Pará. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, em novembro a companhia entrega um estudo sobre a construção de uma hidrovía no rio Tocantins ao governo federal e, se ele for aprovado, poderá estar vencido um dos principais entraves para a viabilização da Aços Laminados do Pará (Alpa).

O investimento do governo na hidrovía é um dos pontos cruciais para que o projeto Alpa avance, pois é parte da infraestrutura necessária para a companhia receber a matéria-prima para o aço e escoar o produto siderúrgico.

E o governo tem mostrado interesse em acelerar esse processo: a hidrovía vai estar no planejamento governamental de 2013. "Em reunião com o governo, eu tive a confirmação de que a construção da hidrovía vai entrar no orçamento do ano que vem", afirmou ao Valor, o secretário da Indústria do Pará, David Leal.

Atualmente, a navegabilidade da hidrovía depende da época do ano. O rio é navegável para grandes cargas somente de novembro a junho, nas cheias. Nas demais épocas do

ano, a navegabilidade fica restrita devido à existência de rochas na região entre as cidades de Marabá e Tucuruí. Para atender ao projeto siderúrgico, portanto, deve ser feita a derrocagem (retirada das pedras) dessa região, o que vai permitir o transporte todo o ano. O custo da viabilização da hidrovia ficaria entre R\$ 400 milhões e R\$ 600 milhões, segundo uma fonte próxima ao assunto.

São justamente essas questões que estão incluídas no estudo de viabilidade financiado e encomendado pela Vale à consultoria americana Shaw. O primeiro estudo entregue ao governo foi considerado incompleto, o que levou a empresa a encomendar o novo estudo. A hidrovia já tinha sido incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas depois foi retirada do plano. A Shaw também não quis comentar.

Há três meses a Vale entregou ao governo um termo em que se compromete a começar a construção da siderúrgica se ele viabilizar a hidrovia. Situada no distrito industrial de Marabá - de cerca de 240 mil habitantes -, a Alpa foi projetada para ter capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de placas de aço ao ano, quando estiver pronta.

O projeto paraense faz parte de um plano maior, que prevê participação da Vale em três usinas no país até 2014. A mineradora projeta investir diretamente no negócio quase US\$ 9 bilhões, que serão direcionados para a construção de unidades de aço nos Estados do Ceará, Pará e Espírito Santo. O empreendimento do Pará é 100% da Vale e está estimado em US\$ 5 bilhões.

---

#### **Lento adeus ao Código Florestal. Raul Silva Telles do Valle – Site do MST. 04/09/2012**

Os grandes jornais estamparam, na semana passada, a foto do bilhete da presidente Dilma endereçado à ministra Isabela Teixeira (Meio Ambiente), no qual extravasa um suposto descontentamento com o acordo fechado entre o Palácio do Planalto e a bancada ruralista para aprovar a Media Provisória (MP) do Código Florestal na comissão mista do Congresso que a analisa. A imagem foi flagrada numa reunião em Brasília.

Segundo o pequeno pedaço de papel, Dilma estaria preocupada com a alteração da “escadinha”, o escalonamento na obrigação de recuperar as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens de rios e nascentes, de acordo com o tamanho do imóvel – móveis menores recuperam menos (veja a tabela abaixo, feita com base no texto aprovado na comissão mista).

APPs de beira de rio (texto aprovado na Comissão Mista)			
Tamanho da propriedade (módulos fiscais)	Largura do rio		% da propriedade em APP
	Até 10 m	Mais de 10 m	
0-1	5 m	5 m	10%
1-2	8 m	8 m	10%
2-4	15 m	15 m	20%
4-10	15 m	20-100 m	25% (fora de áreas de floresta na Amazônia Legal)
10-15	15 m	20-100 m	sem limite
>15	20 -100 m		sem limite

Oxalá esse fosse o principal problema do texto aprovado na semana passada pela comissão e o governo estivesse realmente preocupado com uma legislação florestal coerente e eficaz para o país. Mas não é nada disso.

Enquanto a ministra veio a público dizer que não abre mão da “escadinha”, a bancada ruralista, com a benção dos emissários do Planalto, destrói o chão sobre a qual ela está apoiada. O texto aprovado – por unanimidade – acrescentou um item à MP que permite a recuperação de nascentes e matas ciliares com “árvores frutíferas”: laranjeiras, pés de café, mamoeiros e por aí vai. Não misturados entre a vegetação nativa, o que já era permitido aos pequenos agricultores e tem lá o seu sentido; mas inclusive na forma de monocultivos em grandes propriedades.

A escadinha vai sair do nada e chegar a lugar nenhum, pois uma plantação de laranja – exigente em agrotóxicos para ser produtiva – pode ter muitas funções, mas não a de proteger uma nascente ou servir como corredor de fauna ao largo de um rio, como deveria ser uma APP.

Se a regra vier a ser confirmada pelos plenários da Câmara e do Senado e a presidente não vetá-la – algo bastante plausível – um determinado médio proprietário, por exemplo, que, em 2007, tenha desmatado ilegalmente 30 hectares de vegetação à beira de um pequeno rio, poderá se “regularizar” plantando nove hectares de mamoeiros e explorando o restante da área com pasto.

Se isso tiver ocorrido numa região de cerrado goiano, por exemplo, ele terá colocado abaixo, ilegalmente, 30 hectares de vegetação com pelo menos 50 espécies diferentes de árvores e mais centenas de outros tipos de plantas, que serve de abrigo e fonte de alimentação para um incontável número de espécies animais (de grandes mamíferos a pequenos insetos). Em seu lugar plantará nove hectares de uma única espécie (talvez algum capim se espalhe por debaixo, caso não exista “faxina química” com agrotóxicos, como ocorre usualmente nessas plantações), que servirão de abrigo e alimentação apenas para algumas espécies muito generalistas de insetos e pássaros, os quais provavelmente serão atacados de forma persistente com inseticidas para não danificarem a colheita.

A MP foi editada em maio para suprir as lacunas deixadas pela sanção parcial de Dilma ao projeto aprovado pela Câmara para alterar o antigo Código Florestal. Pelas regras já sancionadas e que agora são lei, esse pequeno rio terá suas margens medidas na época da seca, e não da cheia, o que fará com que ele “diminua” de tamanho, caindo de algo próximo a 15 metros para menos de 10 metros de largura. Esse médio proprietário, segundo as regras da MP, teria de recuperar, então, 15 metros de cada lado do curso de água, ou seja, 30% da área que em 2007 estava protegida por lei (50 metros em cada margem). Com a regra acrescentada pelos parlamentares, esses 15 metros poderão ser uma monocultura de mamão.

Ah, se essa propriedade estiver dividida em mais de uma matrícula e esse proprietário cadastrar cada uma como se fosse um imóvel diferente no Cadastro Ambiental Rural, fraude possível pela nova lei que já está em vigor, o tamanho da “restauração” será bem menor, pois cada “sítio” se enquadrará num degrau mais baixo da “escadinha”, no qual a obrigação de restaurar é menor ainda.

### **Caminho do absurdo**

A criação de laranjais “produtores de água” não foi a única modificação no texto da MP promovida pelos parlamentares. Eles também diminuíram o tamanho da área de matas ciliares e nascentes a ser restauradas pelos grandes proprietários, que agora passará a ser definido no caso a caso por meio dos programas de regularização ambiental que serão criados pelos estados. Essa é uma pauta antiga dos ruralistas: deixar para o nível local a decisão de restaurar ou não. Além disso, diminuíram a proteção às veredas e pequenos rios intermitentes – as nascentes desses rios já estão sem proteção e podem ser legalmente desmatadas pela nova lei em vigor. Aos poucos, vamos dando o adeus definitivo àquilo que um dia chamamos de legislação florestal.

O acordo fechado não surpreende, por mais absurdo que possa parecer – pelo menos aos olhos de quem acredita que proteger nossas florestas faz algum sentido. Quem acompanha a novela, já sabe seu final. Já não há mais qualquer racionalidade nas discussões parlamentares sobre a nova legislação “florestal”. Permitir “recuperação” de nascentes com cafezais e de matas ciliares com laranjais é tratado como algo razoável, que sequer suscita qualquer tipo de questionamento. Retirar a proteção à vegetação responsável pela infiltração de água que alimenta as nascentes da Caatinga e do Cerrado, justamente as que secam durante alguns meses do ano em função do estresse hídrico, é algo comemorado. Determinar que cada estado defina o quanto os grandes proprietários terão de “recuperar” – se for com pés de mexerica, a palavra está equivocada – das áreas de preservação irregularmente desmatadas, incentivando uma “guerra ambiental”, é perfeitamente normal.

### **Bilhete em branco**

O que fica claro nessa história toda é que nenhuma das partes está preocupada em ser coerente com o que diz, mas apenas em aprovar o texto o mais rápido possível e ficar bem na foto.

O bilhete de Dilma, embora escrito em letras garrafais para que todas as lentes pudessem flagrá-lo, carece de sinceridade. O Palácio do Planalto já tinha deixado claro suas intenções quando optou por assinar embaixo da lista de desejos dos ruralistas e

sancionar, com poucos e irrisórios vetos, o projeto por eles elaborado, editando na sequência uma medida provisória para repor parte daquilo que eles rejeitaram.

Até Eremildo, o Idiota, sabia que aquilo era um golpe de marketing. Não tinha nenhum compromisso em ser politicamente viável. Afinal, quem poderia acreditar que, já tendo sido derrotado duas vezes pelos ruralistas nesse mesmo assunto, sancionando uma lei com praticamente tudo que eles queriam, o governo teria condições de negociar com os ruralistas e garantir um texto cheio de coisas que eles não queriam? O resultado, óbvio, está aí: mais e mais concessões, mais e mais prejuízos ao meio ambiente.

Os ruralistas, por sua vez, vão deixando cair as máscaras uma depois da outra. Já não precisam mais disfarçar nada, pois sabem que estão com tudo e não estão prosa. Se no começo da campanha pela revogação do Código Florestal clamavam por regras que tivessem “base científica”, alegando que a lei revogada era dela desprovida, agora fingem que não escutam as reiteradas advertências feitas pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) às regras que aprovaram. Ou alguém acha que a regra que permite plantar laranja em nascentes é fruto de uma recomendação técnica embasada no melhor conhecimento científico?

A senadora Kátia Abreu, que até a sanção da lei pela presidente Dilma afirmava que os maiores interessados na proteção de nascentes e riachos seriam os próprios produtores rurais, na comissão especial estava na tropa de choque que aprovou o fim das matas ciliares dos rios da Caatinga e transformou as Áreas de Preservação Permanente em “Áreas de Plantações Permanentes”. Agora ela já duvida publicamente da relação entre proteção de florestas e produção de água. Com isso, ganhou o título de Doutora Honoris Causa da Academia Brasileira de Filosofia. E uma forte indicação para integrar o ministério da presidente Dilma.

Para entender as mudanças já aprovadas, que já são lei, veja tabela abaixo:



		Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal revogado)	Lei Federal 12.651/12 (Código Florestal aprovado)	
			Área não desmatada	Área desmatada até 2008
Reserva Legal	Geral	20%, sem contar APP	20%, incluindo APP	0% a 20%, incluindo APP, a depender do tamanho do imóvel e data do desmatamento
	Amazônia Legal	35% e 80%, sem contar APP	20%, 35%, 50% e 80%, incluindo APP	0% a 80%, incluindo APP, a depender do tamanho do imóvel, data do desmatamento, existência de zoneamento, tamanho de áreas protegidas no município ou estado
APPs	Rios < 10m	30m, a partir do leito maior	30m, a partir do leito regular	0 a 30m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Rios entre 10m e 50m	50m, a partir do leito maior	50m, a partir do leito regular	0 a 30m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Rios entre 50m e 100m	100m, a partir do leito maior	100m, a partir do leito regular	0 a 50m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Rios entre 100m e 200m	100m, a partir do leito maior	100m, a partir do leito regular	0 a 100m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Rios de mais de 200 m	200m a 500m, a partir do leito maior	200m a 500m, a partir do leito regular	0 a 100 m, a partir do leito regular, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Nascentes	Todas, num raio de 50m	Só as perenes, num raio de 50m	Só as perenes, num raio de 0 a 15 metros, dependendo do tamanho do imóvel e da existência de outras APPs nele
	Encostas	Sim, acima de 45°	Sim, acima de 45°	Não protegidas
	Topos de morro	Sim, no terço superior	Sim, no terço superior, mas novo conceito para morro reduz drasticamente área protegida	Não protegidas
	Manguezais	Sim, em toda sua extensão	Sim, mas apicum e salgado podem ser explorados entre 10% (Amazônia) e 35% (restante do país) de sua extensão	Sim, mas apenas os que não tenham carcinicultura ou salinas instaladas; áreas degradadas podem ser ocupadas por conjuntos habitacionais

## **MMA estuda praticas de nove entidades e empresas para fomentar a conservação ambiental. Lucas Tolentino. Site do MMA. 04/09/2012**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) estuda o estabelecimento de novas políticas de desenvolvimento sustentável. As medidas serão criadas com base em estudos de caso de empresas e instituições públicas de todo o país. Ao todo, estão sendo analisadas iniciativas executadas por nove entidades que atuam em setores diversos, como o manejo florestal, a agricultura, a produção de energias renováveis e a indústria siderúrgica.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), realizada em junho, no Rio de Janeiro, marcou a apresentação inicial das pesquisas. Todas elas foram realizadas pelo MMA em parceria com o Banco Mundial. Na tarde desta terça-feira (04), a equipe do Ministério assistiu à apresentação do estudo de caso de uma empresa que promove o manejo florestal na Amazônia.

### **PRÁTICAS**

A iniciativa tem o objetivo de identificar oportunidades de melhoria na cadeia de produção. “É uma tentativa de identificar práticas com potencial de replicação para o Brasil e para o mundo e, com isso, fomentar a conservação ambiental”, afirmou o especialista em políticas públicas governamentais Vitor Fazio, da Secretaria-Executiva do MMA.

Entre os diversos exemplos encontrados por meio do estudo de caso, Fazio destacou o uso de resíduos de madeira na geração de energia elétrica, iniciativa desenvolvida por uma empresa que promove o manejo florestal na Amazônia, e projetos sustentáveis de agricultura de cana orgânica.

---

## **Câmara deve votar hoje MP que complementa novo Código Florestal – Site da CNA. 05/09/2012**

A Câmara dos Deputados deve votar hoje (5/9), em plenário, a Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal. Esta é a intenção das lideranças partidárias e do Governo, que tentarão buscar um entendimento para aprovar a matéria antes do dia 8 de outubro, quando a MP perde a validade. Encaminhada em maio ao Legislativo para preencher as lacunas deixadas pelos vetos da Presidência da República à lei aprovada pelo Congresso Nacional, em abril deste ano, a MP precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado antes de seguir à sanção presidencial. A aprovação do texto até outubro também evitaria um recomeço dos debates sobre o tema, o que poderia ampliar o quadro de insegurança jurídica no campo diante da indefinição em relação a alguns pontos da nova legislação ambiental.

Na semana passada, a votação da MP foi concluída na Comissão Especial Mista criada para discutir o tema, com a aprovação de emendas ao texto do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da matéria, depois de mais de 12 horas de discussão. Uma das alterações aprovadas pelo colegiado em relação ao texto-base do relator foi apresentada

pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que viabilizou a votação e a aprovação do texto. Pela proposta, todas as médias propriedades (acima de 4 até 15 módulos fiscais) terão de recompor 15 metros de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios com até 10 metros de largura, a contar na calha do leito regular.

Outra decisão para as médias propriedades prevê que, no caso dos rios com mais de 10 metros de largura, a recomposição varia de 20 a 100 metros. Segundo a presidente da CNA, as novas regras irão contemplar 98% dos médios produtores. Nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, as metragens na beira dos cursos também variam de 20 a 100 metros, de acordo com o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O texto original da MP previa uma faixa de recomposição de 20 metros nas propriedades com até 10 módulos fiscais, e metragens de 30 a 100 metros nas propriedades com medida superior a 10 módulos.

Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, ficaram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição de APPs, conforme a versão original do texto encaminhado ao Legislativo. Outra mudança aprovada na semana passada foi a retirada da exigência de recomposição apenas nos rios perenes, aqueles com cursos d'água duradouro e que não secam. Desta forma, os rios intermitentes com até dois metros de largura deverão ter faixas de mata ciliar de cinco metros. A isenção de recompor APP será válida apenas para os rios efêmeros.

---

### **Piauí lança Grupo Gestor Estadual do Programa ABC – Site do MAPA. 05/09/2012**

Entre os objetivos do comitê está a capacitação de profissionais para a elaboração de projetos e definir metas para reduzir emissões de gases de efeito estufa

O 20º Grupo Gestor Estadual (GGE) do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) foi criado nesta quarta-feira, 5 de setembro, no Piauí. O lançamento foi feito durante um seminário promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Embrapa Meio-Norte e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, no auditório central da Embrapa, em Teresina.

Durante o evento, palestrantes ressaltaram a importância do uso de sistemas de produção sustentáveis no estado. Uma das alternativas fomentadas dentro do Programa ABC (linha de financiamento para atingir as metas estabelecidas no Plano ABC) é a integração Lavoura-Pecuária-Floresta, uma alternativa viável para ser utilizada nos cerrados piauienses.

Promover a difusão das práticas sustentáveis no campo é um dos objetivos do Mapa e demais órgãos do Governo Federal. O ministério, especificamente, coordena a criação dos Grupos Gestores Estaduais para auxiliar na divulgação e implementação do ABC nas unidades da Federação.

Esses grupos orientam por meio de seminários quanto ao acesso ao crédito oferecido pelo Programa ABC a partir da elaboração dos projetos, principalmente devido à falta de assistência técnica. Para isso, o Mapa trabalha em parceria com estados e municípios na capacitação dos técnicos para levar as informações ao produtor.

Os grupos gestores também têm o objetivo de definir quanto cada Estado pode contribuir para reduzir a emissão de gases de efeito estufa na agricultura e pecuária. O Governo Federal espera, inclusive, ter resultados ainda mais expressivos que a meta de reduzir, até 2020, entre 125 e 133 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

### **Saiba mais**

A linha de crédito oferecida aos produtores rurais para a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis é conhecida como Programa ABC. Entre as práticas financiadas, estão sistema de plantio direto, tratamento de resíduos animais, integração lavoura-pecuária-floresta, fixação biológica de nitrogênio, plantio de florestas e recuperação de áreas degradadas.

Para a safra 2012/2013, o programa terá R\$ 3,4 bilhões disponíveis em linhas de crédito. A taxa de juros para o período diminuiu em relação à safra anterior, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial praticados pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O prazo para pagamento é de 5 a 15 anos, e o limite de financiamento é de R\$ 1 milhão.

---

### **"Os novos dispositivos do Código praticamente anulam sua eficácia" – Site do MST. 05/09/2012**

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, organizado por diversos movimentos sociais e organizações e entidades da sociedade civil, que unificaram suas forças e lutas contra as mudanças do Código Florestal brasileiro, vem a público manifestar sua preocupação diante das novas mudanças em torno da legislação ambiental do país.

Algo que já estava ruim, está tomando um rumo ainda mais desastroso, na avaliação do Comitê, e cobram da presidenta Dilma medidas para que isso seja evitado. Segue a nota:

### **Presidenta Dilma avaliza acordo com mais retrocessos?**

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável vem manifestar sua extrema preocupação com os novos retrocessos introduzidos no relatório que altera a Medida Provisória 571. Tais retrocessos, aprovados mediante acordo entre ruralistas e bancada do Governo na Comissão Mista do Código Florestal, são gravíssimos para o País e não podem prosperar nas votações em Plenário na Câmara e no Senado.

Reflorestamento de nascentes e matas ciliares com monoculturas de frutíferas; delegação aos Estados para definir, caso a caso, quanto os grandes proprietários devem recuperar de Áreas de Preservação Permanente - APPs ilegalmente desmatadas; diminuição das áreas de proteção para imóveis com até 15 Módulos Fiscais (1mil hectare na Mata Atlântica e 1,5 mil hectare na Amazônia); a inclusão de emendas que permitem ainda mais desmatamentos na Amazônia e Cerrado, são medidas totalmente desprovidas de fundamentos técnico-científicos e representam ampliação inaceitável de anistia.

Estes novos dispositivos, ao lado das alterações já promovidas anteriormente pelo Congresso e sancionadas pela Presidência da República (redução em praticamente todas as categorias de APPs, consolidação do uso de áreas desmatadas ilegalmente até 2008, isenção de Reserva Legal, ocupação de manguezais), tornam a Lei Federal 12.651/12 (novo Código Florestal) ainda mais complacente com infratores e criminosos ambientais e quase nula sua eficácia ambiental, além de estimular mais desmatamentos.

Foi amplamente divulgado pela imprensa a foto da Presidenta com um bilhete em que ela se disse surpresa e desinformada em relação ao conteúdo do acordo selado por seus líderes no congresso. Com esse sinal, a Presidenta deu a entender à Nação que não há por parte dela compromisso e responsabilidade sobre o resultado do referido acordo.

A sociedade brasileira espera da Presidenta que demonstre, na prática, o seu desacordo com o conteúdo do relatório aprovado pela Comissão Mista do Congresso, determinando a sua base de apoio que vote contra mais esses retrocessos nas votações que ainda virão na Câmara e no Senado. E, ao final, se aprovados, vete-os completamente.

Brasília, 04 de setembro de 2012.

O Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável é coordenado por: ABONG; CNBB; Coalizão SOS Floresta (Amigos da Terra - Amazônia; APREMAVI; FLORESPI; Fundação O Boticário; Greenpeace; ICV; IMAFLORA; IPAM; ISA; SOS Mata Atlântica; WWF Brasil; Sociedade Chauá; SPVS); Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP; CNS; Comitê Inter-Tribal; CONIC; CUT; FETRAF; FNRU; FASE; FBOMS; FETRAF; Fórum de Mudança Climática e Justiça Social; Fórum Ex-Ministros Meio Ambiente; GTA; IDS; INESC; Instituto Ethos; Jubileu SUL; OAB; Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica; REJUMA; Via Campesina (ABEEF, CIMI, CPT, FEAB, MAB, MMC, MST, MPA, MPP e PJR).

---

### **Empresas brasileiras reduzem nível de emissão de gases. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 05/09/2012**

As empresas brasileiras vêm diminuindo a emissão de gases que provocam o efeito estufa, revela o relatório do Programa Brasileiro do Protocolo PGH, divulgado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces).

No ano passado, as 93 empresas brasileiras cadastradas no programa emitiram 111,6 milhões de toneladas de gases. O número representa uma queda de 1% em relação às 112,8 milhões de toneladas emitidas no ano anterior.

No mesmo período, o número de empresas participantes do programa subiu 11%. Para o coordenador do GVces, Mário Monzoni, o resultado é positivo e mostra o maior comprometimento das empresas brasileiras com a sustentabilidade na produção.

O impacto total da produção das 93 companhias, no entanto, chega a 900 milhões de toneladas de gases emitidos em 2011, quando somados os 784 milhões de toneladas em

emissões mapeadas na cadeia produtiva das companhias, e as 3,3 milhões de toneladas produzidas na geração de energia consumida pelas empresas.

A adesão ao Programa Brasileiro do Protocolo PGH é voluntária. Dentre as participantes, estão algumas das maiores empresas do país, como a Petrobras e a Vale. "Esse é um mecanismo de autorregulação, ninguém está mandando que as empresas façam isso", diz Monzoni. "Mas sabemos que as empresas têm o interesse de mostrar para o mundo que estão reduzindo as emissões de gases e mostrar também como seus produtos são competitivos em termos de emissões."

Segundo ele, com uma matriz energética comparativamente mais limpa, o Brasil pode ter um diferencial para a atração de empresas. "Dar visibilidade e transparência a essas emissões pode ser muito bom para as empresas", explica Monzoni.

A partir do próximo ano, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) vai creditar as empresas verificadoras das emissões. "Quando se fala de ambiente, você tem que garantir que essas emissões estão sendo verificadas. Quando forem feitas as verificações no ano que vem, podemos esperar que serão r feitas com muito mais qualidade", diz Monzoni. A norma internacional de verificação de emissões foi traduzida recentemente para português.

O programa é uma parceria entre a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o World Resources Institute (WRI) com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

---

## **Lei florestal corre risco de 'buraco negro', diz ruralista – Erich Decat – Folha de São Paulo. 05/09/2012**

*Medida provisória vai a votação hoje na Câmara*

Em meio a um clima de confronto entre o governo federal e a bancada ruralista, deputados se reúnem hoje no plenário da Câmara numa tentativa derradeira de votar a medida provisória (MP) do Código Florestal.

Até a véspera da votação, o único consenso é que, se a proposta não for votada hoje, não haverá tempo para que ela seja aprovada até 8 de outubro. Nessa data, a MP, um complemento aos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff à norma ambiental, perde a validade.

Se a proposta "caducar", perderá efeito também o polêmico artigo que trata da recomposição vegetal de APPs (áreas de proteção permanentes) na beira dos rios.

Na análise dos deputados, se a MP não for votada, ocorrerá um "caos jurídico", uma vez que não haverá uma regra específica sobre a recomposição das APPs.

"Fica sem nada. Caímos num buraco negro", afirmou o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Homero Pereira (PSD-MT).

Mesmo diante de um cenário de insegurança jurídica, integrantes da bancada ruralista afirmam que, se Dilma mantiver a disposição de vetar as mudanças feitas no texto aprovado na semana passada, vão obstruir a votação da MP para que a proposta perca validade.

A Comissão mista do Congresso que analisou a MP aprovou na quarta passada um artigo que altera o sistema de recomposição das APPs em beira de rio previsto na medida provisória. As mudanças reduziram o tamanho da área a ser replantada. As mudanças desagradaram ao Palácio do Planalto.

"Se não votar nesta semana, caduca. É responsabilidade deles", disse a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais).

---

### **Classificação de terras para irrigação é apresentado na Câmara Setorial. Mônica Bidese – Site do MAPA. 06/09/2012**

*Ferramenta é resultado de cooperação técnica entre Embrapa e a Codevasf*

Representantes de federações, entidades, cooperativas de produtores, além de pesquisadores, especialistas e governo conheceram, em detalhes, o Sistema Brasileiro de Classificação de Terras para Irrigação (SiBCTI). A versão atual, que está em sua segunda edição (a primeira foi lançada em 2005), foi apresentada pelo agrônomo Silvio Roberto de Lucena Tavares, da Embrapa Solos do Rio de Janeiro, vinculado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), durante reunião da Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação, nesta quinta-feira, 6 de setembro, em Brasília.

O SiBBTC é uma metodologia que define a potencialidade do ambiente para desenvolver dada cultura sob determinado tipo de irrigação. Também procura classificar as terras segundo a interação de vários planos de informação, para avaliar o ambiente e auxiliar no manejo da agricultura irrigada, um dos desafios do governo para contornar problemas climáticos. O Sistema está disponível para download no endereço: <http://www.cnps.embrapa.br/sibcti>.

Segundo Tavares, um dos objetivos da ferramenta é evitar que terras que não tenham aptidão para a irrigação sejam incluídas no processo produtivo, minimizando o impacto ambiental, além de perdas financeiras. Ela também possibilita o uso da água e melhor exploração dos recursos hídricos. “Estamos disponíveis para esclarecer, bem como dar cursos a profissionais e interessados em geral sobre o sistema e a sua importância que permitem que áreas antes consideradas como não aptas à irrigação sejam classificadas como aptas, gerando riqueza”, salientou, acrescentando que o Sistema é uma importante ferramenta para a implementação de políticas públicas.

### **Plantio Direto**

Durante reunião da Câmara também foi aprovada a proposição para a instituição do Dia Nacional do Plantio Direto, em 23 de novembro. A proposição será encaminhada à Câmara dos Deputados para a formulação de projeto de lei e apreciação ainda neste ano.

A iniciativa tem o apoio dos ministérios da Agricultura e da Integração Nacional, além da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha.

---

### **Projetos de educação ambiental executados em diferentes regiões apresentam resultados positivos. *Leticia Verdi* – Site do MMA. 06/09/2012**

O Departamento de Educação Ambiental (DEA) da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgou o resultado da seleção de Boas Práticas de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. Os 25 projetos selecionados farão parte de um livro que será lançado em novembro. A seleção integra o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) do MMA. A avaliação foi feita por uma comissão de técnicos e analistas ambientais que integram o Grupo de Trabalho do PEAAF. No prazo de dois meses, foram recebidos 57 projetos.

“A publicação é importante porque mostra as diferentes possibilidades de fazer educação ambiental com agricultores familiares”, destaca a coordenadora do PEAAF, Adriana Chaves. “Os projetos promovem um diálogo com o agricultor, para que ele perceba de forma crítica a realidade que ele vive e a forma com que ele se relaciona com o meio ambiente e com as suas atividades produtivas. As boas práticas são exemplos reais de como a reflexão pode acontecer”.

#### **ALGUNS EXEMPLOS**

O projeto Viva Ciranda, desenvolvido na Mata Atlântica, em Santa Catarina, trata de turismo pedagógico em propriedades rurais. Teve início em 2010, por meio de uma parceria entre a Fundação Turística de Joinville, a Secretaria Municipal de Educação e a Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville. Para receber estudantes da rede de ensino infantil e fundamental de toda a região, foram montadas estruturas de turismo pedagógico em seis propriedades rurais. O objetivo principal do projeto é a geração de trabalho e renda para agricultores familiares, que serão inseridos nos serviços turísticos, além das atividades de educação ambiental e cidadania para crianças e jovens.

Outra experiência selecionada para compor o livro de referência em educação ambiental na agricultura familiar é o projeto Conservação da Biodiversidade e Geração de Renda de Comunidades Extrativistas de Jaborandi, no bioma Caatinga, no Piauí. Assim como o projeto de Santa Catarina, este também concorreu na categoria Educação Ambiental para a Geração de Renda, Produção Sustentável ou no Uso de Tecnologias Sociais.

O Projeto de Valorização do Jaborandi começou em 2009 e tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental no âmbito local. “Com as práticas sustentáveis de exploração, aumentam as possibilidades de geração de renda a partir da atividade extrativista”, explica Michael Andersen, que atua no projeto. São beneficiados os municípios de Matias Olímpio, Campo Largo, Joca Marques, Nossa Senhora dos Remédios, São João do Arraial, Morro do Chapéu, Porto, Madeiros e Luzilândia, numa área total de quase 3 mil quilômetros quadrados. A organização da base produtiva, a formação de competências locais e a sustentabilidade do projeto resultaram na melhoria da geração de renda, no estímulo à participação e organização



social, além do desenvolvimento da consciência ambiental dentro da atividade produtiva.

Já na região de Bonito, no Mato Grosso do Sul, o Projeto Frutificando, criado entre 2006 e 2007, no assentamento Santa Lúcia, tem como meta diminuir os impactos das atividades produtivas do assentamento sobre os recursos naturais da região. Para isso, o projeto ofereceu capacitação para os assentados, mostrando alternativas de baixo impacto ambiental, como sistemas agroflorestais e silvipastoris.

Como resultado, 90% dos produtores utilizam hoje novas técnicas de produção e vendem seus produtos, muitas vezes orgânicos, na Feira do Pequeno Produtor Rural de Bonito, e 50% deles comercializam doces típicos em lojas turísticas do município. Os produtos são artesanais, levam o selo “Pé da Serra”, e são produzidos na cozinha comunitária montada na sede do assentamento. Além disso, a associação do Santa Lúcia fornece 13 itens da merenda escolar das escolas e creches municipais de Bonito (MS). “O Frutificando promoveu o desenvolvimento local e o sentimento de pertencimento social em seus participantes, gerando benefícios em cadeia para toda a sociedade”, afirma a coordenadora Sinéia Mara Zattoni Milano.

No Acre, o projeto Mochila do Educador Ambiental forma agentes ambientais para atuarem como multiplicadores em escolas e comunidades rurais. Com um processo de sensibilização, conscientização e debate com os diversos atores sociais, são incentivadas práticas produtivas compatíveis com a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Já foram capacitados 214 educadores em dez municípios acreanos.

Conheça a lista dos 25 projetos selecionados: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/item/8253>

---

### **Legado devastado. Marina Silva - Folha de São Paulo. 07/09/2012**

A entronização de novos heróis nacionais, dia 4 de setembro, no Panteão da Pátria, em Brasília, ilustra os paradoxos deste tempo.

Ao lado de nomes como Ana Néri e José de Anchieta, foram reconhecidos como heróis Chico Mendes e os soldados da borracha. Estes por contribuírem na vitória dos Aliados na Segunda Guerra, produzindo borracha na floresta. Chico por entregar sua vida à defesa da mesma floresta e do mesmo sonho de liberdade.

Mas, dessa vez, próximas dali, seguiam negociações de mais um "acordo possível" para derrubar o que resta da proteção legal não só das florestas da Amazônia, mas também do cerrado, da caatinga, da mata atlântica e do pantanal.

E, bem longe dos ecos da solenidade, índios, ambientalistas, agricultores e extrativistas continuam sendo perseguidos e mortos, na violência que acompanha a devastação.

A data de 5 de Setembro, Dia da Amazônia, costumava ser ocasião para discursos de louvor à floresta e decisões oficiais que, embora voltadas à opinião pública, traziam algum benefício real ao povo da região. Honramos Chico Mendes, com profunda gratidão, pois ele fez muito mais que o possível.

O professor Viriato Soromenho-Marques, da Universidade de Lisboa, diz que o sacrifício dos heróis sinaliza caminhos ainda por desbravar, e a sua coragem serve para alimentar em nós a crença de que a existência da humanidade não tenha sido em vão.

A homenagem é, portanto, uma declaração de que compartilhamos o sentido da ação heroica e nos dispomos a seguir seu exemplo.

Infelizmente, 2012 entra para a história no sentido oposto, com unidades de conservação (UCs) sendo reduzidas e leis que as protegiam sendo mudadas. O resultado começa a surgir: dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon, revelam aumento de 50% no desmatamento no Pará comparado a julho de 2011, especialmente onde se localizam as UCs reduzidas.

Embora a taxa geral de desmatamento ainda esteja em declínio, diversas áreas dão sinais do fim desse processo virtuoso, iniciado há oito anos.

O Plano de Combate ao Desmatamento tinha sustentação no Código Florestal, agora desfigurado para "regularizar" o desmatamento passado e futuro. Este é o ano em que os representantes dos interesses econômicos mais atrasados deixaram de lado o fingimento e impuseram sua agenda.

É uma pena. O Brasil, com a maior porção da Amazônia, reúne condições de liderar novo modelo de desenvolvimento neste século, um esforço de mudar a civilização pelo reencontro e reencantamento da relação do homem com a natureza.

Este é o caminho apontado pelos heróis homenageados. A traição que a eles se faz é a devastação de seu legado.

---

### **Embrapa promove seminário sobre Manejo Florestal na Amazônia – Site do MAPA. 08/09/2012**

*Durante o evento serão apresentados resultados de três anos de pesquisas realizadas na Região Norte*

Entre os dias 10 e 12 de setembro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realiza o seminário Manejo Florestal na Amazônia, no auditório da Federação das Indústrias do Acre (Fieac). Durante o evento, além de serem apresentados resultados de três anos de pesquisas sobre manejo florestal madeireiro realizadas em toda Região Norte, será discutida a implementação de uma rede composta pelos três segmentos que compõem a atividade: iniciativa privada, órgãos públicos de gestão ambiental e pesquisa.

Para o pesquisador da Embrapa Acre, Marcus Vinício d'Oliveira, uma das principais contribuições das pesquisas refere-se ao planejamento do manejo florestal, etapa que garantirá o sucesso das operações em campo. Segundo ele já foram capacitados cerca de 800 técnicos para utilizarem o Modelo Digital de Exploração Florestal (Modelflora), tecnologia que integra o Sistema de Posicionamento Global (GPS), o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o Sensoriamento Remoto (SR) para planejar, executar e monitorar as atividades de manejo com alta precisão.

Segundo organizador do evento e pesquisador da Embrapa Acre, Luciano Ribas, a ideia da Rede de Manejo Florestal é contribuir para a formulação de políticas públicas que beneficiem o setor florestal, tornando-o mais competitivo e sustentável.

O Seminário Manejo Florestal na Amazônia conta com o apoio do Governo do Estado do Acre, Associação de Manejadores de Madeira (Assimanejo), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Serviço Florestal Brasileiro, e marca o encerramento do Projeto Manejo Florestal na Amazônia. A abertura será realizada na segunda-feira, 10 de setembro, às 19h, e as discussões ocorrem entre às 8h30 e 17h30 na terça e quarta-feira.

---

### **Processo de desertificação é consequência, entre outros aspectos, do uso inadequado dos recursos florestais. Sophia Gebrim – Site do MMA. 10/09/2012**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, está elaborando o Plano Nacional de Convivência com o Semiárido. O objetivo da iniciativa, planejada em conjunto com os ministérios da Integração e do Desenvolvimento Social, é promover ações de segurança energética, hídrica e alimentar nas regiões que sofrem com a desertificação. Projetos e parcerias com o Fundo Clima, além de parcerias com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), já vêm sendo implementados com recursos da ordem de mais de R\$ 20 milhões.

No Brasil, o processo de desertificação é consequência do uso inadequado dos recursos florestais da Caatinga e Cerrado. Práticas agropecuárias sem manejo correto dos solos, uso sem critério dos sistemas de irrigação com a consequente salinização, superpastejo animal na pecuária extensiva, comprometendo a regeneração de espécies, e as ações de desmatamento provocam processos erosivos e esgotamento dos solos.

Para o diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Francisco Campelo, entre as iniciativas para segurança energética domiciliar das regiões que sofrem com a desertificação, serão beneficiadas cerca de mil famílias com fogões ecológicos, que proporcionarão uma economia doméstica de R\$ 70,00 por mês para cada família. “Dessa forma, com a promoção do uso sustentável pelo manejo florestal comunitário serão conservados sob produção 22 mil hectares de Caatinga, gerando uma renda média mensal adicional de R\$ 350,00 para cada uma das 3.200 famílias envolvidas”, diz Campelo.

Também como parte das ações na área de segurança energética, no setor industrial 280 empresas irão firmar um pacto para a sustentabilidade socioambiental, a melhoria da eficiência energética das unidades fabris e a consolidação de alternativas de uso sustentável da biomassa florestal nativa na matriz energética. Essas iniciativas promoverão o manejo florestal sustentável em mais de 15 mil hectares de Caatinga, beneficiando mais de 7.000 famílias dos assentamentos da reforma agrária e da pequena produção rural. “Além disso, serão contemplados 16 mil hectares de Caatinga no processo de criação de Unidades de Conservação”, acrescenta o diretor do MMA.

## Segurança hídrica

Por meio do Departamento de Combate à Desertificação, o MMA está promovendo parcerias para desenvolver o Projeto de Investimento Socioambiental em Ações de Uso e Conservação do Solo em Comunidades Rurais da Bacia do Rio São Francisco. Nesse contexto, foram elaborados sete projetos executivos de combate aos processos erosivos, de recuperação de áreas degradadas e de prevenção da degradação dos solos baseadas em tecnologias sociais. A ação beneficiará 263 comunidades, o que equivale a 12 mil famílias de 65 municípios, selecionados em cinco estados (Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco), todos situados na Bacia do Rio São Francisco.

Já no âmbito da segurança alimentar, ações em parceria com a agricultura familiar visa qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar. Essa iniciativa buscará, ainda, qualificar sistemas de produção em base ecológica para uma produção adequada que assegure os serviços ambientais, a conservação da biodiversidade seja sustentável, possibilitando a segurança alimentar das famílias e dos rebanhos numa convivência com a semiaridez. Hoje, 16% do território brasileiro sofrem com a desertificação, abrangendo 1.488 municípios (27% do total), com 31.663.671 habitantes (17% da população). Nestas áreas residem 85% dos cidadãos considerados pobres do país.

---

## **Deixem o Brasil produzir e preservar. Homero Pereira – Folha de São Paulo. 10/09/2012**

O Brasil aumentou muito a sua produção rural preservando 60% do território. Nenhum país tem lições a nos dar, ainda mais os que financiam certas ONGs

O Brasil está prestes a ter uma das leis mais importantes para o futuro do seu desenvolvimento socioeconômico. O novo texto do Código Florestal é resultado de anos e anos de trabalho no Congresso e preenche lacunas na legislação, com regras mais claras para o uso dos recursos naturais e garantias para a produção e a preservação ambiental.

O produtor rural tem sentido no dia a dia de sua labuta o gosto amargo da insegurança jurídica que ameaça a agropecuária, uma das principais atividades econômicas do país.

A proposta dessa nova legislação ambiental reflete os intensos debates mantidos nas comissões da Câmara e do Senado em mais de 60 audiências públicas com a sociedade, com o governo e a academia.

Nesses debates, foram analisados de maneira democrática e transparente os aspectos relacionados a todos os biomas, sempre com a preocupação de evitar que o elo mais fraco da cadeia alimentar -pequenos produtores- fosse prejudicado.

É importante realçar aqui que o aumento da produção de alimentos decorre muito mais por ganhos de produtividade do que por aumento da área plantada. Basta examinar os dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para comprovar.

Em 35 anos, (entre as safras 1976/77 e 2011/12), o aumento da área cultivada cresceu apenas 36,2%, de 37,3 para 50,8 milhões de hectares. A produção registrou crescimento de 253%, de 46,9 para 166 milhões de toneladas. Além disso, o agronegócio representa 37% das exportações, 37% dos empregos e 23% do PIB, mantendo mais de 60% do território preservado. Que nação deste planeta apresenta números tão positivos?

O país ostenta posições destacadas no ranking global da agropecuária. É o maior exportador e produtor mundial de açúcar, café e suco de laranja, o segundo maior produtor e exportador do complexo soja, o maior exportador de carne bovina, tabaco e de frango. É ainda o quarto em embarques de carne suína e o primeiro em exportações de álcool.

Esses números refletem o acerto da agricultura brasileira em investir no aumento da produtividade, na inovação, em pesquisas, em novas tecnologias e na adoção de sistema de produção ambientalmente corretos, além do emprego de técnicas de uso racional dos recursos hídricos e da adoção de práticas conservacionistas do solo.

Neste aspecto, nenhum outro país do mundo tem lições a nos dar, principalmente aqueles que financiam as ONGs que andam por aí a nos ofender, promovendo campanhas contra o setor mais exitoso da nossa economia, que é o segmento produtivo rural.

A aprovação do novo Código Florestal também é uma oportunidade de mostrarmos ao mundo que o Brasil elaborou uma legislação moderna para fazer com que a produção agrícola e a preservação ambiental caminhem lado a lado, numa justa e perfeita harmonia.

Por tudo isso, o Brasil precisa de uma legislação ambiental condizente com os avanços do nosso desenvolvimento agrícola sustentável. Não aprová-la agora representa um risco de retrocesso, com consequências desastrosas para toda a nação. Diante desse cenário, resta-nos um apelo: deixem o Brasil produzir e preservar.

---

### **Mais uma capacitação do Projeto Biomas na Mata Atlântica – Site da CNA. 11/09/2012**

Começa nesta quarta-feira, 12/09, em Linhares, no Espírito Santo, o 2º módulo de capacitação dos profissionais que vão atuar nas pesquisas do Projeto Biomas na Mata Atlântica. Como aconteceu no 1º módulo, o local escolhido é a Reserva Natural Vale, área de referência do projeto no bioma.

A reserva de 23 mil hectares representa 5% da cobertura vegetal do Espírito Santo e abriga 815 espécies de árvores e palmeiras, mais de 2700 de flora e cerca de 110 de mamíferos, entre eles nove exemplares de onça pintada.

Nesta capacitação, o foco será a questão florestal e a produção, coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes. No segundo e no terceiro dia da capacitação, os profissionais terão aulas práticas em campo para coleta de sementes. Eles também vão visitar o laboratório de sementes da Vale.

#### **Sobre o Projeto Biomas**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo

desenvolvidos em cinco dos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes, além do SENAR, que será o responsável pela capacitação futura dos produtores rurais.

---

### **FAMASUL alinha com Ibama ações relativas à nova legislação ambiental – Site da CNA. 11/09/2012**

Alinhar procedimentos para levar informação ao produtor rural sobre as adequações necessárias quando entrar em vigor a nova legislação ambiental brasileira. Esta foi a definição do encontro entre a diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul) e a superintendência do Ibama de MS, na manhã desta terça-feira (11), na sede do Instituto, em Campo Grande.

A Federação levou até o superintendente, Amarildo Cruz, a preocupação dos produtores em relação aos procedimentos de fiscalização neste período de indefinições que antecede a definição do novo Código Florestal. Eduardo Riedel destacou que a entidade defende o cumprimento da legislação, mas que os produtores têm manifestado insegurança em relação a aspectos ainda não definidos, tais como a recuperação de áreas. “Quando aprovada, vamos sair em defesa da nova legislação, seja ela qual for. Inicialmente, o produtor vai precisar de informação”, ressaltou o dirigente.

Cruz afirmou que o Ibama tem conhecimento da dimensão sobre a instabilidade gerada neste momento que antecede a aprovação da nova lei e que os técnicos procuram executar suas atribuições com bom senso. “Enquanto não houver regras definidas, vamos gerindo a fiscalização de modo a não gerar passivos”, destacou.

No encontro ficou definido que Famasul e Ibama trabalharão conjuntamente em ações visando a informação do produtor tão logo seja votada a Medida Provisória 571/12 pela Câmara de Deputados e Senado Federal. Entidade e órgão também vão atuar juntos na prevenção a incêndios. Corumbá se destaca neste período por ser o município com maior número de queimadas do Brasil. Eduardo Riedel sugeriu que sejam adotadas ações planejadas de cunho preventivo junto com sindicatos e produtores rurais. “Vocês têm o público alvo e nós temos a obrigação de fazer”, pontuou Cruz. Riedel colocou a estrutura do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural à disposição do Ibama para ações dessa natureza.

---

### **Movimentos sociais consideram Política Nacional de Agroecologia insuficiente. Viviane Tavares – Site do MST. 12/09/2012**

Esperada por diversos movimentos sociais, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída pelo decreto 7.794 no dia 21 de agosto. Prevista para sair em junho, durante a Cúpula dos Povos, sua publicação foi adiada por quase três meses e avaliada como tímida.

Com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações da produção agroecológica e orgânica, a política tem como diretrizes a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, do uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às

experiências locais, além das questões da participação da juventude e da redução das desigualdades de gênero.

No entanto, questões consideradas fundamentais para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) foram deixados de lado como, por exemplo, o plano de redução de uso de agrotóxico no Brasil com banimento das substâncias já proibidas em diversos países, a definição de áreas contínuas de produção agroecológica, além de apoio à pesquisa e assistência técnica deste modelo. "Propomos um programa específico para as mulheres, uma vez que elas têm um papel fundamental na transição agroecológica, mas a política trouxe uma abordagem muito sutil. É preciso reconhecer o papel das mulheres que hoje ainda são vistas apenas como apoio nestas atividades", acrescenta a presidente do Consea, Maria Emilia Pacheco.

Alguns movimentos sociais também apresentaram seu ponto de vista sobre a PNAPO. Em moção publicada durante o I Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas: por Terra, Território e Dignidade realizado em agosto, a função social da terra e a promoção do acesso à água como um bem de domínio público são lembradas como reivindicações não contempladas pela política. Segundo o documento, a participação da sociedade também foi restringida. "Tivemos duas grandes decepções em relação à questão da participação da sociedade civil, a primeira delas é que a política define a criação de uma comissão e não a de um conselho, como nós havíamos solicitado. Além disso, na sua composição, ela foi definida como paritária, enquanto apostávamos na composição de 2/3, assim como é constituído o Consea e que temos experiências muito positivas", explica Maria Emilia.

## **Ganhos**

A Parte 1 do Dossiê da Abrasco - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Saúde lançado em abril no World Nutrition Rio 2012 indicava para a criação de uma política de agroecologia como uma forma de promoção da saúde. "Pelo olhar da saúde coletiva, a gente percebe que o nosso modelo agroecológico pode evitar algumas causas dos problemas de contaminação por agrotóxico, por exemplo, que está associado ao modelo de agricultura quimificado, baseado na revolução verde. A agroecologia é uma proposta de alteração do modelo, então, pela primeira vez, a gente começa a ver aparecer políticas que sinalizam e apontam nesta direção", comentou Fernando Carneiro, da Abrasco.

Maria Emilia lembra ainda que as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional também apontavam para a implantação de sistemas sustentáveis de base agroecológica. "A produção da agroecologia inclui também a produção de hábitos alimentares com características mais regionais, portanto, mais saudáveis, permitindo a sustentabilidade dos sistemas alimentares", explicou.

Ela ainda ressalta que uma dos destaques positivos desta política é encontrado no artigo 12, no qual propõe alterações sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, aprovado pelo Decreto nº 5.153, em relação à dispensa de inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASSEM), facilitando assim a multiplicação de sementes ou mudas para distribuição, troca e comercialização em diferentes estados. "É fundamental ter um programa de conservação da biodiversidade, e podemos ver pouco

deste reconhecimento nesta parte da política, que reconhece existência da semente crioula e nativa. Antes víamos um restrição do direito dos agricultores, que, agora, está tendo mais flexibilidade, incentivando assim esta produção e comercialização", analisa.

### **Próximos passos**

De acordo com Fernando Carneiro, da Abrasco, é preciso agora criar a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) para que os objetivos da política passem a se concretizar. "Sem dúvida esta política é uma conquista dos movimentos que, ao longo de anos, vêm pensando e propondo questões, mas ela precisa da criação de Comissão urgente para que a política não se reduza a apenas uma carta de intenções", analisa. Caberá à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), dentre outras competências, a elaboração e o acompanhamento da PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), além de propor diretrizes, objetivos e prioridades do plano ao Poder Executivo Federal.

A definição das prioridades também é apontada pela representante do Consea como um dos primeiros passos a serem tomados. "Quando nós fizemos e encaminhamos sugestões à política, estas vinham acompanhadas de medidas prioritárias que não foram acatadas. Agora essas prioridades devem ser definidas o quanto antes para que possamos negociar com o governo e começar a concretizar a elaboração do PLANAPO que o decreto prevê", aponta a representante do Consea. Ela explica ainda que para instituir a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é preciso pressionar o governo para a criação de uma portaria que a regule. Para tal, a ANA e o CONSEA já estão em articulação e com audiências previstas com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas e com ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Gilberto de Carvalho para as próximas semanas.

---

### **Ministra fala sobre a importância de um novo indicador de desenvolvimento que, além de medir riquezas e custos, também trabalhe com as questões ambientais. Rafaela Ribeiro e Paulenir Constâncio – Site do MMA. 12/09/2012**

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho, no Rio de Janeiro, por sugestão do Brasil, estabeleceu um processo para se definir um novo parâmetro de indicador de desenvolvimento que levará em conta as questões ambientais. "Tanto a contabilidade como os indicadores de desenvolvimento, o indicador maior que é o PIB [Produto Interno Bruto, a soma de riquezas produzidas por cada país], não traduzem, em termos de riqueza e de custos, aquilo que é apropriação das questões ambientais" afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, nesta quarta-feira (12/09) durante a 107ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). "Reconheceu-se a necessidade de se desenvolver uma nova métrica e foi instituído um processo para isso no âmbito da comissão de estatística da ONU, uma das decisões que poucas pessoas entenderam a envergadura".

Participou do painel, além da ministra, o negociador chefe do Brasil, embaixador André Corrêa do Lago que fez questão de explicar que o impacto da Rio+20 "não é a Conferência em si, mas sim a agenda que ela estabelece para os próximos anos,



estabelece prioridades para os próximos anos”. O embaixador fez questão de ressaltar a importância da sociedade civil nesse processo de transformação que as questões ambientais estão pedindo de forma cada vez mais urgente.

“Foi muito importante que o Brasil marcasse a relevância do papel da sociedade civil no plano da sustentabilidade, porque, no fundo, a sociedade civil pode ir mais rápido do que os governos, acrescentou Corrêa do Lago. “O que a Rio+20 fez foi abrir uma série de processos e redirecionar as ações. O documento da Rio+20 tem um impacto de mudança enorme. A continuidade disso vai depender de vontade política e da participação da sociedade civil.”

## JARDIM BOTÂNICO

O reconhecimento do mais novo jardim botânico do País foi anunciado durante a reunião. É o quarto da região Centro-Oeste e fica na cidade goiana de Cavalcante, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. “É um marco que vai ajudar a frear a destruição do Cerrado”, afirmou o secretário de Meio Ambiente do município, Antonio Alencar.

O secretário Executivo do MMA, Francisco Gaettani, destacou a importância da inclusão do parque na Rede Nacional, formada por outros 47. “É uma boa notícia na semana do Cerrado”, disse. A articulação começou no início do ano, em meio a protestos na comunidade contra a retirada de palmeiras nativas. Em meados de agosto, o movimento pela transformação do parque ambiental municipal Lava-Pés em um jardim botânico começou a receber apoio dentro da própria rede. Bem próximo da cidade o local abriga espécies nativas e exóticas, com fitofisionomia marcada pela beleza e diversidade de suas flores.

Mais de 60% da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros estão dentro do perímetro municipal, embora Cavalcante não tenha um portão de acesso à Unidade de Conservação, que é de proteção integral. Alencar, que não tem acento no Conama, veio a Brasília a convite da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Goiás, membro do Conselho, para negociar a construção de infraestrutura necessária. Segundo ele, já existem recursos alocados para as obras, faltando apenas o aval do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, gestor do parque. “Será um avanço para o turismo sustentável do município e da região, a maior área ainda preservada do Cerrado”, avalia.

## **Agricultura de Precisão é modelo de conservação ambiental com produção agrícola – Site da CNA. 12/09/2012**

A utilização da agricultura de precisão otimiza recursos e confere ao produtor ganho de produtividade com preservação ambiental. Por essa razão, essa tecnologia foi levada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar – e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA - à Rio+20. Depois disso, as entidades se uniram para promover no País esse modelo de produção. Entre os 10 municípios brasileiros selecionados para esse seminário, Maracaju será a única cidade de Mato Grosso do Sul a receber o evento.

O Seminário de Agricultura de Precisão, promovido pela CNA, Senar/MS, Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL e Sindicato Rural de Maracaju, será no dia 17, no Parque de Exposições da cidade, a partir das 8h30.

Conforme o executivo da Associação de Produtores de Soja de MS – Aprosoja/MS - e assessor de agricultura da Famasul, Lucas Galvan, não existem dados que informem qual o total de área onde é utilizada a tecnologia. “Os produtores rurais de ponta já investem e usam a agricultura de precisão em suas propriedades. Os ganhos são vários, mas ele tem certeza que está usando o recurso onde realmente é necessário, sem desperdícios”, comentou.

Agricultura de precisão é um sistema de gerenciamento agrícola, que permite ao produtor rural, gerenciar, por meio de tecnologias diversas, o andamento da propriedade. Estas tecnologias facilitam o trabalho do homem do campo, e são capazes de melhorar a produtividade da lavoura, gastando menos insumos e influenciando diretamente nos rendimentos. Isso, sem prejudicar o meio ambiente.

A iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR é promover a troca de informações com o homem do campo, através desses seminários, com palestras e mesas redondas com profissionais. Além das palestras, o Senar apresentará aos participantes um produtor que obteve sucesso usando agricultura de precisão em sua propriedade, para compartilhar sua experiência.

Para o superintendente do SENAR/MS, Clodoaldo Martins, as tecnologias da Agricultura de Precisão auxiliam o produtor rural no monitoramento e na gestão da propriedade. “Por meio do monitoramento georreferenciado, ele corrige o solo, não desperdiça fertilizantes, e consegue um ganho de produtividade”.

Para este evento, os palestrantes serão Ricardo Inamassu, pesquisador da Embrapa, e os professores José Molin da ESALQ/USP, e Telmo Amado, da Universidade Federal de Santa Maria, especialistas no assunto, que abordarão os temas: base conceitual de agricultura de precisão, situação atual e tendências futuras e manejo de lavouras para alto rendimento.

---

### **Agricultura de precisão para todos – Site da CNA. 12/09/2012**

O conceito de agricultura de precisão para o pesquisador da Embrapa Ricardo Inamasu é simples: o produtor deve conhecer a sua terra, e a partir daí, gerenciar a propriedade com base na variabilidade espacial. Segundo ele, a agricultura de precisão existe há anos, mas os produtores ainda precisam entender como utilizá-la.

Ricardo Inamasu e os professores Telmo Amado, da Universidade Federal de Santa Maria, e José Molin da ESALQ/USP, participaram nesta quarta-feira (12) do segundo seminário de Agricultura de Precisão no município de Bom Jesus, no Piauí. Para eles, a AP pode ser feita por pequenos e grandes produtores.

“Qualquer produtor consegue fazer AP, ele só precisa observar sua terra e entender cada área para saber como investir ali. Isso é possível com análises do solo por meio da amostragem de cada região. Conhecendo a variabilidade do solo, o produtor poderá

utilizar melhor as diferenças da terra,” explicou Inamasu. O pesquisador ressaltou que o produtor pode começar a AP do zero. “A agricultura de precisão é um resgate do homem a terra. Ao identificar cada área ele saberá o que precisa e então poderá investir na compra de equipamentos. A máquina vai ajudar a tratar as diferenças da terra,” assegurou.

Para o professor José Molin, da ESALQ/USP, que ministrou a palestra Situação atual e tendências futuras da AP, o produtor deve encarar que as lavouras não são uniformes e destacou ainda a importância da variabilidade espacial. “Nem o canteiro lá no nosso quintal é uniforme. Por isso precisamos entender essas variabilidades do solo para fazer agricultura de precisão”, disse. “O operacional da AP dá trabalho, mas faz querer saber mais para gerenciar melhor a lavoura”, acredita.

O professor afirmou que a agricultura de precisão no Brasil é feita atualmente com gerenciamento da correção de adubação do solo via aplicação em taxa variável, basicamente de calcário, potássio, fósforo e gesso, com base na amostragem georreferenciada. Molin destacou a falta de pessoal qualificado para atuar nesse setor. “É necessário monitorar, coletar dados, analisar e criar diagnóstico na agricultura de precisão. A verdade é que estamos com falta de gente desde o operacional ao profissional intelectual e é aí que entra o papel do SENAR, para capacitar essa mão de obra rural”, afirmou.

Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Vale do Gurguéia e produtor na região, Isaías Rocha diz que espera aprender e levar o conhecimento do seminário para seu dia a dia. “A agricultura de precisão está sendo uma novidade para nós que somos pequenos produtores e usamos técnicas antigas, de 10 ou 15 anos. A AP é uma tendência do futuro”, acredita. Ele conta que já faz experiências na sua propriedade. “Eu procuro identificar as áreas com fertilidade maior. Isso ajuda a melhorar a produção”, disse. Isaías Rocha destacou a importância do SENAR nesse processo de aprendizagem. “O SENAR é nosso parceiro, tem sido muito importante para gente e tem capacitado muitos jovens e produtores rurais nos municípios da região,” assegurou.

Na palestra Manejo de Lavoura para altos rendimentos, o professor Telmo Amado falou sobre adubação e mostrou aos participantes mapas sobre a evolução da fertilidade no solo. Ele lembrou que a variabilidade impacta diretamente na produção, por isso é tão importante. “Precisamos fazer o dever de casa: conhecer a variabilidade do solo para melhorar a produtividade. A agricultura de precisão é apenas um refino tecnológico na lavoura”, disse.

Nelson Manganeli é produtor local e diz que começou a trabalhar com AP este ano. “Eu acredito que a agricultura de precisão seja o futuro mesmo. Estamos começando agora com 400 hectares, como área teste, mas esperamos aumentar no próximo ano e temos equipamentos para isso”, explica. Para ele, a questão da mão de obra será resolvida com auxílio do SENAR. “Com o trabalho do SENAR, será possível aperfeiçoar profissionais para atender essa área e com o tempo suprir essa demanda de mão de obra.”

---

## **Busca Ativa realizada em Belém dá prioridade para as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. Carlos Américo – Site de MMA. 13/09/2012**

Ampliar a inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único (CadÚnico) e em programas sociais do Governo Federal é o objetivo da Oficina Busca Ativa, que se encerra nesta sexta-feira (14/09), em Belém. Estão sendo apresentados os princípios do Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral de famílias de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em situação de extrema pobreza – renda familiar de até R\$ 70 por pessoa.

O segundo dia do evento será voltado à ampliação do Busca Ativa para o público do Bolsa Verde. Para isso, serão desenvolvidos planos de ação para alcançar famílias que moram em unidades de conservação, assentamentos e ribeirinhos de 31 municípios prioritários, que participarão da oficina. A ação é resultado de parceria entre prefeituras, superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria do Patrimônio da União e ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social.

### **CADASTRO**

“Ao final da oficina vamos sair com planos para esses municípios, com cronogramas e tarefas divididas, para que representantes municipais, junto com ICMBio, Incra ou SPU, vão a campo para cadastrar as famílias”, explica a coordenadora da Gerência de Gestão Socioambiental da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Andrea Oncala, que participa da oficina.

Nesses 31 municípios paraenses prioritários estão 271 assentamentos e 19 Unidades de Conservação (UCs), que somados aos ribeirinhos totalizam 40 mil famílias que se enquadram no programa Bolsa Verde mas que ainda não são beneficiadas por não estarem no CadÚnico e no Bolsa Família.

Esta é a primeira oficina do Busca Ativa, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com foco no programa Bolsa Verde. Outras seguirão o mesmo caminho para ajudar o programa a atingir a meta de fechar 2012 com 73 mil famílias atendidas. O número atual de famílias beneficiadas é de 29 mil.

---

## **Posição do MAB frente ao pacote de energia elétrica do governo – Site da CPT. 13/09/2012**

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulga manifesto avaliando os pontos positivos e negativos das medidas recentemente anunciadas pelo governo federal sobre o setor energético brasileiro.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que tem pautado sua luta histórica na defesa das populações atingidas por hidrelétricas, e junto com demais setores organizados propõe a construção de um Projeto Energético Popular para o Brasil, ao analisar o anúncio feito pelo governo brasileiro no último dia 11 de setembro, vem a público manifestar sua posição:

1- O anúncio do governo federal sobre a renovação das concessões do setor elétrico que vencem nos próximos anos é uma vitória dos setores populares. Apesar de todos os problemas existentes no atual modelo energético nacional, pelo menos não há uma piora na situação atual. É importante destacar que setores conservadores dentro do governo e também um grupo de empresários queriam a privatização desta parte da energia que hoje, na sua maioria, está nas mãos das empresas estatais e com o custo de implantação já pago pelo povo brasileiro. Neste ponto, estes setores conservadores foram derrotados.

2- Anunciar a diminuição do preço da energia elétrica é também um reconhecimento por parte do governo do que já denunciávamos há muito tempo: o Brasil possui, através da energia hidrelétrica nas atuais condições, uma das fontes mais baratas e o povo brasileiro paga uma das tarifas mais caras do mundo. Afirmamos que a diminuição do preço da luz para as famílias deveria e poderia ser maior ainda se fossem, de fato, enfrentados os setores que estão ganhando rios de dinheiro, usando nossa água, nossos rios e explorando o povo brasileiro.

3- O anúncio do governo teve uma série de pontos que não atendem as reivindicações dos trabalhadores e das organizações sindicais e sociais, dentre elas citamos que não há garantias de que o processo de precarização dos serviços, das terceirizações e das difíceis condições de trabalho para os eletricitários seja modificado.

4- Também não há medidas claras de fortalecimento das empresas estatais que deveriam, a nosso ver, ser cada vez mais fortalecidas no seu aspecto público e com controle social e popular.

E não vimos nem ouvimos uma só palavra que aponte que as grandes injustiças e a dívida histórica que o Estado tem para com os atingidos por barragens, dívida esta que foi reconhecida inclusive pelo ex-presidente Lula, seja paga de forma que os atingidos possam ter a esperança de ter seus direitos reparados.

Finalmente, sabemos que mesmo as medidas consideradas positivas estarão em permanente disputa, e que os setores conservadores do governo e da elite brasileira ou estrangeira farão de tudo para anular os possíveis ganhos que o povo pode ter na área da energia. E que os direitos do povo não virão por boa vontade dos governantes, muito menos das empresas. Teremos que construir com nossas lutas e organização as mudanças necessárias para nosso país, combatendo permanentemente todas as estruturas injustas da sociedade.

Nossa luta por um Projeto Energético Popular e pelos direitos dos atingidos por barragens, dos trabalhadores do setor da energia e das famílias consumidoras continua.

---

**Sem acordo, governo admite novo projeto para lei florestal. Gabriela Guerreiro –  
Folha de São Paulo. 13/09/2012**

*Líder no Senado diz que Planalto estuda usar decreto legislativo*

Sem acordo para votar na Câmara a medida provisória que regulamenta o Código Florestal, o governo admite apresentar um projeto de decreto legislativo no Congresso para tentar salvar parte dessa legislação ambiental.

Como a MP perde a validade em 8 de outubro e não há acordo com a bancada ruralista para aprovar o texto do governo, o Planalto estuda outros mecanismos para evitar o vácuo deixado sem a votação do código.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a presidente Dilma Rousseff mantém a disposição de vetar o texto aprovado pela comissão mista do Congresso que analisou a MP.

A bancada ruralista conseguiu aprovar um artigo que reduz o tamanho da área de recomposição de áreas desmatadas ilegalmente na beira dos rios. Sem o compromisso de que Dilma não vai vetar a medida provisória, os ruralistas não aceitam votá-la.

"Como não há entendimento, teremos que ir à votação. Se perdermos, a presidente vai vetar", afirmou.

Braga disse que, se a MP perder a validade, haverá um retrocesso no Código Florestal - resgatando o texto antigo, antes das mudanças promovidas pelo Congresso na primeira versão aprovada.

Por esse motivo, Dilma estuda pedir a um parlamentar para apresentar o projeto de decreto legislativo no Congresso. Outra alternativa é inserir a mudança no código em outra medida provisória a ser encaminhada depois das eleições de outubro.

"Estamos estudando diversos aspectos. Vamos encaminhar MPs ou apresentar projetos de decreto legislativo tantas vezes quantas forem necessárias", disse Braga.

O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), busca um acordo para tentar votar a MP na próxima semana.

O Senado seria convocado para a medida provisória já na semana seguinte, para impedir que ela perca a validade.

---

**Indenização do governo será limitada a 10 usinas. Anne Warth – O Estado de São Paulo. 14/09/2012**

*Hubner, diretor-geral da Aneel, diz que pacote de energia não 'quebra contratos'*

BRASÍLIA - O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, disse que cerca de 10 de um grupo de 90 usinas que tem contratos de concessão com vencimento entre 2015 e 2017 terão direito a receber indenizações por investimentos ainda não

totalmente amortizados. O valor total a ser despendido pelo governo com as compensações, bem como as novas tarifas de geração e receitas de transmissão, será conhecido apenas em 1.º de novembro.

As usinas, diz Hubner, pertencem à Chesf, Furnas, Cemig, Cesp e Copel, entre outras empresas de menor porte. As concessionárias terão pouco mais de um mês – até 15 de outubro – para dizer se querem ou não renovar os contratos. Como terão de manifestar o interesse antes de saber os detalhes, elas podem confirmar ou não a intenção.

Segundo a Aneel, os termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão terão de ser assinados até 4 de dezembro. As novas tarifas para os consumidores serão aplicadas a partir de 5 de fevereiro e devem gerar uma redução média de 16,2%, para residenciais, e de até 28%, para grandes indústrias.

Quebra de contrato. Hubner negou que a Medida Provisória que trata da renovação das concessões represente quebra de contrato. "Não há quebra de contrato nenhum. Todas as concessões tinham cláusula de renovação de mais 20 anos, que poderia ser feita a critério do poder concedente", afirmou. "A MP 579 definiu esses critérios, e para renová-las, os interessados devem aceitar as condições da MP."

A maioria das concessões de transmissão também já foi devidamente paga e não deve receber nenhuma compensação. A MP deixa claro que os bens existentes em 31 de maio de 2000, independentemente da vida útil remanescente do equipamento, serão considerados totalmente amortizados pela receita auferida pelas empresas no período de concessão. "A Advocacia-Geral da União (AGU) entendeu que o prazo de concessão e renovação dessas linhas foi suficiente para depreciar e amortizar esses investimentos", o executivo.

Hubner reiterou que o preço da energia produzida por essas usinas estava muito acima do valor de mercado. "As empresas estavam ganhando muito por energia velha, pois continuávamos indenizando e pagando por ela como se fosse nova. Era um contrassenso, não tem sentido. O consumidor brasileiro já pagou por isso", afirmou. Segundo ele, em média, o valor do MWh dessas usinas estava em torno de R\$ 95, enquanto em Belo Monte custará R\$ 78, e Teles Pires, R\$ 56.

Efeito retardado. Ontem, durante o Fórum Brasil Competitivo, promovido pelo Grupo Estado em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse que a reação de pânico do mercado foi retardada. Para ele, todo mundo sabia que a renovação implicaria mudanças. "Eles (analistas) deveriam ter acompanhado e precificado o valor das ações antes. Mas é da natureza do mercado ter um choque. Depois a poeira abaixa." Paulo Godoy, da Abdib, completou: "É preciso tomar cuidado, pois ter uma concessão não significa ser dono do ativo."

---

## **Arcaico e moderno. Katia Abreu – Folha de São Paulo. 15/09/2012**

*Na revolução agrícola, uns não sabem o que temos de mais promissor e outros fingem não saber por má-fé*

A agricultura é a principal base de lançamento estratégico do país na competição mundial. É a sua alta produtividade, em quantidade e qualidade, que abre barreiras, derruba preços e faz a

vida melhor e mais barata. Só que essa verdade incontestável e estatisticamente demonstrável, que faz da vida rural, combinada com tecnologia, uma novidade material e econômica, ainda não tem, para toda a sociedade, a visibilidade simbólica que lhe faça justiça.

Muito precisa ser esclarecido sobre nossa maior vantagem comparativa e competitiva.

Porque uns, por desconhecimento da moderna revolução agrícola pela qual passa o nosso país, ainda não sabem o que temos de mais promissor; outros fingem não saber, por má-fé e apego aos mitos do país arcaico, o que reduz o ímpeto do crescimento do Brasil.

Mas quem vive a vida no campo, integrado ao progresso urbano, compreende bem porque a afirmação dos interesses dos cidadãos do mundo rural combina com a afirmação de princípios de todos os cidadãos do nosso país.

O desafio brasileiro não é a ruptura dos dois brasis -o novo, ter a ilusão que pode, num passe de mágica, expulsar o arcaico da política, da economia, da vida social- mas sim convencer gradativamente o país que o moderno deve assimilar o arcaico e torná-lo disfuncional e desnecessário.

Todo o processo de mobilidade social em nosso país, que permitiu o surgimento e o progresso de diferentes classes sociais, maior transferência de renda e o acesso a bens e produtos de consumo, se deve, fundamentalmente, à estabilização e barateamento dos preços de alimentos. Foram o acesso à tecnologia e a difusão do conhecimento científico aplicado à agricultura que evitaram, todos esses anos, carestia, crise de abastecimento e ameaça à estabilidade política.

Ao gastarem menos para alimentar as famílias, urbanas e rurais, puderam viver melhor.

E todo esse esforço combina, como em nenhum outro país do mundo, preservação ambiental com qualidade e quantidade dos alimentos produzidos.

Mesmo quando a escassez de mão de obra no campo fez aumentar o seu custo, o domínio da tecnologia impulsionou a produtividade, freando a alta de preços. E nas áreas onde ainda existem baixa produtividade, exclusão social e pobreza -de propriedades e proprietários-, podemos dizer que tal realidade é o espelho da falta de difusão tecnológica.

Uma política pública voltada para gerar e difundir tecnologia, que contemple, entre outras medidas, a reorganização do sistema de assistência técnica, extensão rural e a criação de um órgão inteiramente dedicado a esse fim, é fundamental para consolidar os ganhos da sociedade até aqui e criar condições para que continuemos a avançar.

Essa nova política pública, capaz de democratizar o acesso à tecnologia e modernizar a agricultura familiar e as pequenas propriedades pode ser o principal fator de inibição do arcaico que ainda persiste em várias regiões.

E daí deriva uma certeza que incomoda os críticos do sucesso de nossa agricultura: o progresso na área rural é poupador de terra e fator de estabilidade ambiental. Não é a área plantada que reflete a maior produtividade, mas sim a tecnologia empregada.

O historiador e economista inglês Arnold Toynbee afirma que "existem dois fatores constantes na vida social: o espírito do homem e o seu meio ambiente.



A vida social é a relação entre eles, e a vida somente se ergue ao cume da civilização quando o espírito do homem é o parceiro dominante da relação -quando, em vez de ser moldado pelo meio ambiente, ou simplesmente preservar-se em tensão com o meio numa espécie de equilíbrio, ele molda o meio ambiente de acordo com seu propósito ou "expressa" a si mesmo "imprimindo-se" sobre o mundo".

A inteligência agrícola brasileira imprime ao país sua marca de sucesso, respeitando a parte intocável do nosso território e preservando e mantendo fértil a parte que cultiva. É muito mais do que qualquer grande visionário de um mundo justo possa aceitar e compreender.

---

### **País elevará emissão de CO2 com hidrelétricas sem reservatórios. Danielle Nogueira – O Globo. 16/09/2012**

*Fórum Nacional debaterá esta semana opções energéticas para o Brasil. Energia eólica: competitividade depende dos reservatórios de hidrelétricas.*

Nos próximos dez anos, a capacidade instalada de hidreletricidade no Brasil vai crescer 61%, impulsionada por novas usinas, como Belo Monte (PA) e as hidrelétricas do Rio Madeira (RO). Mas a área dos reservatórios vai avançar em ritmo bem menor: apenas 11%, nos cálculos da consultoria internacional de energia PSR. O debate será feito na Sessão Especial da 24ª edição do Fórum Nacional, organizada pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso.

Esse descompasso na produção de energia fará com que o governo tenha de recorrer às térmicas com uma frequência bem maior do que a de hoje para garantir o pleno abastecimento, elevando em 230% a emissão de CO2 por cada megawatt/hora consumido no país. O Brasil consome atualmente 35,9 milhões de MWh por mês.

O alerta consta do estudo “Energia hidrelétrica e outras fontes renováveis: oportunidades e desafios”, produzido pelo presidente da PSR, Mario Veiga, e que será apresentado no Fórum, entre 19 e 20 de setembro, na sede do BNDES.

O tema da sessão especial do Fórum este ano é “Novos Caminhos do Desenvolvimento Brasil: Visão de País e Impulso à Competitividade”.

#### **Barragens são verdadeiros ‘armazéns de vento e cana’**

O estudo da PSR, escrito por Mario Veiga em parceria com Rafael Kelman e Tarcísio Castro, que também trabalham na consultoria, atenta para uma situação irônica que o setor elétrico vive hoje. O modelo das grandes hidrelétricas em construção dá prioridade às chamadas usinas a fio d’água, que não dispõem de reservatórios. Uma determinação que visa a reduzir a área inundada e evitar o deslocamento de populações e a submersão de grande quantidade de matéria orgânica — estudos mostram que debaixo d’água as florestas entram em decomposição e emitem gás metano, um dos vilões do aquecimento global.

Um efeito colateral dessa escolha é que, ao reduzir o tamanho dos reservatórios, o Brasil terá que acionar as térmicas para compensar variações na geração de energia de outras fontes, especialmente a eólica e a de biomassa. Essas duas são intermitentes, já que dependem dos ventos e da safra da cana-de-açúcar. Segundo Veiga, o Brasil resolveu esse problema justamente com os reservatórios das hidrelétricas.

— Nos períodos de menor produção de energia eólica e de biomassa, os reservatórios são esvaziados e vice-versa. Na prática, nossos reservatórios também armazenam vento e cana. E é por isso que conseguimos tornar competitivas essas fontes renováveis, uma combinação única do mundo.

### **Rota do desenvolvimento**

Com menos reservatórios, diz ele, as emissões de gás metano podem até ser contidas, mas as de CO<sub>2</sub>, outro vilão do efeito estufa, vão aumentar. Ele lembra ainda o uso múltiplo dos reservatórios, que também viabilizam a irrigação e o transporte. Critica ainda a qualidade dos estudos de viabilidade das hidrelétricas e aponta falhas na comunicação entre as empresas e a comunidade, o que dificulta a liberação de licenças ambientais.

O estudo de Veiga se insere nas discussões da Sessão Especial do Fórum Nacional sobre como aproveitar as oportunidades para recolocar o Brasil na rota do desenvolvimento.

— Isso passa pela transformação da educação, pelos investimentos em infraestrutura e pelas energias renováveis — resume o ex-ministro e presidente do Inae, João Paulo dos Reis Velloso.

---

### **Ex-capital do gado vira rainha da celulose. Mariana Aragão – Folha de São Paulo. 16/09/2012**

*Três Lagoas (MS) vai atingir capacidade de 3 milhões de toneladas da matéria-prima por ano, recorde mundial. Cidade atrai biodiesel, siderurgia e fertilizante, quadruplica PIB desde 2009 e recebe 15 mil novos moradores.*

Em dois meses, a cidade de Três Lagoas (MS) vai abandonar definitivamente a alcunha de capital do gado e adotar um novo sobrenome: a da capital mundial de celulose.

Com a inauguração da fábrica da Eldorado Brasil, em novembro, o município atingirá uma capacidade para produzir três milhões de toneladas de celulose por ano.

É a maior capacidade de produção da matéria-prima em uma única cidade no mundo.

Uma mudança radical na vocação econômica do município sul-matogrossense que, até a década de 90, abrigava um dos maiores rebanhos de gado do país, de um milhão de cabeças.

O investimento de R\$ 6,2 bilhões do grupo da J&F se soma ao da concorrente Fibria, que inaugurou em 2009 uma fábrica na região com capacidade para produzir 1,3 milhão de toneladas ao ano.

Os novos projetos fazem parte de uma onda de investimentos que invadiu a cidade nos últimos oito anos.

Nesse período, R\$ 12 bilhões foram aplicados em projetos como o da multinacional Cargill, que inaugurou em agosto uma fábrica de biodiesel, ou da Votorantim, que inicia as atividades de uma siderúrgica em novembro.

Já a Petrobras constrói uma fábrica de fertilizantes que consumirá R\$ 4,25 bilhões e começa a operar em 2014.

## PIB CHINÊS

O capital que chegou à cidade por meio dos projetos industriais fez o PIB local dobrar entre 2005 e 2009.

De lá pra cá, quando se intensificou o fluxo de investimentos, a produção de riqueza da cidade cresceu outros 300%, segundo a Secretaria do Desenvolvimento do Estado (o IBGE não divulgou o PIB de 2010 e 2011).

A cidade tenta se acomodar ao novo patamar de terceira maior economia do Estado. Nas ruas do centro, o comércio cresce e se sofisticava para atender aos cerca de 15 mil novos habitantes.

São trabalhadores das fábricas -só na construção da unidade da Eldorado Brasil, há 13 mil pessoas envolvidas-, executivos trazidos para coordenar as operações fabris e profissionais de cidades vizinhas que buscam uma oportunidade na agora efervescente Três Lagoas.

"A cidade vive o pleno emprego há quatro anos", diz Marco Garcia, secretário municipal de desenvolvimento.

Até um projeto de aeroporto foi desengavetado e deve ser concluído até o fim do ano, na expectativa de receber um voo da Azul a partir de São Paulo.

A companhia aérea diz estudar a possibilidade.

A ascensão econômica de Três Lagoas é em boa parte justificada pela vantagem logística do município, que está próximo de rodovias, hidrovias e ferrovias. Também atraíram as empresas os incentivos fiscais dos governos, como doação de terrenos e isenção de ICMS.

"A cidade tornou-se uma alternativa para empresas que precisam sair de São Paulo, por exemplo, onde o custo de mão de obra é mais elevado", diz Ana Cláudia Utumi, sócia da área tributária do escritório Tozzini Freire.

---

## **Plano Nacional para produção orgânica está sendo delineado – Site do MAPA. 17/09/2012**

*[Reunião com representantes do setor, Governo e Embrapa aponta as primeiras diretrizes que irão guiar a cadeia produtiva]*

As primeiras propostas para a criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foram apresentadas em reunião da Câmara Temática do setor na tarde desta segunda-feira (17), em Brasília. O Decreto nº 7.794, publicado em 21 de agosto, estipulou prazo de 180 dias para que Governo elaborasse proposta para a composição deste plano, que visa articular e adequar políticas, programas e ações voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias, ressaltou que a presidenta Dilma Rousseff quer que essa política não seja apenas carta de intenções. Para ele, o desejo da presidenta é que a sociedade possa acompanhar de fato o que vai ser executado pelo Governo, e que ações concretas sejam tomadas. De acordo com o coordenador, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica terá definição de ações, metas e atores, com foco nas demandas apresentadas por consumidores e produtores. "A

câmara temática está sendo um espaço para que os representantes da sociedade consigam se expressar e ver as suas ansiedades colocadas no Plano. A ideia é que a gente possa discutir essa rede inteira de produção”, enfatiza.

Foram levantadas questões, como a formação de profissionais especializados na produção sustentável, a ampliação das linhas de financiamentos para a produção orgânica e de pesquisas voltadas para a área. Rogério Dias acredita que o setor já vem trabalhando uma regulamentação com foco no fortalecimento da ligação entre produtor e consumidor. “O crescimento da população urbana, às vezes afasta as pessoas do entendimento dos processos produtivos. Então, as discussões da política nacional não passam só por uma questão técnica, passam também por discussões básicas de desenvolvimento urbano e rural”, acredita.

O universo de produção orgânica está mais concentrado em pequenos produtores que comercializam em venda direta. Por isso, ainda não existe um levantamento preciso sobre o número de produtores e quantidade de alimentos comercializados, ainda que, de acordo com ele, é perceptível o aumento da produção orgânica. Rogério Dias lembra que o cadastro nacional, criado em 2011, está sendo estruturado para que o setor seja avaliado de uma maneira mais precisa.

---

### **Projeto bilionário prevê extração de ouro no Xingu. André Borges – Valor Econômico. 17/09/2012**

Um projeto bilionário para exploração de ouro na região conhecida como Volta Grande do Xingu promete dividir a polêmica até agora concentrada na usina de Belo Monte, situada na mesma área. O plano de mineração já está em fase avançada de licenciamento ambiental e será executado pela empresa canadense Belo Sun Mining, com sede em Toronto. O Ministério Público Federal (MPF) do Pará diz já ter encontrado inconsistências no relatório de impacto ambiental apresentado pela mineradora.

O projeto é ambicioso. A Belo Sun, que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan, um banco de capital privado que desenvolve projetos internacionais de mineração, planeja investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro. A produção média prevista para a planta de beneficiamento, segundo o relatório de impacto ambiental, é de 4.684 quilos por ano - o que geraria uma receita anual de R\$ 538,6 milhões, aos preços atuais do metal na BMF&Bovespa.

A lavra do ouro nas margens do rio Xingu será feita a céu aberto, porque "se trata de uma jazida próxima à superfície, com condições geológicas favoráveis". A empresa vai revirar 37,8 milhões de toneladas de minério tratado nos 11 primeiros anos de atividade da mina. A previsão é de que a exploração avance por até 20 anos. Pelos cálculos da Belo Sun, haverá 2,1 mil empregados, próprios e terceirizados, no pico das obras.

Na semana passada, foi realizada a primeira audiência pública sobre o projeto no município de Senador José Porfírio, onde será explorada a jazida. A Belo Sun prevê a obtenção da licença prévia até o fim do ano. A licença de instalação, que permite o avanço inicial da obra, é aguardada para o primeiro semestre de 2013. A exploração efetiva do ouro começaria no primeiro trimestre de 2015. A companhia listou 21 programas socioambientais para mitigar os impactos que serão causados à região e à vida da população.

---

## **Grupo canadense quer extrair ouro ao lado de Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 17/09/2012**

Vista da Volta Grande do Xingu no rio que abrigará a hidrelétrica de Belo Monte e na região onde está a jazida de ouro

O rio Xingu vai deixar de ser palco exclusivo de Belo Monte, a polêmica geradora de energia em construção no Pará. Em uma região conhecida como Volta Grande do Xingu, na mesma área onde está sendo erguida a maior hidrelétrica do país, avança discretamente um megaprojeto de exploração de ouro. O plano da mineradora já está em uma etapa adiantada de licenciamento ambiental e será executado pela empresa canadense Belo Sun Mining, companhia sediada em Toronto que pretende transformar o Xingu no "maior programa de exploração de ouro do Brasil".

O projeto é ambicioso. A Belo Sun, que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan Inc., um banco de capital fechado que desenvolve projetos internacionais de mineração, pretende investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro. O volume do metal já estimado explica o motivo do aporte bilionário e a disposição dos empresários em levar adiante um projeto que tem tudo para ampliar as polêmicas socioambientais na região. A produção média prevista para a planta de beneficiamento, segundo o relatório de impacto ambiental da Belo Sun, é de 4.684 quilos de ouro por ano. Isso significa um faturamento anual de R\$ 538,6 milhões, conforme cotação atual do metal feita pela BM&FBovespa.

A lavra do ouro nas margens do Xingu será feita a céu aberto, porque "se trata de uma jazida próxima à superfície, com condições geológicas favoráveis". Segundo o relatório ambiental da Belo Sun, chegou a ser verificada a alternativa de fazer também uma lavra subterrânea, mas "esta foi descartada devido, principalmente, aos custos associados."

Para tirar ouro do Xingu, a empresa vai revirar 37,80 milhões de toneladas de minério tratado nos 11 primeiros anos de exploração da mina. As previsões, no entanto, são de que a exploração avance por até 20 anos. Pelos cálculos da Belo Sun, haverá aproximadamente 2.100 empregados próprios e terceirizados no pico das obras.

O calendário da exploração já está detalhado. Na semana passada, foi realizada a primeira audiência pública sobre o projeto no município de Senador José Porfírio, onde será explorada a jazida. Uma segunda e última audiência está marcada para o dia 25 de outubro. Todo processo de licenciamento ambiental está sendo conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará. O cronograma da Belo Sun prevê a obtenção da licença prévia do empreendimento até o fim deste ano. A licença de instalação, que permite o avanço inicial da obra, é aguardada para o primeiro semestre do ano que vem, com início do empreendimento a partir de junho de 2013. A exploração efetiva do ouro começaria no primeiro trimestre de 2015, quando sai a licença de operação.

Todas informações foram confirmadas pelo vice-presidente de exploração da Belo Sun no Brasil, Hélio Diniz, que fica baseado em Minas Gerais. Em entrevista ao **Valor**, Diniz disse o "Projeto Volta Grande" é o primeiro empreendimento da companhia canadense no Brasil e que a sua execução não tem nenhum tipo de ligação com a construção da hidrelétrica de Belo Monte ou com sócios da usina.

"Somos uma operação independente, sem qualquer tipo de ligação com a hidrelétrica. Nosso negócio é a mineração do ouro e trabalhamos exclusivamente nesse projeto", disse Diniz.

O "plano de aproveitamento econômico" da mina, segundo o executivo, ficará pronto daqui a seis meses. Nos próximos dias, a Belo Sun abrirá escritórios em Belém e em Altamira. Hélio Diniz disse que, atualmente, há cerca de 150 funcionários da empresa espalhados na Volta Grande do Xingu, região que é cortada pelos municípios de Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Altamira.

O local previsto para receber a mina está localizado na margem direita do rio, poucos quilômetros abaixo do ponto onde será erguida a barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no sítio Pimental. A exploração da jazida, segundo Diniz, não avançará sobre o leito do rio. "A mina fica próxima do Xingu, mas não há nenhuma ação direta no rio."

Para financiar seu projeto, os canadenses pretendem captar recursos financeiros no Brasil. De acordo com o vice-presidente de exploração da Belo Sun, será analisada a possibilidade de obter financiamento no BNDES. "Podemos ainda analisar a alternativa de abrir o capital da empresa na Bovespa. São ações que serão devidamente estudadas por nós."

Segundo a Belo Sun, o futuro reservado para a região da mina, quando a exploração de ouro for finalmente desativada, será o aproveitamento do projeto focado no "turismo alternativo", apoiado por um "programa de reabilitação e revegetação". Na audiência pública realizada na semana passada, onde compareceram cerca de 300 pessoas, a empresa informou que haverá realocação de pessoas da área afetada pelo empreendimento e que a construção de casas será financiada pela Caixa Econômica Federal. A Belo Sun listou 21 programas socioambientais para mitigar os impactos que serão causados à região e à vida da população.

---

### **Deputados tentam se reunir hoje para votar MP do Código Florestal – Site da CNA. 18/09/2012**

A Câmara dos Deputados se reúne nesta semana para mais uma tentativa de votar a Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal. A matéria é o único item da pauta do plenário, mas a votação ainda depende de acordo entre os líderes partidários, que devem se encontrar hoje (18/9) para buscar o entendimento e definir o procedimento de votação. O texto precisa ser aprovado até o dia 8 de outubro para não perder sua eficácia e deve passar, também, pela análise do plenário do Senado até esta data, o que evitaria o agravamento do quadro de insegurança jurídica no campo, diante da falta de regulação sobre alguns pontos da nova legislação ambiental.

“Se a MP caducar, perderemos quase tudo que conquistamos durante as discussões e a insegurança jurídica voltará com muito mais força”, ressalta o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez. Segundo ele, um dos retrocessos seria o fim da redução das faixas de recomposição de APPs nas margens dos rios, definidas no texto aprovado pela Comissão Especial criada para discutir a MP. Sem a regulação destas metragens, passariam a valer as faixas previstas na Lei 12.651/12, o novo Código Florestal, que seriam de 30 a 500 metros.

Pelo texto aprovado no final de agosto pela Comissão Mista, que alterou a versão original da MP, todas as médias propriedades (de 4 a 15 módulos fiscais) terão de recompor 15 metros de APPs próximas aos cursos d'água com até 10 metros de largura, a contar na calha do leito regular. No caso dos rios com mais de 10 metros de largura, a recomposição varia de 20 a 100 metros. Nos imóveis acima de 15 módulos fiscais, as metragens a serem recuperadas na beira dos cursos também variam de 20 a 100 metros, de acordo com o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O texto original da MP previa faixas de recomposição de 20 metros nas propriedades com até 10 módulos fiscais, e de 30 a 100 metros nas propriedades com medida superior a 10 módulos. Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, ficaram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição de APPs, conforme a versão original do texto encaminhado ao Legislativo. As APPs ripárias têm sido um dos principais motivos de divergências entre os parlamentares, resultando no adiamento das discussões e da votação da MP 571.

Nesta semana, os deputados fazem o último esforço concentrado na Casa antes das eleições municipais, que acontecem em 7 de outubro, o que reforça a importância de votar a MP nos próximos dias, para que haja tempo hábil de votação até o dia 8 de outubro. Até lá, a matéria também precisa ser aprovada pelo Senado, que encerrou seu calendário de votações na semana passada antes do pleito eleitoral. No entanto, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), informou que discutirá com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-RS), a possibilidade de convocação de sessões extraordinárias na próxima semana para votar a MP e evitar que o texto perca a validade.

---

### **Câmara dos Deputados aprova Medida Provisória do Código Florestal – Site da CNA. 18/09/2012**

A maioria dos 333 deputados presentes à sessão extraordinária da Câmara dos Deputados aprovou, por votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória (MP) 571, que complementa o Código Florestal brasileiro, rejeitando todos os destaques apresentados. Um acordo da maioria dos partidos com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS), viabilizou a votação do texto aprovado por unanimidade na Comissão Especial Mista que analisou a matéria, contrariando as posições defendidas pelo PV, PSol e DEM. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado, na próxima semana, antes de seguir à sanção presidencial.

“Foi a melhor solução diante da possibilidade da MP perder a validade no próximo dia 8 de outubro. Aumenta a segurança jurídica no campo, pois o texto negociado na Comissão corrigiu algumas imperfeições da MP original”, afirmou o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez. O texto do Projeto de Lei de Conversão alterou dispositivos na versão original da MP, encaminhada em maio pelo Executivo ao Legislativo. Uma das mudanças diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APPs) próximas aos cursos d'água nas médias propriedades, com extensão acima de quatro até 15 módulos fiscais.

Nestes imóveis, as APPs ripárias deverão ter 15 metros na beira dos rios com até 10 metros de largura. Acima de 10 metros, as faixas deverão variar de 20 a 10 metros. Estas mesmas metragens foram estabelecidas para as propriedades com mais de 15 módulos fiscais, e serão definidas de acordo com o Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos Estados.

Pela proposta encaminhada ao Congresso Nacional, a faixa de recomposição nas propriedades com até 10 módulos fiscais era de 20 metros. Acima de 10 módulos, as APPs eram de 30 a 100 metros, dependendo da largura do rio. Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, ficaram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição. A exigência de recomposição também valerá para rios intermitentes. A isenção de recompor APP será válida apenas para os rios efêmeros.

Outra mudança foi a retirada do percentual da propriedade onde seria adotada a prática do pousio, interrupção temporária da atividade agropecuária em determinada área do imóvel rural para recuperação do solo, que era equivalente a 25% da área do imóvel. O prazo de cinco anos para implantação desta técnica foi mantido.

Também foi acrescentado ao texto da MP o conceito de crédito de carbono, que até então não existia no texto-base do relator, definido como um “título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável”. Ainda no texto aprovado no final de agosto pela Comissão Especial, foi retirado o conceito de área abandonada e permaneceu a definição de área úmida.

O texto da Comissão Especial prevê, ainda, pontos como o tratamento preferencial aos agricultores familiares para pagamento por serviços ambientais, a recomposição de vegetação nativa com árvores frutíferas e o plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo na recomposição de até 50% da área da propriedade a ser recomposta com espécies nativas ou exóticas.

Para Assuero Veronez, o projeto “não é o texto dos sonhos” do setor produtivo, que enfrentará dificuldades para cumprir as obrigações que impõe para a regularização ambiental. No entanto, reconhece que o produtor rural terá paz para continuar trabalhando até a implementação dos programas de regularização ambiental. A matéria ainda precisa ser aprovada pelo Senado, a ser convocado extraordinariamente na próxima semana, para não perder a validade.

---

### **Agronegócio avança sobre as florestas brasileiras - Najar Tubino. Site do MST. 18/09/2012**

O Brasil tropical chegou ao mês de setembro ardendo fogo para todo lado. Do centro-oeste à Amazônia, somando um total de 104 mil focos, no levantamento do INPE de janeiro até o dia 11. Muitos incêndios criminosos, como os que atingiram 110 áreas de conservação no país, incluindo o Parque Nacional do Xingu, o Parque Nacional do Araguaia e a Reserva Extrativista Chico Mendes. Nesse país, na hora em que a cotação da soja bate recorde, e uma saca de 60 kg é vendida a 32 a 33 dólares; a arroba do boi tem previsão de ultrapassar os R\$100 em dezembro, o que significa R\$1.700,00, por um boi de 17 arrobas, uma média nacional nos frigoríficos, a floresta queima como no século XIX.



O historiador carioca José Pádua relata em um livro chamado “Um sopro de destruição”, a tecnologia do machado e do tição para implantar uma agricultura ineficiente, baseada na escravidão. Queimava-se o mato e quando não produzia mais e as formigas tomavam conta, queimava-se novamente, em outra área. O próprio José Bonifácio, em um texto para a Assembleia Constituinte de 1823, fala que o Brasil poderia se nos transformar “paramos e desertos da Líbia em dois séculos”, se continuasse a queimar as florestas daquela forma.

-“Que respostas daremos aos nossos netos no Tribunal da Razão por crimes tão horrendos”, perguntava ele no discurso.

Uma declaração em setembro de 2012 reafirmada pelo coordenador de monitoramento de queimadas do INPE, Alberto Setzer:

-“Quando o mercado acelera o ritmo, com produtos como a soja sendo vendidos a preços considerados atrativos, os produtores sentem-se estimulados a aumentar as fronteiras agrícolas. E essa ação é feita basicamente a partir de queimadas”.

O agronegócio brasileiro, incluindo o complexo soja (farelo, grão e óleo), carnes, açúcar e etanol representa 36% das exportações brasileiras e chegou a US\$ 88 bilhões em 2011. A soja atingiu US\$ 21 bilhões. As previsões para 2012 apontam para uma produção de mais de 80 milhões de toneladas em quase 30 milhões de hectares. Os chineses, que compram US\$ 10 bilhões, de soja principalmente. Os Estados Unidos, que deveriam produzir 83 milhões atravessam uma seca anual no Meio Oeste, que já derrubou as previsões de colheita do milho e jogaram os preços internacionais para cima.

Algumas analistas de mercado divulgaram uma quebra de 100 milhões de toneladas. O Departamento de Agricultura (USDA) baixou a estimativa de colheita em 14%, para 329 milhões de toneladas, com quebra de 46 milhões. O problema é que 40% desse total é dirigido à fabricação de etanol – cerca de 50 bilhões de litros – para garantir 10% na mistura com a gasolina.

O bushel (25kg) do milho custava dois dólares antes da mistura. Agora vale nove dólares. Os preços da ração subiram 35 a 40%, e no Brasil um litro de óleo, quer dizer, 900 ml, custa mais de R\$8,00, no supermercado, praticamente o dobro do preço.

Enfim, a especulação está do jeito que o capitalismo esclerosado tem adotado desde a crise financeira de 2008. Nos índices futuros de commodities, como o CRB, as apostas subiram de US\$67 bilhões para US\$96 bilhões até julho. Entre as mercadorias cotadas em bolsas as agrícolas figuram em terceiro lugar em termos de apostas. Primeiro são as metálicas, que agora estão em baixa, mas abocanham cerca de US\$110 bilhões, seguidas pelas energéticas, um pouco abaixo. A correlação entre os índices da Bolsa de N. York e o CRB estreitaram-se a partir de 2008. Era numa, pulou para mais de 90%, agora está em torno de 73%.

O problema do Brasil é que o agronegócio avança pela floresta, mesmo na região Norte, e no que resta do cerrado, agora no oeste da Bahia, sul do Piauí, no oeste do Maranhão e no Tocantins, área denominada de Mapitoba, e que já tem 3,3 milhões de hectares de soja, milho e algodão, contando apenas os três últimos. Prefeitos do oeste baiano, como

as cidades de São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Cotegipe, divulgam aos quatro ventos que existem mais três milhões prontos para serem ocupados. Quer dizer, mais três milhões para derrubar.

Corumbá durante um mês, entre agosto e início de setembro, liderou o número de focos de queimadas, passando de mil. É o maior município do MS, mas tem um rebanho que no início da década passada estava em dois milhões de cabeças e agora deve ter duplicado. Os pantaneiros normalmente queimam seus pastos nativos, porque não são roçados e muito menos adubados. É a forma de limpá-los e, não sofrer com o fogo ocasional.

O segundo no ranking da tragédia da seca brasileira era justamente Cotegipe com 459 focos. Mas São Desidério registrava 257. O maior índice de queimada continua disparado nos municípios do Mato Grosso, por motivos óbvios: é onde o agronegócio mais avança. Mesmo área já convertidas em pastagens como São Felix do Araguaia com 382 focos na segunda semana de setembro, Campos Novos dos Parecis, área de influência dos Maggi, com 135 e Nova Mutum, no início da BR-163, a Cuiabá-Santarém, também com 135. Altamira queimava em 166 pontos e São Félix do Xingu em 152 pontos.

Somente no dia 10 de setembro o Cerrado contava 2.447 focos e a Amazônia 1.450. O Maranhão até o início de agosto já tinha quase seis mil focos, o Mato Grosso oito mil, Rondônia, que tem um dos menores índices de florestas, bateu recordes com mais de cinco mil focos.

No dia 10 de setembro anotei algumas manchetes de jornais: São Paulo veta queima de cana em 488 municípios. Ribeirão Preto batia recorde de temperatura acima de 30°C e 17% de umidade. Registrados apagões no oeste baiano pela queima. Corumbá ficou um dia sem luz, telefone e internet. Sudeste do Pará com dezenas de queimadas ilegais. Queima de vegetação aumenta 80% no país (jornal Nacional). Reservas ambientais devastadas pelo fogo no país (Correio Braziliense). Grajaú, Maranhão: Ministério Público e população protestam contra queimadas.

Até 2006 morei em Campo Grande. O Mato Grosso do Sul não é mais área de expansão agrícola, com exceção do Pantanal, onde cada vez mais se implanta pastagem cultivada, por isso, a fumaça voltou a atingir a capital. Lógico, que os brasileiros, no geral, pela tradição cultura extrativista continuam queimando qualquer coisa, durante a seca. Desde terreno baldio, até o lixo do fundo do quintal. Mas esses são minúsculos casos. Na década de 1990, a primeira chuva, que dava como encerrado o ciclo da seca, chegava ao sete de setembro. Estava na boca do povo. Não chega mais. O fogo continuará principalmente nas áreas estratégicas para o cerrado – onde estão as nascentes dos principais rios do Brasil. O São Francisco depende dos afluentes que nascem no oeste de Minas Gerais e oeste da Bahia, justamente onde mais se desmatam. O biólogo Fábio Olmos, fez um retrato dos biomas brasileiros numa série sobre sustentabilidade dirigida pelo professor José Goldemberg, lançada recentemente. Sobre o cerrado ele escreveu:

- É o segundo maior bioma sul-americano, com área original de mais de dois milhões de km<sup>2</sup>, além do Brasil inclui áreas do Paraguai, Bolívia e até o Peru. Nas estimativas do Ministério do Meio Ambiente, 48% das áreas originais foram perdidas até 2008, equivale às áreas do Mato Grosso e Santa Catarina reunidas. São Paulo só tem 2% da

área original. Em 2007, as unidades de conservação representavam apenas 2,76%, porque as políticas de conservação se concentraram na Amazônia.”

O cerrado continua ele, “é a principal responsável pela produção hídrica de algumas das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras, como a do São Francisco, que abrange 47% da área, mas responde por 94% da água que por ela flui. Os municípios do oeste da Bahia, como São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Correntina, onde nascem os principais afluentes do São Francisco, são os que mais desmataram na área do bioma desde 2002”.

No caso da bacia do Araguaia-Tocantins, o cerrado abrange 78% de sua produção hídrica. E outros afluentes do rio Amazonas, como Guaporé, Juruena, Teles-Pires e Xingu têm nascentes situadas no cerrado e todos sofrem os impactos dos desmatamentos, para a expansão da agropecuária. Existem estudos de campo que mostram como as árvores e arbustos do cerrado bloqueiam a saída da água na estação seca.

- Em 1998, 49% da bacia do rio Tocantins havia sido convertida em áreas de plantio e pastagens, aumentando a descarga no referido rio em 24%... "A tendência coincide com o aumento das cheias em áreas como Marabá, enquanto os lençóis freáticos que alimentam a vazão dos afluentes se tornam cada vez mais depauperados, o que deve levar a perda de nascentes”, explica Fábio Olmos. Os estudos apontam também que a conversão do cerrado natural em pastagens reduz a precipitação em pelo menos 10%, os veranicos podem se tornar mais frequentes e a temperatura média do ar superficial pode aumentar em 0,5°C, com grandes implicações para a agricultura e o fornecimento de água.

“Embora a porção mais vocal do agronegócio, finaliza o biólogo, despreze o cerrado, considerando-o mera área de expansão, é óbvio que essa visão é equivocada e a perda do cerrado representa a perda dos próprios sistemas climáticos e hidrológicos que sustentam às atividades econômicas”.

Em 1979, outros dois pesquisadores especializados na região, Robert Goodland e Mário G. Ferri, da USP, lançaram um perfil da ecologia do cerrado. Comentaram o lançamento do Plano de Desenvolvimento do Cerrado, chamado Polocentro – concedia benefícios fiscais, crédito e tudo o que fosse necessário -, para a instalação da agricultura e pecuária.

- A calagem, correção do solo com calcário, e a adubação intensiva podem tornar os cerrados produtivos. Se de um lado isto abriu nova fronteira agrícola, de outro vai colocar as áreas de cerrado em perigo de rápido desaparecimento... temos afirmado que um dos maiores méritos do programa Polocentro, foi desviar da Amazônia para o cerrado, ao menos em parte a exploração agropecuária. Melhor, pois, começar a exploração agropecuária no cerrado, onde os ecossistemas são menos frágeis que os da Amazônia. "Enquanto isso, podem se desenvolver pesquisas que nos ensinem como utilizar de modo racional a Amazônia, sem que ela venha a sofrer os mesmos riscos de hoje.”

E aí o Mato Grosso, onde grande parte da sua área é dominada por matas amazônicas se tornou o maior produtor de grãos do país, com mais de seis milhões de hectares

ocupados- e quase 30 milhões de cabeças de gado - e com a expansão avançando em todas as áreas, recebendo migrantes do Sul, como se a ocupação do cerrado continuasse igual a da década de 1980. Cidades surgem em uma década. De Porto Alegre, a empresa rodoviária Ouro e Prata tem uma linha que terminava em Guarantã do Norte, no norte do Mato Grosso, e outra em direção ao Tocantins, via Primavera do Leste – essa uma cidade de gaúchos. Hoje a linha se estendeu até Santarém, o ponto final da BR-163, onde a Cargill instalou um graneleiro com capacidade para 1,2 milhão de toneladas. A linha é diária, e faz uma conexão com os imigrante, no norte do RS.

Eles continuam vendendo 10, 15, 20 hectares e trocando por 500 no meio da Amazônia. Mas acham que a visão e o planejamento do país é esse mesmo. Derruba a floresta e troca por soja e boi. É assim que o rebanho da região soma 40 milhões de cabeças, Os grileiros vão avançando nos 80 milhões de terras devolutas e o baile segue. Primeiro os madeireiros cortam as toras que mais valem, depois botam fogo. Jogam a semente de braquiária e está formado o pasto. Depois outro vende, limpa os troncos queimados e as raízes, e deixa a área pronta para a soja ou o algodão. Não tem nada de mata ciliar, reserva obrigatória. Fazem isso desde os governos militares e continuam.

Não interessa se a vazão da bacia do Amazonas-Tocantins corresponde a 18% da água doce jogada no Atlântico. Qual a influência de sete trilhões de toneladas de vapor de água no funcionamento do clima, que é o vapor de água que a floresta libera. O negócio, ou melhor, o agronegócio, explora oportunidades econômicas e não quer limites. Em Primavera do Leste, e no oeste baiano, eles plantam com irrigação com pivô central, podem irrigar uma área de até 150 hectares. Em 2006 visitei Primavera do Leste, na época tinha a maior concentração de pivôs do país. Alguns produtores faziam três ciclos, quer dizer, três plantios. E sempre de soja, sem intervalos. Até estourar a ferrugem asiática, um fungo que destrói a plantação. Chegaram a gastar R\$1 bilhão em fungicidas. O fungo ataca pela umidade. E porque a exploração é intensiva demais. Depois disso, o governo do Mato Grosso decretou o vazio sanitário, obrigando a um intervalo de três meses, sem plantio.

Já é público e notório que o Brasil virou o campeão no uso de agrotóxicos. Entre os anos 2006 e 2012 as vendas de agrotóxicos cresceram 72%, passaram de 480,1 mil toneladas para 826,7 mil toneladas, segundo o Sindag, o sindicato das indústrias produtoras. No mesmo período a área cultivada com grãos, café e cana cresceu 18%, de 68,8 para 81,7 milhões de hectares. Por hectare as aplicações aumentaram de pouco mais de 7 kg em 2005 para 10,1kg, em 2011. O consumo que mais cresceu foram os fungicidas de 56 mil toneladas para 174 mil toneladas. Os herbicidas estão no topo da lista: cresceram de 279,2 para 403 mil toneladas. O faturamento das empresas dobrou, chegou a US\$8,5 bi, no mesmo período.

A explicação de um executivo do setor: o problema era subdosagem. Ou então, agora os produtores tem mais renda, estão aplicando mais. Em Primavera do Leste, visitei um deles, Borghetti, parente do músico. Tinha estipulado um dia da semana só para atender vendedores de agrotóxicos. Porque antes, era todo dia, sempre com a mesma conversa: o produto mata tudo, resolve todos os problemas.

O Brasil, desde 2005, com a aprovação das sementes transgênicas, planta 30 milhões de hectares de soja. Agora também milho. A planta transgênica é imune ao glifosato, um herbicida vendido pela Monsanto junto com a soja Roundup Ready, cuja patente expira

em 2014. Também é público e notório que algumas plantas tornaram-se resistentes ao glifosato, tais como capim amargoso, buva, corda de viola, trapoeraba e o próprio milho transgênico que nasce no meio da lavoura de soja. Nos Estados Unidos, o USDA calcula em 10 milhões de hectares da área infestada. O que acontece? Comprar outro herbicida. Um seletivo, que ataca somente algumas plantas. Veja o caso da indústria Arysta, vende um produto chamado Cletodim. O diretor da empresa, Flávio Prezzi esperava uma redução de 75% nas vendas, com a adoção da semente transgênica, porque o glifosato tomaria o mercado. Qual a surpresa dele de ver as vendas aumentarem de 400 mil litros em 2011 para um milhão. Espera vender três milhões de litros nos próximos anos.

César Borges de Sousa é o presidente da Associação Brasileira de Produtores de soja NÃO geneticamente modificada. Ele é um industrial e comanda a Caramuru Alimentos. Escreveu um artigo para o Valor recentemente. Comparou os custos de produção da convencional – R\$1.187,60 por há e da transgênica –R\$1.219,86. Contando mais a economia de royalties que não precisam pagar – R\$47 milhões- cerca de R\$32,20 por ha, tiveram uma renda adicional de R\$235,3 milhões. Depois de enumerar vários argumentos, tais como a infestação, o custo de produção, a produtividade menor, no artigo intitulado “Mito Transgênico”, completou:

- A propalada redução na utilização de defensivos que a transgenia proporciona ao meio ambiente não passa de mais um mito. Não fosse o programa ‘soja livre’ da Embrapa, o produtor ficaria a mercê do monopólio da transgenia, fato que infelizmente pode estar ocorrendo no mercado do milho... uma questão de soberania nacional”.

Mas a Monsanto está contra atacando. Já lançou a semente Intacta RR2Pro, que contém mais um antídoto contra veneno, chamado de BT, de Bacilo Thuringiensis, na realidade um inseticida natural encontrado em um inseto. Vai cobrar R\$115 por hectare de royalties, cerca de cinco vezes mais que o anterior. Interessante é a carta que a Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja), mandou para a Casa Civil, pedindo ao governo que intercedesse junto à embaixada daquele país no Brasil, para acelerar a aprovação dos “eventos transgênicos no Brasil”, também sejam adotadas pelo Ministério da Agricultura de lá. A Monsanto está embuchada com sementes suficientes para plantio de 500 mil hectares de soja, e faturaria R\$47 milhões em royalties.

Então, por isso a pergunta: devemos celebrar o agronegócio e seu poder econômico e suas receitas, e compartilharmos do fogo, do veneno residual, da destruição das florestas e das nascentes dos principais biomas brasileiros, sem contar os hospitais lotados no interior, de gente que não aguenta mais respirar fumaça todo dia, sem contar os conflitos e as mortes no campo, fruto dessa expansão tecnológica e moderna. Só existe uma opção?

---

**“MT é recordista de desmatamento. Tudo isto para produção de soja” – Site do MST. 18/09/2012**

Entre as propostas de alteração do novo Código Florestal, foi aprovada a redução de 20 para 15 metros da recomposição de APPs em margens de rios. Sobre as implicações desta medida para o Pantanal, a bióloga do Instituto Homem Pantaneiro, Viviane Fonseca Moreira, explica que “o problema da definição de APPs no Pantanal é que elas são variáveis, pelo pulso hídrico da região, o que dá a vida a todo o complexo

pantaneiro. Se já não era contido o desmatamento com a metragem de preservação maior (20 metros) reduzir isso será ainda pior para a conservação do bioma.

O caso do Pantanal e de outros biomas deveria merecer um tratamento em lei específica. Certamente os interesses dos produtores deverão prevalecer e as medidas de recuperação não atenderão em tempo hábil o processo de recuperação”. Na entrevista que concedeu por e-mail à IHU On-Line, Viviane ressalta que “o Pantanal é Patrimônio Nacional na Constituição Federal (1988), Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO (2000), além de uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta.

Entretanto, nos últimos anos, as nascentes dos principais rios (Sepotuba, Cuiabá e Paraguai), vêm sofrendo com a degradação ambiental severa decorrente de desmatamentos. Os impactos das atividades externas ao Pantanal são um ameaça ao bioma e a sua biodiversidade”.

Viviane Fonseca Moreira é bióloga do Instituto Homem Pantaneiro, e gestora do Programa de Meio Ambiente, especialista em Ecoturismo e mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

#### **Confira a entrevista:**

#### **Quais são, hoje, os fatores que mais ameaçam, ambientalmente, o Pantanal? Como a biodiversidade do Pantanal está sendo alterada com o passar dos anos?**

Os impactos ambientais estão na área de planalto nos afluentes do Paraguai, onde estão localizadas as monoculturas de soja, milho, arroz e a pecuária extensiva, que, em geral, com base no mau uso do solo, promovem desmatamentos provocando erosões nos rios. Um grande problema apontado pela pesquisadora Débora Calheiros (EMBRAPA/PANTANAL), são as usinas hidrelétricas nos afluentes do rio Paraguai.

“As hidrelétricas já afetam a principal bacia do sistema, a do rio Cuiabá. Os principais rios dessa bacia possuem hidrelétricas ou estão em construção e a bacia do rio Cuiabá é responsável por 40% das águas do rio Paraguai”. Para se ter noção dos impactos das hidrelétricas nesta região, uma redução de 25 centímetros no nível do rio Paraguai, decorrente de represamento ou eclusas, poderia gerar uma queda de até 22% na área inundada do Pantanal. O fenômeno teria efeito devastador, não só na flora e fauna, mas na própria economia da região. Existe também uma preocupação quanto ao efeito das barragens no trecho do rio onde pode se isolar, parcial ou totalmente, o trecho de um rio ou de outro. (Pierre Girard, 2002). O maior exemplo é a Hidroelétrica do Manso acima de Cuiabá. Ela alterou os processos de cheias no pantanal interferindo nos processos reprodutivos.

#### **Quais são as razões do desmatamento na região das nascentes do Rio Paraguai?**

Segundo dados da imprensa, embora o bioma seja o mais preservado comparando com os biomas nacionais, é, em contrapartida, a segunda região mais atingida pelo desmatamento. Muitas das ameaças graves ao Pantanal são de origem externa, ocorrendo nas regiões das cabeceiras, como o desmatamento da vegetação riparia,

erosão de solo e conseqüente sedimentação dos rios, barragens para a geração de energia e poluição por agroquímicos, utilizados na agricultura de larga escala.

Todos estes processos ocorrem pontualmente em áreas de planalto, mas afetam todo o sistema de áreas úmidas na planície, reforçando a ideia de conexão ecológica entre estas duas unidades. Desta forma, toda a Bacia do Alto Paraguai deve ser considerada como a unidade de planejamento ambiental, principalmente em relação aos ecossistemas aquáticos. O estado de Mato Grosso foi o recordista de desmatamento nos últimos 15 anos. Tudo isto para produção de soja. O desmatamento das cabeceiras deu-se em razão exclusiva da agricultura.

As nascentes do rio Paraguai, Sepotuba e Cuiabá lamentavelmente não estão protegidas como unidades de conservação. Isto foi alertado há 20 anos no projeto Prodeagro do Banco Mundial que colocou inclusive recursos para estas aquisições. Segundo o PRODES / INPE, que acompanha anualmente a taxa de desmatamento, o Estado de Mato Grosso, mesmo havendo uma redução nos últimos anos na taxa de desmate, é juntamente com o Pará um dos estados que mais desmata. O que é demonstrado pela tabela e gráfico a seguir.

**Por que somente agora o Ministério Público irá investigar os casos de desmatamento na região?**

A Procuradoria de Mato Grosso do Sul somente foi alertada agora deste problema. Lamentavelmente o Ministério Público de Mato Grosso não tinha conhecimento. Acreditamos que haverá um alinhamento de ações entre as duas procuradorias.

**Em que outras regiões predominam o desmatamento?**

Em vários trechos do rio Paraguai a problemática nas margens é visível e isso está relacionado ao aumento da área agrícola e pastagem. Com o solo exposto é possível identificar as áreas de desmatamento o que possibilita a conseqüências graves de erosão na calha do rio, porém ainda não se sabe exatamente os efeitos provocados por esse uso no ecossistema.

**Confirma-se o uso de agrotóxicos nas culturas agrícolas e, conseqüentemente, a contaminação dos rios pantaneiros?**

Não temos dados suficientes para afirmar isso. O Instituto Homem Pantaneiro - IHP em conjunto com o SENAI – RJ está delineando um projeto para monitoramento da qualidade da água do Rio Paraguai. A EMBRAPA Pantanal deve ter informações e estudos sobre este item.

**Entre as propostas de alteração do novo Código Florestal, foi aprovada a redução de 20 para 15 metros da recomposição de APPs em margens de rios. Quais as implicações desta medida para o Pantanal?**

O problema da definição de APPs no Pantanal é que elas são variáveis, pelo pulso hídrico da região, o que dá a vida a todo o complexo pantaneiro. Se já não era contido o desmatamento com a metragem de preservação maior (20 metros) reduzir isso será ainda pior para a conservação do bioma. O caso do Pantanal e de outros biomas deveria

merecer um tratamento em lei específica. Certamente os interesses dos produtores deverão prevalecer e as medidas de recuperação não atenderão em tempo hábil o processo de recuperação.

### **Deseja acrescentar algo?**

Consideramos extremamente importante para manutenção do fluxo hidrológico da Bacia do Alto Paraguai e, conseqüentemente a qualidade dos processos ecológicos do Pantanal, a proteção e recuperação de áreas que incluem as nascentes do Rio Sepotuba, Cuiabá e Paraguai. Vale ressaltar que o Pantanal é Patrimônio Nacional na Constituição Federal (1988), Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO (2000), além de uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta. Entretanto nos últimos anos as nascentes dos principais rios (Sepotuba, Cuiabá e Paraguai), vêm sofrendo com a degradação ambiental severa decorrente de desmatamentos.

Os impactos das atividades externas ao Pantanal são um ameaça ao bioma e a sua biodiversidade. O numero de espécies no Pantanal é significativo e deveria merecer atenção do governo federal. Existem rios, como o Taquari, onde a perda é irreversível. Outro aspecto a destacar é que a falência da atividade tradicional e da cultura pantaneira representa de fato a maior ameaça para a parte interna do Pantanal. Este homem e sua atividade econômica foram durante 300 anos determinantes para conservação de inúmeras espécies e esta atividade hoje está condenada pela falta de incentivos e apoio do governo.

---

### **MT promove curso de capacitação de multiplicadores do Plano ABC – Site do MAPA. 18/09/2012**

*Trabalho conjunto entre Mapa, Embrapa e Governo Estadual objetiva promover práticas para reduzir a emissão de CO2 no campo*

Aumentar o número de produtores rurais que utilizem técnicas sustentáveis é uma das principais metas do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), do Governo Federal. Para atingir esse objetivo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trabalham em conjunto para capacitar multiplicadores do plano nos Estados. Os próximos compromissos para atingir esse objetivo serão em Rondonópolis e Querência, no Estado do Mato Grosso, entre os dias 18 e 21 de setembro, em uma ação conjunta com o Governo Estadual.

Entre os dias 18 e 19 de setembro, o curso “Capacitação de Multiplicadores do Plano ABC” acontece em Rondonópolis, no Sindicato Rural do município. Já nos dias 20 e 21 do mesmo mês o evento será em Querência, na Câmara Municipal de Vereadores.

Para auxiliar implementação dos projetos financiados pelo ABC nas propriedades rurais, o Mapa trabalha na criação dos Grupos Gestores Estaduais (21 ao todo), com o objetivo de auxiliar na divulgação e implementação da proposta nas unidades da Federação.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do ministério, Erikson Chandoha, o principal desafio para que o produtor tenha acesso ao



crédito oferecido pelo Programa ABC – coordenado pelo Mapa e inserido dentro do plano federal – é a elaboração dos projetos, principalmente devido à falta de assistência técnica. “Por isso o Governo Federal está trabalhando em parceria com os Estados e os municípios na capacitação dos técnicos: para levar as informações ao produtor”, explicou.

No curso de formação, serão explicadas as tecnologias financiadas pelo Governo, como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). O público alvo são técnicos, extensionistas, projetistas e estudantes das áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Veterinária, Zootecnia e Engenharia Ambiental.

Para mais informações e para se inscrever nos cursos, entre em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso (Sedraf): (65) 3613-6238/6237 ou pelos e-mails: bcuzziol@sedraf.mt.gov.br e wilson\_pereira@sedraf.mt.gov.br.

### **Conheça o programa**

O Plano ABC faz parte das ações governamentais para estimular a redução das emissões de carbono no setor agropecuário, como forma de cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência do Clima da ONU (COP 15). Ele baseia-se em tecnologias como o sistema de plantio direto, recuperação de pastagens degradadas, fixação biológica de nitrogênio no solo, plantação de florestas comerciais e tratamento de resíduos de animais.

Para a Safra 2012/2013, o programa terá R\$ 3,4 bilhões disponíveis em linhas de crédito. A taxa de juros para o período diminuiu em relação à safra anterior, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial. O prazo para pagamento é de 5 a 15 anos – com até 8 anos de carência –, e o limite de financiamento é de R\$ 1 milhão.

Acesse o portal [www.agricultura.gov.br/abc](http://www.agricultura.gov.br/abc) e saiba mais sobre o programa.

---

### **Solução agroambiental. Xico Graziano – O Estado de São Paulo. 18/09/2012**

Quando o deputado federal Ronaldo Caiado, por fim, abrandou o discurso e aceitou, naquela quarta-feira 29 de agosto, votar favoravelmente ao relatório da Comissão Especial, levantou-se a senadora Kátia Abreu, presidente da poderosa Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e lhe beijou a face. O carinhoso gesto, aplaudido de pé, simbolizava o recuo dos ruralistas radicais, permitindo o acordo de votação sobre o Código Florestal. Rara unanimidade.

No dia seguinte a Folha de S.Paulo estampava: Governo faz concessões a ruralistas. **O Estado de S. Paulo** também destacava: Novo Código Florestal beneficia ruralistas. Curiosamente, as manchetes invertiam a realidade dos fatos. Interessante. Nessa discussão da lei ambiental, as notícias sempre tenderam a desfavorecer o campo. Por que será?

O assunto básico da Medida Provisória 571 recai sobre as chamadas áreas de preservação permanente (APPs), especialmente aquelas situadas nas margens dos rios. Qual a divergência básica entre ruralistas e ambientalistas? Estes propõem regredir a produção nesses locais, obrigando os agricultores a recuperá-los com vegetação nativa, numa distância mínima de 30 metros ao longo dos cursos d'água. Os ruralistas, ao contrário, querem manter os terrenos já ocupados historicamente, consolidando neles a agropecuária.

No acordo de votação, definiu-se a querela: na situação mais comum, de propriedades médias, em rios estreitos a faixa obrigatória de recuperação ambiental será de 15 metros. Nem zero, nem 30 metros, exatamente a metade. Para aceitar o trato os ambientalistas exigiram que os rios intermitentes também participassem da regra ecológica. Os ruralistas, contrariados, tiveram de ceder.

Vários outros detalhes da legislação florestal, agora definida, comprovam ter funcionado o mote anterior. Buscou-se uma composição capaz de assegurar equilíbrio entre as posições da produção agropecuária e da preservação ambiental. Nem lá, nem cá. A concertação política realizada expressa uma decisão típica, em matérias complexas, dos regimes democráticos maduros. Nem vencidos, nem vencedores. Bom para a sociedade.

No Brasil, porém, as coisas se passam de forma um pouco diferente. Certo preconceito da sociedade urbana, exacerbado recentemente pelo discurso agressivo dos ecologistas, leva os formadores de opinião a tomar posição, invariavelmente, contra os produtores rurais. Estes são os "do mal"; os ambientalistas, "do bem". Triste concepção.

No polarizado debate sobre o Código Florestal, os ruralistas jamais defenderam a possibilidade, muito menos a facilidade, de realizar novos desmatamentos nas matas ciliares. O bicho pegou no suposto "passivo ambiental" da agricultura. Esse conceito, moderno, se refere àquelas áreas que deveriam ter sido mantidas com vegetação nativa, mas acabaram sendo incorporadas à agricultura. Parte desses locais - situados nas encostas montanhosas, nas beiradas de rios e lagoas, no topo dos morros - serve hoje à produção rural, lavouras e pastagens. Ademais, eles recebem residências e instalações, geram trabalho e riqueza.

Os ruralistas queriam a regularização dessa ocupação histórica, livrando-se da conta de um passivo que, a bem da verdade, se existir, pertence a toda a sociedade. Afinal, foi exatamente a expansão agrícola do passado que permitiu o desenvolvimento apreciado no presente. Vale o mesmo para a "reserva legal" das propriedades rurais.

Segundo o Código Florestal, além das áreas de preservação permanente, um porcentual da fazenda, variável conforme a região e o bioma, deveria ser excluído da exploração agropecuária. Por aqui, no Sul e no Sudeste do País, esse pedaço de preservação é de 20%. Por várias razões, porém, a lei nunca foi devidamente cumprida. Pois bem, agora o acordo obriga os produtores rurais a compensarem a supressão florestal realizada anteriormente.

Não será tarefa fácil. Fórmulas alternativas procuram torná-la viável. O agricultor, por exemplo, pode recompor suas próprias matas; pode, ainda, adquirir florestas noutros locais, mantendo-as intactas, compensando as que não tem na sua fazenda. Todos

precisam regularizar, ambientalmente, sua propriedade. Mas, perceba, nenhum ruralista defendeu a extinção das reservas legais, nem quis facilitar a derrubada de florestas virgens. Nada disso. O problema fundamental residia em como regularizar o passado.

Na leitura da sociedade, entretanto, ficou a pecha de que os agricultores são "criminosos ambientais". Imperou o raciocínio simplista, estimulado por certo ambientalismo fundamentalista, de tipo messiânico, que agrada aos jornalistas especializados em vender notícias fortes, sensacionalistas. Os verdadeiros dilemas, que denomino agroambientais, cuja resolução significa um difícil acerto de contas entre o passado e o presente, sucumbiram no jogo da comunicação.

O pior, porém, estava por vir. Lendo os jornais daquele dia, a presidente Dilma Rousseff, assustada com o famigerado acordo com os ruralistas, repreendeu de pronto a sua equipe. Resultado: na semana seguinte, prestes a ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, o acerto miou. O senador Jorge Viana, petista de carteirinha, engenheiro florestal, o principal fiador da articulação congressional nessa matéria do Legislativo federal, engoliu as suas palavras. Estaca zero.

O governo federal preferiu desmoralizar a boa política, que no fundo patrocinara, a vender à opinião pública uma imagem associada ao ruralismo. Daí surgiu a cena do bilhete de Dilma, rechaçando a solução de compromisso pelas regras da democracia. Sua atitude maltrata o campo, despreza o passado. Infeliz país que trata com desdém seus agricultores.

---

### **Câmara aprova MP do Código Florestal – Site do MAPA. 19/09/2012**

*Texto agora será analisado pelo Senado Federal*

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, disse que a aprovação da Medida Provisória (MP) do Código Florestal, nessa terça-feira, 18 de setembro, pela Câmara dos Deputados, representa mais uma etapa vencida para acabar com a insegurança jurídica do produtor rural.

"A segurança jurídica é fundamental para o Brasil", ressalta o ministro. De acordo com ele, a aprovação do Código Florestal vai permitir que tanto os pequenos quanto os médios produtores rurais produzam e cresçam mais.

Para Mendes Ribeiro, não há Código Florestal de ambientalista ou ruralista, mas do Brasil. "Vamos continuar trabalhando para ter o Código Florestal brasileiro, depois de 20 anos, como uma realidade que o Brasil tanto perseguiu", afirma.

O texto aprovado pelo plenário da Câmara foi o parecer da comissão mista que analisou a matéria. Agora a MP será analisada pelo Senado Federal.

[Clique aqui para baixar o áudio do ministro sobre aprovação da MP do código Florestal.](#)

## **Projeto Brasil Orgânico e Sustentável é apresentado na Bahia. Site do MDA. 19/09/2012**

A promoção e comercialização dos produtos orgânicos e sustentáveis da agricultura familiar serão abordados no lançamento do projeto Sustentabilidade à Mesa em Salvador, que ocorre nesta quinta-feira (20). O tema será debatido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, na ocasião, apresentará o projeto Brasil Orgânico e Sustentável.

A iniciativa é uma evolução da Campanha Copa Orgânica e Sustentável, que teve o nome alterado para Brasil Orgânico e Sustentável em agosto deste ano. A mudança ocorreu para não limitar as ações do projeto somente à realização da Copa do Mundo da Fifa 2014.

O projeto vai manter o objetivo inicial da ação e divulgará na Bahia a Campanha Consumo Consciente, planejada para ampliar a produção e a aquisição dos produtos certificados com os selos da agricultura familiar, do comércio justo, dos orgânicos e os com indicação geográfica. A campanha pretende levar esses produtos para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. A ideia é que alimentos, bebidas, cosméticos e artesanatos, promovidos pela campanha, sejam adquiridos por hotéis, pousadas, bares, restaurantes, supermercados e outros espaços comerciais localizados nas cidades brasileiras onde vão ocorrer os jogos.

Para o diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Arnaldo de Campos, a participação do Brasil Orgânico e Sustentável no projeto Sustentabilidade à Mesa vai aproximar a oferta à demanda. “Essa iniciativa permite aos agricultores familiares o diálogo direto com os hotéis, com os gestores desses estabelecimentos.”

### **Lançamento oficial**

A Campanha Consumo Consciente, do projeto Brasil Orgânico e Sustentável, será lançada oficialmente no mês de novembro, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo, promovida pelo MDA no Rio de Janeiro.

---

## **Metamorfose necessária. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 18/9/2012**

Questões cuja gravidade mal começara a ser reconhecida na década de 1960 foram definitivamente inseridas na agenda política global há 40 anos pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Reunida em Estocolmo, a comunidade internacional reconheceu, em junho de 1972, que os imperativos nacionais de desenvolvimento e os cuidados ambientais teriam de ser tratados como duas faces da mesma moeda. Jamais uma deveria suplantar a outra em negociações multilaterais.

Tal concepção foi fortalecida com a paulatina assimilação do slogan "desenvolvimento sustentável", que timidamente emergira no final da década de 1970, mas se legitimaria dez anos depois com a profunda influência que exerceu o relatório "Nosso Futuro Comum" da Comissão Brundtland (1987) na preparação da Cúpula da Terra (1992).

No entanto, a evolução das instituições globais evidenciou uma chocante discrepância. As ambições desenvolvimentistas foram até exageradamente respeitadas em todas as negociações ambientais, como atesta, por exemplo, o Protocolo de Kyoto. Praticamente o inverso ocorreu nos entendimentos multilaterais sobre o desenvolvimento, como escancaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Enquanto o protocolo travou qualquer possibilidade de abordagem prudente da principal ameaça ambiental, a mais importante declaração sobre as perspectivas de desenvolvimento humano para o século XXI desdenhou a seriedade de praticamente todas as fronteiras ecológicas globais.

*Parece improvável que a necessária paridade entre desenvolvimento e sustentabilidade seja resgatada*

Tamanha distância deveria estar prestes a ser encurtada pelo processo intergovernamental que viabilizará a desejável metamorfose dos ODM em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). A ONU já pavimentou duas vias para a construção da agenda pós-2015, como foi comentado neste mesmo espaço do **Valor** em 21/8. Mas elas levarão a destino bem diferente se prevalecer a concepção proposta em relatório que pretende orientar essa reflexão coletiva, resultado de amplo mutirão que envolveu nada menos do que sessenta organizações internacionais, das quais apenas sete com mandato em sustentabilidade ambiental: "Realizando o futuro que queremos para todos."

Esse relatório propõe que os Objetivos pós-2015 - cuja sigla deveria mudar de ODMs para ODSs - respeitem, antes de tudo, três princípios fundamentais: direitos humanos, igualdade e sustentabilidade. Se tal conselho for aceito, o avanço será significativo, pois os atuais ODMs são obsessivamente orientados pelo mantra do crescimento econômico que erradica a pobreza. Todavia, na realidade dos fatos, o meio ambiente é a condição material - biogeofísica - de qualquer possibilidade de desenvolvimento humano. Por isso, direitos humanos e igualdade são princípios do desenvolvimento, assim com a Conservação Ecológica e a Regulação Climática são princípios de sua sustentabilidade ambiental. É contra a realidade desagregar a noção de desenvolvimento sem fazer o mesmo com a noção de sustentabilidade, numa operação retórica que inevitavelmente envolve perigoso desprezo pela base material do desenvolvimento humano.

O ilusionismo ainda aumenta quando o relatório diz que o respeito desses três princípios logo engendraria progressos em quatro dimensões: desenvolvimento econômico inclusivo; desenvolvimento social inclusivo; paz/segurança; e sustentabilidade ambiental. A face da moeda que na definição dos princípios já ficara reduzida a um terço, viraria um quarto nesse desdobramento operacional dos Objetivos.

Claro, tudo isso até pode ser considerado muito positivo em comparação à atual ponderação dos ODMs, em que a sustentabilidade ambiental não passa de um oitavo e ainda ignora as reais fronteiras ecológicas. É preciso notar, contudo, que qualquer dessas piruetas viola o terceiro princípio da Declaração do Rio: "O direito ao desenvolvimento deve ser realizado de modo a atender equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras."

Foi na medonha Conferência de Joanesburgo, em 2002, que esse terceiro princípio adotado na Cúpula da Terra passou a ser conspurcado pela mecânica cantilena de que a sustentabilidade do desenvolvimento exigiria um imaginário "equilíbrio" de "três pilares:" econômico, social, e ambiental. Malabarismo que foi cabalmente confirmado pela ainda mais prolixa declaração da Rio+20, mesmo que em 95% das ocorrências ela tenha rejeitado o equilibrismo de "pilares" em favor da mais razoável noção de "dimensões" do desenvolvimento.

De qualquer forma, parece altamente improvável que a necessária paridade entre desenvolvimento e sustentabilidade seja resgatada pelo painel consultivo sobre a agenda pós-2015 do desenvolvimento, criado no fim de julho pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para remontar os ODMs, ou pelo grupo de trabalho para os ODSs que muito em breve será unguído pela 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. No máximo diminuirão o prejuízo.

---

### **Desmate em áreas protegidas no Pará fica sem punição. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 19/09/2012**

Autores de desmatamentos em áreas protegidas do Pará feitos entre 2007 e 2008 permaneciam em sua maioria impunes após quatro anos. Dos 145 casos apresentados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) para o Ministério Público Federal (MPF), 76% não foram punidos. O levantamento foi feito pelo Imazon para checar o resultado dos esforços de uma parceria firmada com o MPF em 2007 a fim de agilizar a punição de desmatamentos em unidades de conservação e terras indígenas.

A ONG faz mensalmente um monitoramento, com imagens de satélite, da perda de cobertura florestal na Amazônia e envia alertas para os órgãos fiscalizadores, como Ibama e Secretaria do Meio Ambiente do Pará. Em 2007, começou a mandá-los também para o MPF, que se comprometeu a cobrar dos órgãos de fiscalização a verificação em campo e iniciar ações para punir os infratores. A parceria inverteu um processo que começava com os órgãos fiscalizadores. Só quando eles identificavam um desmate é que ele era reportado à procuradoria.

Entre agosto de 2007 e setembro de 2008, a ONG detectou 182 quilômetros quadrados de desmatamentos em 22 áreas protegidas. Dez delas concentravam mais de 90% do corte (mais informações nesta página). Mas a estratégia não deu muito certo. "Os 76% de casos que permaneciam sob investigação até o ano passado representavam 55% do desmatamento observado em áreas protegidas no período", afirma a advogada Elis Araújo, que liderou a pesquisa.

Ao analisar com as subseções do MPF o porquê dessa demora, Elis e colegas ouviram que o maior obstáculo estava na falta ou na demora de fiscalização. "Ao acionarem os órgãos ambientais, recebiam a resposta de que faltava recurso ou pessoal ou que o efetivo estava, por exemplo, mais concentrado nos municípios prioritários, onde a taxa de desmate era mais alta."

Importância

A identificação do desmatamento em campo é imprescindível para detectar se ele é legal ou ilegal. Apesar de em várias categorias de UCs o nível de proteção ser integral - ou seja, não pode ter desmate -, há exceções. Em terras indígenas, por exemplo, é permitido algum manejo para as necessidades daquele povo; algumas florestas nacionais também têm concessão de mineração. Então é preciso checar se o corte visto no satélite se enquadra nesses casos ou não.

Em geral, porém, os órgãos ambientais se recusaram a sair a campo. A situação só não foi aceita na subseção do MPF de Marabá, que acabou entrando com uma ação pública contra os órgãos, forçando a fiscalização. O procurador da República Bruno Valente, responsável pelo MPF do Pará, afirma que a atitude foi paliativa e não funcionaria para todo o Estado. "Não dá para fazer o órgão ambiental atender, porque a verdade é que o cobertor é pequeno, não tem mesmo gente para todos os pontos", diz.

Para ele, a solução mais efetiva é investir na regularização fundiária do Estado. "O alerta do Imazon vem com as coordenadas geográficas, mas, como há poucos registros no Cadastro Ambiental Rural, não sabemos quem está naquele local. Por isso é preciso deslocar uma equipe. Se soubéssemos, ficaria mais fácil saber se é ilegal e agir."

O resultado é preocupante, diz Elis, porque boa parte do combate ao desmatamento da Amazônia é amparada na capacidade do País de monitorar em tempo real o desmatamento. "Mas, se não temos capacidade de responder de forma rápida aos alertas, isso acaba estimulando a degradação."

O Imazon sugere no relatório, que será divulgado nesta quarta-feira, que se foque nas áreas mais críticas, como a Floresta Nacional de Jamanxim, que segue como a área protegida com o maior desmatamento. Procurado pela reportagem, o Ibama não se manifestou. As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.

---

### **Câmara aprova Código Florestal que beneficia grandes donos de terra. Denise Madueño – O Estado de São Paulo. 19/09/2012**

A Câmara aprovou, ontem à noite, a medida provisória do Código Florestal, alterando o texto original enviado pela presidente Dilma Rousseff e beneficiando as médias e grandes propriedades rurais na exigência de recuperação da vegetação desmatada ilegalmente às margens dos rios.

Os deputados aprovaram a proposta que saiu da comissão especial do Congresso, contrariando a presidente. No mês passado, em bilhete endereçado às ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Dilma desautorizou o acordo que permitiu a aprovação da MP na comissão e alterou as faixas obrigatórias de recomposição, a regra chamada de "escadinha".

Assim como fez com o projeto do Código Florestal aprovado anteriormente pelo Congresso, a presidente poderá vetar parte do que foi aprovado ontem. "O governo não tem compromisso com o mérito, na medida em que não patrocinou o acordo na comissão", afirmou o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), durante a votação.

O Senado deve votar a proposta na próxima semana. A MP perderá a validade no dia 8 de outubro, caso não seja votada até lá.

Para votar a MP, ontem, o governo não insistiu em recuperar o artigo que tratava da "escadinha", como tentou o PV. "Se derrota houve, foi na comissão especial", disse Chinaglia, referindo-se à mudança do texto original.

Os interlocutores do governo conseguiram isolar a parte mais radical da bancada ruralista, que condicionava a votação da MP ao compromisso da presidente de sancionar integralmente o texto aprovado na comissão.

"Figuras expressivas da frente parlamentar perceberam que o preço a ser pago com o fim da MP seria maior. As multas (para quem desmatou ilegalmente) represadas seriam cobradas", avaliou Chinaglia.

O presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Homero Pereira (PSD-MT), anunciou o fim da obstrução no início da tarde. "Não dá para exigir isso (sanção integral do texto)", disse Pereira. "Vamos fazer a nossa parte e votar. Depois, vamos tentar convencer a presidente a não vetar. Vamos explicar a ela que foi o acordo possível", afirmou.

O PSD, um dos focos de obstrução, cedeu ao governo após uma reunião entre a ministra Ideli e o líder do partido, Guilherme Campos (SP), na noite de anteontem. O DEM, comandado pelo deputado Ronaldo Caiado (GO), fez resistência na votação. Também integrante do grupo mais radical, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) contestou: "Dizem que, se não votarmos, será o fim do mundo. Queremos ver o fim do mundo. Vamos saber que bicho tem lá".

Discórdia. O governo não concorda, principalmente, com a mudança feita pela comissão na "escadinha". A regra fixada pelo governo estabelece faixas de recuperação das áreas desmatadas ilegalmente às margens dos rios proporcionalmente ao tamanho do imóvel rural. A lógica é que propriedades maiores têm de recuperar áreas maiores. A comissão especial reduziu o número de faixas e, com isso, os médios e os grandes proprietários terão de recuperar áreas menores de vegetação que o previsto na MP da presidente.

A proposta da comissão permite, por exemplo, que imóveis de 15 módulos rurais recuperem áreas semelhantes a uma propriedade com 4 módulos rurais.

Além disso, reduziu de 30 metros para 20 metros, no mínimo, a área de recuperação às margens de rios para imóveis acima de 15 módulos. Os 30 metros de recuperação constituíam a exigência mínima para imóveis acima de 10 módulos fiscais na MP original.

---

### **Código Florestal: ruralistas vencem na Câmara – O Globo. 19/09/2012**

*Governo é contra texto aprovado em plenário; presidente Dilma pode vetar recuperação em margem de rios.*



Por acordo da maioria, a Câmara aprovou ontem à noite a Medida Provisória do Código Florestal, com um texto mais brando sobre recuperação de áreas desmatadas em margens de rio, tornando menos rígidas as regras para as médias propriedades. Os deputados decidiram aprovar o texto do acordo feito na Comissão Especial e que foi construído pela bancada ruralista. A presidente Dilma Rousseff é contra este novo texto da MP - foi ele que motivou seu bilhete cobrando explicações das ministras Izabella Teixeira e Ideli Salvatti. A presidente poderá vetar a parte que trata da recuperação de terras desmatadas em áreas de preservação permanente e em margem de rios. A maioria da bancada ruralista chancelou o acordo, com exceção do vice-líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO).

Nos bastidores, os aliados do governo concluíram que o importante era aprovar a MP 571, já que ela perde a validade no dia 8 de outubro e ainda precisa passar pela votação no Senado, em sessão marcada para a próxima semana.

Se a MP "caducar", haverá uma insegurança jurídica no campo. Na proposta, ficou em 15 metros a faixa mínima de recuperação da vegetação, em beira de rios, no caso de propriedades médias com cursos d'água até 10 metros de largura.

Dilma queria texto original

Dilma queria a aprovação do texto original, que prevê uma "escadinha" para a recuperação das áreas desmatadas, levando em conta o tamanho da propriedade. Os parlamentares alteraram essa "escadinha", beneficiando as médias propriedades.

O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que vai tentar convencer a presidente Dilma a não vetar a parte que atende os ruralistas.

- O acordo, da maioria, é para votação do texto aprovado na Comissão Especial. Depois, vamos tentar convencer a presidente Dilma de que o texto foi fruto de acordo. E já há um acerto para que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), faça sessão na semana que vem - anunciou Maia.

O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que fez o acordo para viabilizar a votação.

- Se derrota houve (do governo), foi na Comissão Especial. Neste momento, (o importante) é votar. Se não votarmos esta MP, estaremos cometendo um erro enorme - disse Arlindo Chinaglia.

---

### **MME entra na discussão da mina de ouro em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 19/9/2012**

O Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu entrar diretamente nas discussões sobre o polêmico projeto de mineração de ouro que a empresa canadense Belo Sun Mining pretende instalar na região de Volta Grande do Xingu, mesmo local onde está sendo erguida a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O **Valor** apurou que uma reunião fechada foi convocada para hoje no ministério. Na mesma mesa estarão presentes a diretoria do consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina, e representantes da empresa Belo Sun. O encontro foi estendido a membros da Casa Civil e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As discussões deverão ser acompanhadas por Telton Elber Correa, diretor do departamento de geologia e produção mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME.

O objetivo da reunião é discutir de que forma o governo atuará nos dois empreendimentos - hidrelétrica e lavra de ouro - e como esses se relacionam, uma questão que, ao menos no relatório de impacto ambiental elaborado pela Belo Sun, foi absolutamente ignorada. A única citação sobre Belo Monte nas 62 páginas do relatório apresentado pela companhia canadense refere-se à possibilidade de a mineradora utilizar energia elétrica da usina para extrair ouro, quando a hidrelétrica iniciar a sua operação a partir de 2015.

Reportagem publicada pelo **Valor** na segunda-feira revelou que a Belo Sun pretende extrair 4,6 mil quilos de ouro por ano em uma área que fica a apenas 15 km de distância da barragem principal de Belo Monte. Para isso, investiria US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento do metal. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento corre a passos largos na Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Estado Pará, e não pelo Ibama, como acontece com a hidrelétrica da Norte Energia.

Uma fonte que participa diretamente das discussões sobre os dois empreendimentos revelou que o governo fez uma avaliação negativa sobre o processo de licenciamento da mineração da Belo Sun. Nas margens do Xingu, no município de Senador José Porfírio, onde está prevista a lavra de ouro, ribeirinhos foram informados por representantes da empresa que terão de sair da região por conta da mineração. Os pescadores chegaram a escrever uma carta sobre o assunto, a qual acabou chegando a representantes do governo. "Soubemos do empreendimento dessa forma absolutamente informal", disse essa fonte.

Outro ponto de conflito no empreendimento de mineração diz respeito ao impacto que a lavra poderá gerar às aldeias indígenas da região. A hidrelétrica de Belo Monte se vê envolvida há décadas em discussões sem fim sobre os reflexos que a usina trará às terras e vidas indígenas, tendo realizado dezenas de audiências públicas sobre o assunto nos últimos anos. Outras audiências ainda estão por vir. O projeto da Belo Sun, no entanto, não menciona nenhum impacto indígena.

O Ibama alega que, por lei, é atribuição sua licenciar projetos de mineração apenas quando esta ocorre entre dois ou mais Estados, em áreas que atingem unidades de conservação federal ou em caso de lavras de minerais radioativos. O licenciamento da lavra no Xingu, portanto, seria de competência da Sema do Pará.

"Não há condições de um empreendimento ignorar totalmente o outro. É isso que iremos avaliar", disse uma fonte do governo.

Em termos práticos, o MME quer analisar uma forma de atuar mais diretamente nos empreendimentos. O Ministério Público Federal (MPF) em Altamira já encontrou inconsistências no relatório de impacto ambiental apresentado pela Belo Sun Mining e

iniciou uma investigação sobre o projeto. As preocupações incluem, por exemplo, eventuais riscos atrelados à utilização de explosivos na mina, bem ao lado da barragem da hidrelétrica.

Para o advogado especialista em direito ambiental do Instituto Sócio Ambiental (ISA), Raul do Valle, o MME já tem controle sobre o empreendimento. "O ministério pode agir por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pelas autorizações", disse.

A Belo Sun possui 42 processos de licenciamento no DNPM, segundo informações da autarquia vinculada ao MME. Destes, 27 estão em fase de autorização de pesquisa. Além da área do Xingu, a companhia analisa explorações nas proximidades do rio Tapajós, também no Pará, e no Tocantins.

Informações da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) apontam que, só na Volta Grande do Xingu, há 489 processos protocolados no DNPM, dos quais 228 são destinados à extração de ouro.

Pelo cronograma da Belo Sun, a licença de instalação da mina em Volta Grande é aguardada para o primeiro semestre do ano que vem, com início do empreendimento a partir de junho de 2013.

---

### **Câmara aprova medida com norma mais frouxa para o reflorestamento. Erich Decat – Folha de São Paulo. 19/9/2012**

*Texto, que agora vai para o Senado, deve ter mudanças vetadas pela presidente; MP perde validade no dia 8*

Em nova derrota do governo federal, a Câmara aprovou a medida provisória (MP) do Código Florestal com diversas alterações do interesse da bancada ruralista.

A MP foi enviada ao Congresso Nacional para preencher as lacunas na legislação geradas pelos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff a artigos do código aprovado pelos parlamentares em abril deste ano.

A vitória dos ruralistas ontem, no entanto, não foi comemorada, uma vez que as mudanças feitas por eles no texto da MP possivelmente serão, de novo, vetadas pela presidente da República.

Isso pode levar o governo a mandar mais uma vez ao Congresso uma outra norma.

Se o Planalto decidir por uma futura nova proposta, vai criar outro capítulo de uma discussão legislativa que já dura anos.

Antes de ser encaminhada para a presidente, a proposta ainda precisa ser votada no Senado, que deverá convocar uma sessão extraordinária na próxima semana para isso.

Como a MP perde a validade no próximo dia 8, os senadores terão, em tese, somente duas sessões para discutir e votar a matéria.

"ESCADINHA"

O texto votado ontem havia sido mudado pelos ruralistas na comissão mista que analisou a MP.

Eles alteraram a regra de recomposição da vegetação desmatada nas beiras de rio, diminuindo em alguns cenários a área do reflorestamento obrigatório -um sistema apelidado de "escadinha", segundo o qual a recuperação tem de ser proporcional ao tamanho da propriedade.

No texto original, por exemplo, na parte que tratava das fazendas com área de mais de dez módulos fiscais, as bordas dos rios deveriam ter no mínimo 30 metros das margens recompostas com vegetação.

Na proposta dos ruralistas, o tamanho mínimo para recomposição de margens de rios para os mesmos tipos de propriedade caiu para 20 metros.

Outra mudança abriu a possibilidade do replantio com árvores frutíferas, o que é questionado por ambientalistas pelo uso de agrotóxicos nessas plantações.

STF

Além de analisar o Código Florestal, os senadores devem, na sessão extra da semana que vem, também sabatinar Teori Zavascki, indicado por Dilma ao Supremo Tribunal Federal.

Se isso ocorrer, ele poderá ser empossado antes do fim do julgamento do processo do mensalão.

---

### **Acordo leva Câmara a aprovar MP do Código Florestal. Daniela Martins e Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/09/2012**

*Plenário da Câmara ontem à tarde: resultado da votação recebeu críticas de ruralistas e ambientalistas*

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem, o texto da medida provisória (MP) do Código Florestal. A votação aconteceu após acordo entre governo, ruralistas e oposição. O acordo, firmado momentos antes da votação, definiu a apreciação do texto aprovado pela comissão especial do Congresso Nacional no dia 29 de agosto.

O objetivo, tanto de ruralistas quanto dos parlamentares aliados ao Palácio do Planalto, foi de evitar que a MP perdesse a validade, o que acontece no dia 8 de outubro. A proposta agora segue para a análise do Senado. Apesar de não ter convocado esforço concentrado de votações para a semana que vem, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), já sinalizou que deve chamar os senadores para analisar a MP na semana que vem.

Os oito destaques apresentados à proposta foram rejeitados. Com isso, o texto final é o mesmo aprovado no dia 29. O resultado da votação não agrada totalmente nem ao

governo nem aos ruralistas. Isso porque o Palácio do Planalto não concorda com o conteúdo do texto aprovado na comissão especial e que alterou as faixas de reflorestamento nas Áreas de Proteção Permanente (APPs) nas margens dos rios, a chamada "escadinha", e tentava retomar na Câmara o texto enviado pelo Executivo. "Para que não haja hiato na legislação, entramos no acordo para votar o texto da comissão especial", afirmou o líder do PT na Câmara, deputado Jilmar Tatto (SP).

Os ruralistas, por sua vez, vinham pedindo a garantia de Dilma de que não haveria supressão de pontos da proposta aprovada pelo colegiado de deputados e senadores no mês passado.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) argumentou que houve um acordo entre parlamentares governistas e ruralistas na comissão especial, que garantiu a aprovação do texto naquela instância, e que dizia que o Planalto não iria alterar a proposta. Durante a sessão, a bancada ruralista chegou a ficar dividida em relação a que rumo tomar na votação. Uma ala defendia que a proposta da comissão especial deveria ser aprovada ontem mesmo sem nenhuma garantia do Palácio do Planalto de não vetar o projeto. Outra corrente preferia derrubar a sessão e deixar a MP caducar. No entanto, para evitar um contexto de insegurança jurídica sem as regras de suspensão de multas em áreas de cultivo protegidas em lei, a maioria dos ruralistas aceitou a possibilidade de Dilma vetar pontos da proposta.

O acordo derrubou as tentativas de obstrução do DEM, PSDB e PPS, que discordavam do anúncio do governo de que não respeitaria o acordo firmado na comissão especial e vetaria o que não fosse do seu interesse. Durante as negociações, a oposição teve o apoio do PV nas tentativas de derrubar a sessão. O partido ligado à causa ambientalista queria que a MP perdesse a validade e que a presidente Dilma Rousseff enviasse novas regras para a preservação de APPs por meio de decreto.

A proposta aprovada ontem prevê uma faixa de 15 metros para recomposição das APPs, em margens de rios de até dez metros, em propriedades de 4 a 15 módulos fiscais - cinco metros a menos que os 20 metros de reflorestamento previstos no projeto do Executivo. Em propriedades acima de 15 módulos fiscais, independentemente da largura do curso de água, a recomposição ficará entre 20 e 100 metros. Neste caso, a definição da área de reflorestamento será decidida pelo Programa de Regulamentação Ambiental (PRA).

O governo, por outro lado, conseguiu reincorporar ao texto aprovado na comissão especial a preservação de cursos d'água intermitentes, que secam em determinadas épocas do ano. A redação determina que, para rios de até dois metros de largura, deverão ser reflorestados cinco metros.

---

### **Quando as hidrelétricas são fato consumado – Site da CPT. 20/09/2012**

Nossa tradição é simplesmente começar as obras e ir atrás de liminares, até que a construção parcial sirva para dizer que já é tarde para questionar a usina. Vamos assumir que toda megaobra hidrelétrica seja essencial para o país. (Ao contrário de seus defensores ou críticos de plantão, sabemos que cada caso é um caso: umas podem ser oportunas em certos cenários, outras nunca teriam viabilidade. E que outros investimentos nas redes, para reduzir o monumental desperdício de eletricidade, seriam

mais custo-efetivos. Mas vamos comprar o raciocínio de que todas as faraônicas barragens sejam urgentes.)

*De Roberto Smeraldi para o jornal Folha de S. Paulo*

Estão comprometidos, nas usinas projetadas ou em construção, mais de R\$ 100 bilhões. Ora, se nossa economia dependesse delas, estaríamos em maus lençóis, tamanha a insegurança sobre seu custo e prazo reais.

A base jurídica que sustenta as usinas é, em geral, viciada pela pressa em atender tempos políticos e pelo hábito de evitar investimentos prévios críticos, como em regularização fundiária. Muitas vezes se aposta no fato consumado para gerar uma perversa jurisprudência, graças a uma Justiça cronicamente defasada.

Funciona assim: a instalação de grandes canteiros serve para obter decisões liminares ao longo de anos, com obras "stop and go", até que a própria construção parcial da obra sirva para atestar que é tarde para decidir sobre sua viabilidade ou modalidade. Um dia, a Justiça dirá se ela jamais poderia ter iniciado.

Belo Monte é o caso mais conhecido. O Tribunal Regional Federal julgou que faltam até os pressupostos para considerar um licenciamento. Assim, as obras foram suspensas - e depois retomadas a partir de uma mera liminar.

Mesmo que um dia fosse revertida a decisão do TRF, há inúmeras ações pendentes sobre irregularidades e condicionantes. O próprio leilão só foi realizado porque a Aneel se recusou a tomar conhecimento de uma liminar concedida minutos antes - e derrubada na noite seguinte. O caso da usina do Teles Pires é semelhante, com obras que param e retomam toda hora.

Duas importantes decisões judiciais recentes podem contribuir para alterar este cenário.

Uma, da Justiça federal de Mato Grosso do Sul, adota uma abordagem preventiva, em vez que paliativa. Requer a realização prévia de estudos ambientais estratégicos sobre o conjunto da região impactada, não apenas sobre o impacto de engenharia da obra. É algo que parece óbvio, mas que o governo até hoje considera um complicador.

A outra vem de Rondônia. Lá, por terem queimado etapas inicialmente, as usinas atrasarão os cronogramas que embasavam contratos e preços negociados. Nem tem linha para transmitir a energia gerada. A usina de Jirau é até objeto de um conflito jurídico internacional entre seguradoras e construtoras.

Nesse quadro, Aneel e Ibama pleitearam a extinção dos julgamentos sobre as licenças por "perda de objeto" - na prática, o argumento das entidades é "se está lá, é legal".

Ao negar o pedido, a Justiça Federal esclareceu que o licenciamento pode ser julgado até anos depois e alertou sobre o risco. Com obra construída, a cassação póstuma de sua licença pode ser convertida em perdas e danos. Enfim, um pavor para investidores.

Não por acaso, os principais bancos privados adotaram uma postura prudente, mantendo-se longe de Belo Monte e com participação mínima em outros empreendimentos, viabilizados com investimento público, movido por decisão política.

O país pode precisar ou não das obras. Mas a forma atual de implementação traz riscos e prejuízos ambientais, sociais e econômicos que extrapolam os eventuais benefícios. É preciso construir um quadro de segurança, adiando o dever de casa, em vez de buscar fatos consumados.

---

### **FAET participa da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional do Tocantins – Site da CNA. 20/09/2012**

O Superintendente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), Sani Naimayer, representou a presidente da Federação, Kátia Abreu, na solenidade de abertura da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional do Tocantins, que aconteceu no auditório da Escola de Gestão Fazendária (Egefaz), na última quarta-feira, dia 19.

A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional tem como foco principal a promoção de um debate para alinhar diretrizes e princípios em busca de reformulações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, por meio de ordenação federativa e social. Segundo Sani Naimayer, a discussão é democrática e por isso, a FAET está trazendo para o debate assuntos que englobam a formação primária de produção, exportação e ainda, a industrialização, visto que, “a economia tocantinense se baseia na produção primária, mas há outros segmentos econômicos no Estado”, enfatiza.

O evento que se estende até sexta-feira, 21, segue a três premissas temáticas Política Nacional, Perfil da Política do Estado e abordagem das desigualdades regionais. Na quinta-feira, 20, às 8 horas, no auditório central da Egefaz/TO, o Superintendente da Faet, representando a entidade, irá compor a mesa redonda, “Tocantins e o Desenvolvimento Regional”, juntamente com representantes da Fieto, Sebrae, UFT e Seplan/TO. O intuito é debater as possíveis soluções para acelerar o desenvolvimento do Estado.

#### **Abertura**

A solenidade de abertura teve início com a leitura da aprovação do regimento interno da Conferência, “Governança Territorial e o Desenvolvimento Regional Sustentável no Tocantins”, pelo Diretor de Desenvolvimento Regional da Seplan/TO, Raimundo Casé, que aproveitou a oportunidade e orientou aos participantes da dinâmica do evento. “Serão escolhidos dez delegados para participação da Conferência Macro Regional e da Nacional, entre eles, três representantes do Poder Público, dois do ramo empresarial e dois do Ensino Superior”, disse.

Seguindo a programação, o Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, Alexandre Navarro, ressaltou a importância da Conferência para o desenvolvimento da região e da intenção de mostrar, através de centros de discussão, que é possível chegar a um consenso de quais providências devem ser tomadas em benefício do País. “O que pretendemos é fazer com que nessas conferências consigamos mantermos um roteiro para diminuir a desigualdade social e assim gerar um desenvolvimento regional. Desejamos que as conferências nos respondam quais instrumentos de contrapeso e quais são os indicadores para chegarmos a uma expectativa de desenvolvimento”, explicou.

---

**MMA mostra aos empresários a necessidade de se planejar a ocupação do território brasileiro, na sua amplitude continental, costeira e marinha. Sophia Gebrim – Site do MMA. 20/09/2012**

Como parte das ações da promoção de sustentabilidade nas indústrias brasileiras, representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participaram, na última terça-feira (18/09), em Fortaleza, da 6ª Reunião do Conselho de Meio Ambiente da Região Nordeste (Coema), ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). O encontro, espaço para discussão dos principais temas da agenda ambiental nordestina, contou com a presença de líderes regionais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Durante a abertura do encontro foi discutido o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). O diretor de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Adalberto Eberhard, apresentou aos representantes da indústria a necessidade de se planejar a ocupação do território brasileiro como um todo, na sua amplitude continental, costeira e marinha, além da situação atual dos zoneamentos nos estados da região.

“Destacamos, ainda, os desafios para integração do ZEE com outros instrumentos de planejamento, além de discussões sobre as conexões com outros instrumentos da própria política ambiental, como o licenciamento”, pontuou o diretor do MMA. Do mesmo debate participaram, ainda, o secretário de Meio Ambiente da Bahia, Eugênio Spengler, que está finalizando a realização do ZEE, e o presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Ceará (Conpam), Paulo Ellery Lustosa, que apresentou os desafios para o ZEE no Ceará.

#### CAATINGA

Outro assunto abordado durante o encontro foi o manejo florestal sustentável da Caatinga. O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Antônio Carlos Hummel, apresentou uma linha de projetos recém aprovada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal em parceria com o Fundo Clima, para apoio à qualificação profissional para técnicos de nível médio e extensionistas. O objetivo da ação é promover eficiência energética nas indústrias que consomem lenha e assistência técnica para manejo florestal na caatinga e compromissos com a origem sustentada do insumo.

Os recursos aplicados serão no valor de R\$ 5,4 milhões. Serão atendidas mais de 600 famílias de assentamentos rurais com assistência técnica, capacitados 190 extensionistas de assistência técnica de extensão rural e em torno de mil estudantes de escolas técnicas em técnicas de manejo florestal. O diretor do SFB também ressaltou outras ações do órgão no Nordeste em parceria com os estados, como o Inventário Florestal Nacional, já com previsão de atuação nos estados de Sergipe, Ceará e Bahia.

A agenda da economia dos ecossistemas e da biodiversidade fechou as discussões da 6ª Reunião do Coema. A diretora do Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Daniela Suarez, apresentou a evolução da agenda no MMA, que conta com a parceria da CNI.



## **Vácuo florestal. Editorial – Folha de São Paulo. 20/09/2012**

Há mais de 12 anos parlamentares identificados com a produção agropecuária tentam abrandar as regras de preservação contidas no Código Florestal. Conseguiram muita coisa desde então, mas sua maior vitória tem sido impedir o país de aprovar uma legislação moderna sobre a questão.

O Brasil precisa de um código atualizado, capaz de conciliar a realidade do campo - seria descabido exigir o reflorestamento de áreas desmatadas há décadas ou séculos - com os benefícios ambientais da maior floresta tropical da Terra. Da mata dependem a sobrevivência de milhares de espécies e a regularidade de chuvas e rios que irrigam a lavoura.

Após concessões de parte a parte, a disputa se sedimentou na faixa de proteção ao longo de rios e riachos. O Congresso finalizou em abril, na Câmara, e contra a orientação do Planalto, um texto que reduzia para até 15 m a recomposição obrigatória nessas áreas de preservação permanente (APPs).

A presidente Dilma Rousseff vetou vários artigos da lei, para evitar o que considera uma anistia para desmatadores. Por medida provisória, recompôs o acordo que havia sido obtido no Senado, alargando a faixa de restauração mínima.

No último lance da longa queda de braço da chamada bancada ruralista com a Presidência, já na análise da MP nº 571/12, os deputados reincidem na redução -para 15 m em propriedades médias e 20 m nas maiores. Pior: abrem uma brecha para replantar APPs com árvores de frutas não nativas (monocultura de laranjeiras, por exemplo), o que aniquila o princípio de recomposição da mata original.

A legislação segue para o Senado, onde precisa ser aprovada como está, e nos próximos dias. Do contrário, vencerá o prazo legal, que termina em 8 de outubro.

A saída que resta ao Planalto é, mais uma vez, aplicar um veto parcial ao texto dos parlamentares. Mas isso criará um vácuo legal para médias e grandes propriedades rurais, que ficarão sem regra para a recomposição obrigatória nas margens de rios.

Não está claro se, após recorrer ao veto, a presidente Dilma reconstituiria a norma por meio de nova medida provisória (o que reabriria a caixa de Pandora no Congresso) ou se o faria por decreto (com o risco de suscitar ações na Justiça).

Tamanha insegurança jurídica é ruim para todos, inclusive para proprietários. Chegou a hora de ruralistas cederem na intransigência.

---

## **Quando as hidrelétricas são fato consumado. Roberto Smeraldi – Folha de São Paulo. 20/09/2012**

*Nossa tradição é simplesmente começar as obras e ir atrás de liminares, até que a construção parcial sirva para dizer que já é tarde para questionar a usina*

Vamos assumir que toda megaobra hidrelétrica seja essencial para o país.

(Ao contrário de seus defensores ou críticos de plantão, sabemos que cada caso é um caso: umas podem ser oportunas em certos cenários, outras nunca teriam viabilidade. E que outros investimentos nas redes, para reduzir o monumental desperdício de eletricidade, seriam mais custo-efetivos. Mas vamos comprar o raciocínio de que todas as faraônicas barragens sejam urgentes.)

Estão comprometidos, nas usinas projetadas ou em construção, mais de R\$ 100 bilhões. Ora, se nossa economia dependesse delas, estaríamos em maus lençóis, tamanha a insegurança sobre seu custo e prazo reais.

A base jurídica que sustenta as usinas é, em geral, viciada pela pressa em atender tempos políticos e pelo hábito de evitar investimentos prévios críticos, como em regularização fundiária. Muitas vezes se aposta no fato consumado para gerar uma perversa jurisprudência, graças a uma Justiça cronicamente defasada.

Funciona assim: a instalação de grandes canteiros serve para obter decisões liminares ao longo de anos, com obras "stop and go", até que a própria construção parcial da obra sirva para atestar que é tarde para decidir sobre sua viabilidade ou modalidade. Um dia, a Justiça dirá se ela jamais poderia ter iniciado.

Belo Monte é o caso mais conhecido. O Tribunal Regional Federal julgou que faltam até os pressupostos para considerar um licenciamento. Assim, as obras foram suspensas -e depois retomadas a partir de uma mera liminar.

Mesmo que um dia fosse revertida a decisão do TRF, há inúmeras ações pendentes sobre irregularidades e condicionantes. O próprio leilão só foi realizado porque a Aneel se recusou a tomar conhecimento de uma liminar concedida minutos antes -e derrubada na noite seguinte. O caso da usina do Teles Pires é semelhante, com obras que param e retomam toda hora.

Duas importantes decisões judiciais recentes podem contribuir para alterar este cenário.

Uma, da Justiça federal de Mato Grosso do Sul, adota uma abordagem preventiva, em vez que paliativa. Requer a realização prévia de estudos ambientais estratégicos sobre o conjunto da região impactada, não apenas sobre o impacto de engenharia da obra. É algo que parece óbvio, mas que o governo até hoje considera um complicador.

A outra vem de Rondônia. Lá, por terem queimado etapas inicialmente, as usinas atrasarão os cronogramas que embasavam contratos e preços negociados. Nem tem linha para transmitir a energia gerada. A usina de Jirau é até objeto de um conflito jurídico internacional entre seguradoras e construtoras.

Nesse quadro, Aneel e Ibama pleitearam a extinção dos julgamentos sobre as licenças por "perda de objeto" -na prática, o argumento das entidades é "se está lá, é legal".

Ao negar o pedido, a Justiça Federal esclareceu que o licenciamento pode ser julgado até anos depois e alertou sobre o risco. Com obra construída, a cassação póstuma de sua licença pode ser convertida em perdas e danos. Enfim, um pavor para investidores.

Não por acaso, os principais bancos privados adotaram uma postura prudente, mantendo-se longe de Belo Monte e com participação mínima em outros empreendimentos, viabilizados com investimento público, movido por decisão política.

O país pode precisar ou não das obras. Mas a forma atual de implementação traz riscos e prejuízos ambientais, sociais e econômicos que extrapolam os eventuais benefícios. É preciso construir um quadro de segurança, adiantando o dever de casa, em vez de buscar fatos consumados.

ROBERTO SMERALDI, 52, jornalista, é diretor da OSCIP Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e autor do "Novo Manual de Negócios Sustentáveis" (Publifolha)

---

### **Usina traz dinheiro e escândalos a Vitória do Xingu. Caio Junqueira – Valor Econômico. 20/09/2012**

A pequena cidade de Vitória do Xingu parecia ter tirado a sorte grande ao abrigar praticamente todos os canteiros de obras da usina de Belo Monte. Com isso, verá a receita própria de impostos passar de R\$ 600 mil ao ano para algo entre R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões, conforme o ritmo das obras.

A hidrelétrica e a movimentação da economia deveriam ser a redenção para seus 13,4 mil habitantes, mas a cidade acabou por entrar em um grande atoleiro político, com nuances que lembram os grandes escândalos do país.

A referência mais forte é ao caso do mensalão, em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Prefeito e vereadores foram envolvidos em denúncias que levaram a Polícia Federal a deflagrar a Operação Pandilha, em agosto de 2011. A investigação apontou a existência de um esquema envolvendo fraudes em licitações, empresas fantasmas em nome de laranjas, superfaturamento e pagamento por serviços não executados que desviaram R\$ 5,5 milhões e acabaram levando à prisão o prefeito e os secretários municipais de Saúde, Obras e de Finanças.

---

### **Cidade-sede de Belo Monte vive sucessão de denúncias. Caio Junqueira – Valor Econômico. 20/09/2012**

*Elsa Dallacqua, vereadora (PSDB): denúncia de 'mensalão' na Câmara a levou a ter sua vida pessoal devassada*

Vitória do Xingu ganhou na loteria. No prazo de um ano, esse pequeno vilarejo com ruas de terra e calor amazônico declarou-se independente dos recursos carimbados do governo federal, ao aumentar sua receita própria pelo menos cem vezes. O bilhete premiado atende pelo nome de usina de Belo Monte.

Com praticamente todos os canteiros de obras em seu território, Vitória do Xingu receberá 92% de todo o Imposto sobre Serviços (ISS) que será pago em decorrência da construção da terceira maior hidrelétrica do planeta. Algo entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões por mês, a depender do ritmo da obra. Isso em uma cidade cujo balanço mais recente disponível no Tesouro Nacional (2010), mostra receita anual de R\$ 16,6

milhões, dos quais R\$ 15,9 milhões decorrem de transferências voluntárias da União e R\$ 600 mil de arrecadação própria, sendo metade de ISS.

Assim, a chegada das obras e a movimentação da economia deveriam soar como música às suas autoridades e aos seus 13.431 habitantes, dos quais 53% vivem na zona rural e convivem com baixos índices sociais: 40% de domicílios não têm abastecimento de água, 30% estão sem energia elétrica e 25% da população é analfabeta. Entretanto, o efeito foi reverso. A cidade acabou por entrar em um atoleiro político sem fim, com nuances que remetem aos grandes escândalos de Brasília.

Há ali suspeitas de vídeos gravados em que integrantes do Legislativo aparecem recebendo propina, tal qual ocorreu no caso que destituiu do cargo o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, em 2009. Assim como há, comprovados pela Polícia Federal, desvios de recursos federais, como as reveladas pelo caso dos Anões do Orçamento, em 1993, bem como a criação desenfreada de empresas laranjas semelhantes às do esquema montado, também segundo a PF, por Carlos Cachoeira. As referências mais fortes, porém, são com o escândalo do mensalão, em julgamento no Supremo.

Com a palavra, a delatora: a vereadora do PSDB, Elsa Dallacqua (ex-PRP e PRB). "Logo que o prefeito Liberalino Neto (PTB) assumiu, em 2009, ofereceu R\$ 1 mil para cada vereador como uma 'ajuda de custo' mensal, para que o apoiassem no cargo. Fui a única que não aceitou e por isso se iniciou uma perseguição contra mim", disse. A partir daí, conta, passou a combatê-lo. Era a presidente da Câmara e filmou, fotografou e denunciou de sua tribuna desvios de recursos públicos na gestão municipal.

"Fiz a primeira denúncia em março de 2009 na Câmara e depois outras 39 no decorrer do ano. Mas não adiantou nada. Não foi aberto um processo para investigar o prefeito", disse.

Até que decidiu ir à Polícia Federal de Altamira (PA), a 46 quilômetros dali e principal polo regional, que acabou abrindo uma investigação. "Aí o prefeito chegou a me oferecer R\$ 400 mil para desmentir tudo. Como eu neguei, ele disse que dividiria esse valor para os outros oito vereadores que cassariam meu mandato em dois meses."

Era setembro de 2009 quando um alvoroço tomou conta da PA-415, o único acesso pavimentado à cidade que a atravessa em um trecho de dois quilômetros até o precário porto do igarapé Tucuruí, afluente do rio Xingu. À altura da Câmara Municipal, foram distribuídos diversos CDs com um vídeo no qual Elsa aparece fazendo sexo oral em um homem. Era o início da vingança. As imagens geraram uma CPI que culminou com a abertura de processo de cassação do seu mandato por três motivos. Falta de decoro, já que a suspeita era de que o ato teria ocorrido dentro das dependências da Câmara. Improbidade administrativa, uma vez que ela teria descontado e não pago o INSS dos funcionários da Casa. E por compra sem licitação de 4.214 rolos de papel higiênico, 70 rodos, 32 baldes, 64 vassouras e 525 kg de açúcar. Elsa, que já deixara a presidência para uma aliada do prefeito - Luzia Efigênio (PTB) - optou por não apresentar defesa no Legislativo, motivo por que um defensor público foi convocado para defendê-la. Em três dias, perdeu o mandato.

Só que o prefeito e seus aliados não contavam que os relatos da vereadora a Polícia Federal resultariam na Operação Pandilha, deflagrada em agosto de 2011. Ela apontou a existência de um grande esquema no município envolvendo fraudes em licitações, empresas fantasmas em nomes de "laranjas", superfaturamento e pagamento por serviços não executados que desviaram R\$ 5,5 milhões. Estão presos até hoje o prefeito, os secretários municipais de Saúde, de Obras e de Finanças.

Até o pai do prefeito, Danilo Dâmaso, ex-prefeito de Marechal Deodoro (AL), foi preso. Ele já havia sido alvo de uma operação da PF em Alagoas em 2005, onde as investigações apontaram desvio de verbas de merendas escolares. Dono de uma extensa ficha policial e antigo aliado do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), saiu da prisão para morrer na Santa Casa de Maceió em abril deste ano. Nenhum vereador, porém, esteve envolvido no caso. A contribuição deles, porém, foi dada ao não cassar o mandato do prefeito, que continua a receber seu salário do Executivo.

À época da operação, a movimentação para as obras de Belo Monte na região já eram grandes. Mas um item prometido pela Norte Energia, a formada por capital público e privado para financiar o empreendimento, não fora entregue ao Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), liderado pela Andrade Gutierrez e que tem o objetivo de erguer a usina. Trata-se da garantia de que Vitória do Xingu reduziria à metade o ISS das empreiteiras de Belo Monte, sob a justificativa de compensação pelo anunciado desenvolvimento que a usina levaria à região. Para as empresas, uma economia de R\$ 1 bilhão no preço final da usina.

Embora sua composição acionária seja dividida com o setor privado, a Norte Energia é comandada por indicados pelo Palácio do Planalto, graças à forte participação das estatais Eletrobras, Chesf, Eletronorte e dos fundos de pensão Petros e Funcef. O homem forte ali é o gaúcho Valter Luiz Cardeal de Souza, ou Valter Cardeal, presidente do Conselho de Administração da Norte Energia, diretor de geração da Eletrobras e considerado o principal conselheiro da presidente Dilma Rousseff no setor.

Na região de Belo Monte, são frequentes os relatos de diálogos nada amistosos entre Cardeal e Liberalino, antes de sua prisão.



O motivo: a resistência do prefeito em reduzir o ISS. Ele não se mexeu para que o Legislativo aprovasse a proposta. Preso o prefeito, o vice Erivando Amaral (PSB), rompido politicamente com Liberalino desde 2009, assumiria as negociações. Cardeal nega as conversas: "De minha parte, não houve nada, nenhuma conversa. Só estive com

o prefeito em audiência pública. E com o novo prefeito [em exercício] nunca conversei. Quem fala isso quer me prejudicar".

No seu primeiro contato com os dirigentes da Norte Energia e do CCBM, Erivando, desconfiado, pediu que mostrassem suas identificações para comprovar que eram ligados à construção de Belo Monte. No segundo, rodou pelos canteiros e fez perguntas sobre o empreendimento consideradas óbvias pelos que o acompanhavam. A partir do terceiro, a relação estava bem azeitada. Foi questão de tempo para que ele concordasse em encaminhar à Câmara o projeto de lei que reduzia a alíquota do ISS do município. Acabou aprovado em novembro de 2011.

"O prefeito anterior fazia muito terrorismo com a Norte Energia e com o consórcio. Eu não podia ficar à mercê de uma briga antiga com essas empresas. Precisávamos dialogar", afirmou. Relata que, nas negociações para a aprovação, a Norte Energia se comprometeu a ajudá-lo na eleição deste ano. Por exemplo, com R\$ 260 mil a serem divididos para cada uma das 12 igrejas evangélicas da cidade. O dinheiro, segundo ele, não chegou. Assim como o dinheiro para cursos de qualificação profissional para os vitorenses que o CCBM deveria enviar - uma cláusula incluída na lei por ele mesmo. Diante da insatisfação, ele ameaça: "Podemos revogar essa lei a qualquer momento". Apesar disso, a cidade está em obras, com prédios públicos em reforma e pavimentação.

Ocorre que seu futuro político, assim como o do antecessor, é incerto. Segundo a vereadora Elsa, que retomou o mandato há pouco mais de um mês tendo como base áudios da PF que mostram uma combinação da prefeitura com os vereadores para cassá-la de maneira sumária, a substituição do prefeito pelo vice em nada alterou o modo de operar na cidade. "Estão ocorrendo os mesmos esquemas. Só mudaram os nomes", disse.

Nem foi preciso que ela fosse até o Ministério Público para fazer alguma denúncia. Cinco vereadores ligados ao prefeito preso foram em janeiro deste ano até a sede do Ministério Público do Estado em Belém para "devolver" R\$ 5 mil que dizem ter recebido do prefeito em exercício para aprovar o projeto do ISS. A fonte dos recursos, segundo eles, foi a empresa Sotreq, a principal revendedora de máquinas Caterpillar na América Latina e fornecedora do CCBM em Belo Monte. Os vereadores denunciantes afirmaram se tratar de um "agrado" dado pela empresa, devido à aprovação do texto do ISS.

Recentemente, entregaram à promotora Amanda Lobato em Altamira áudio em que o prefeito em exercício tenta convencer uma das vereadoras que o denunciaram a mudar seu depoimento e a incriminar a presidente da Câmara, Luzia Efigênio (PTB) - a mesma que não cassou o prefeito preso. No áudio, além do prefeito e do vereador, aparecem um vereador da base do prefeito, dois advogados - um deles Robério Abdon, conselheiro da OAB do Pará- e uma servidora da prefeitura. O Ministério Público corre para pedir a impugnação de sua candidatura a prefeito.

"Esse áudio vai sustentar a nossa ação de improbidade contra ele e o pedido para impugnar sua candidatura. E se ele for eleito, vamos tentar impedir sua diplomação", disse a promotora. Ela afirma que o que ocorre no município agora é semelhante ao que ocorreu com o prefeito anterior, embora agora haja também indícios de desvios de recursos municipais, que estão sob sua alçada. Também encaminhou ofícios à

Controladoria-Geral da União (CGU), PF, Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal para que sejam verificados a manutenção e até ampliação do esquemas de desvios de recursos federais em Vitória do Xingu. Sobre o envolvimento da Sotreq, declarou que "não há como provar que o dinheiro veio da empresa" e que "não duvida de que ele pode ter vindo mesmo é da prefeitura".

Ciente dos iminentes problemas judiciais que pode ter, o prefeito em exercício articulou para que sua candidatura fosse a única da cidade. Seu maior receio é de que, com o prefeito for solto - um habeas corpus pode ser julgado a qualquer momento no Supremo - a candidatura de Vando pode ser impugnada por outra, na medida em que ele, estando em exercício, deveria ter se desincompatibilizado do cargo. Nesse sentido, fez acordos com instâncias estaduais dos partidos, que retiraram a legenda de outros pretensos candidatos. Até mesmo o PTB, partido do prefeito preso e da presidente da Câmara, aliou-se a ele.

O risco de uma nova operação da PF também não está descartado. No dia em que o **Valor** esteve na cidade, dois policiais federais escoltavam funcionários da CGU que, um anos depois da Operação Pandilha, faziam uma fiscalização na aplicação dos recursos federais. "Pelo que vimos, não dá para concluir ainda se a situação está igual ou diferente da gestão anterior", afirmou um dos analistas da CGU.

A Sotreq informou, via assessoria de imprensa, que "jamais foi procurada pelo Ministério Público Estadual do Pará para prestar qualquer tipo de esclarecimento" sobre a acusação e que seus funcionários "sempre agiram, e agem, em total conformidade com seu rigoroso Código de Ética e de Conduta, o qual é pautado pela moralidade e legalidade em todas as suas relações". Robério Abdon, conselheiro da OAB, não respondeu ao pedido de entrevista.

A vereadora Elsa retomou seu mandato há dois meses, tendo por base laudo da Polícia Federal em que são registrados diálogos de uma secretária do prefeito preso com vereadores em que é articulada sua cassação. Sobre as outras acusações levantadas na CPI, ela afirma que o alto volume das compras feitas em sua gestão na presidência ocorreram devido à soma de compras feitas em oito meses de mandato. Quanto ao INSS, justificou-se afirmando que o recolhimento só aparece nos contracheques um ano após o pagamento. Nenhum órgão público abriu investigação contra Elsa por essas acusações. O prefeito em exercício de Vitória do Xingu atribui todas as acusações ao seu alegado favoritismo: "Sou atacado por todos os lados", disse. A Norte Energia não respondeu a nenhum dos questionamentos da reportagem.

---

### **Mineração na Amazônia divide políticos e ativistas. Diana Kinch – Valor Econômico/ The Wall Street Journal. 20/09/2012**

A proposta para liberar grandes extensões de terra indígena para a mineração que será enviada ao Congresso no próximo mês reabre um antigo debate sobre os méritos de explorar as vastas riquezas de áreas protegidas.

O Brasil tem uma miscelânea de 688 reservas indígenas que cobrem cerca de 13% do território brasileiro, mais que o dobro da área da Suécia.

As terras, que em sua maioria ficam na região Amazônica, são reconhecidamente ricas numa grande variedade de minerais, inclusive ouro, ferro, níquel, diamantes e terras-raras.

Mas a constituição de 1988, que deu aos grupos indígenas "direitos inalienáveis" sobre suas terras, proíbe a mineração até que sejam criadas leis que regulem a atividade e protejam os direitos dos índios. O projeto procura estabelecer essas regulamentações e permitir a exploração.

O projeto de lei tem pela frente uma longa e complicada jornada no Congresso. Mesmo aqueles que apoiam a medida admitem que ela é polêmica, considerando o histórico de disputas sangrentas entre garimpeiros e índios e de danos ambientais como contaminação por mercúrio.

Os defensores da medida dizem que ela poderia beneficiar pequenas e grandes mineradoras e também as comunidades locais, que, segundo o projeto de lei, ficariam com 2% da receita bruta da extração nas suas terras.

"O Estado não pode mais continuar sem uma lei que regule a produção desses minerais, que poderiam trazer um ganho enorme para os índios", disse o autor do projeto, Édio Lopes, deputado de Roraima pelo PMDB.

Grandes mineradoras, como a BHP, a Rio Tinto e a própria Vale estão à procura de jazidas de alta qualidade em países politicamente seguros como o Brasil.

---

### **Governo quer mudar lei florestal sem Congresso. Erich Decat e Natuza Nery – Folha de São Paulo. 20/09/2012**

*Planalto busca caminhos para alterar o código livre da influência de ruralistas*

Setores do governo estudam complementar o Código Florestal com normas que não precisem passar pelo Congresso, no qual a bancada ruralista derrotou várias vezes a gestão da presidente Dilma Rousseff.

A Folha apurou que a presidente já decidiu vetar as alterações feitas pelos ruralistas na medida provisória aprovada anteontem pela Câmara e cujo texto deve ser corroborado pelo Senado na semana que vem.

Os complementos estudados devem ser necessários para preencher lacunas deixadas com os vetos.

A própria MP era uma tentativa de complemento do governo à lei ambiental, após os vetos feitos de Dilma ao Código aprovado em abril.

Mas seu projeto original voltou a ser alterado de novo em favor da bancada ruralista. A maior mudança foi diminuir a área que fazendeiros terão de replantar das matas desmatadas ilegalmente em beiras de rio.



A proposta original previa que, em propriedades médias, o reflorestamento seria de 20 metros na beira de rios com até 10 metros de largura. No texto aprovado, essa mesma metragem de recomposição passou a ser aceita até para grandes propriedades.

A ideia do governo é evitar novas derrotas, e por isso a complementação pode ocorrer por meio de decretos, portarias e instruções normativas, que não passam pelo crivo dos congressistas.

Um grupo de trabalho deverá discutir o assunto.

As soluções encontradas deverão ser anunciadas 15 dias depois de a MP chegar ao Planalto, quando devem ser apresentados os vetos.

---

### **Pescadores paralisam obras de barramento do Xingu – Site do CPT. 21/09/2012**

Um grupo de cerca de 50 pescadores montou acampamento em uma das ilhas próximas à obra de barramento definitivo do Xingu – a enseadeira do sítio Pimental – e nesta quarta, 19, impediu a saída da balsa que leva máquinas e trabalhadores para as obras no canal.

#### *Do Movimento Xingu Vivo para Sempre*

Após realização de assembléia, os manifestantes decidiram que permanecerão no local por tempo indeterminado, e exigem a presença da Norte Energia e do Ibama para negociar algumas demandas imediatas ligadas à atividade de pesca, como indenizações para o setor e autorizações para a pesca de espécies sensíveis.

“Os pescadores estão sentindo uma redução de cerca de 50% na produção de peixes. O rio está secando. Muitas espécies não desovaram no último ano em função da intervenção da Norte Energia no rio, tem muito peixe morrendo, e em alguns locais a empresa quer impedir o trabalho dos pescadores”, explica Ana Laide Barbosa, do Movimento Xingu Vivo, que acompanha a mobilização.

Na noite de quarta, um grupo de pescadores de peixes ornamentais se juntou ao grupo e exige a presença do Ibama para negociar a pesca de espécies que são encontradas apenas na região da barragem, e que vão morrer com a intervenção da Norte Energia. “Eles argumentam que, se estas espécies vão morrer, o Ibama deve liberar sua coleta aos pescadores de peixes ornamentais para que sejam salvos e comercializados”, explica Ana Laide.

#### **Protesto**

Segundo as lideranças do movimento, o acampamento é um protesto contra a decisão do Ibama de permitir o fechamento definitivo do rio. Neste processo, a categoria não foi consultada nem informada sobre como poderão desenvolver suas atividades, ou como se dará a transposição dos barcos sobre a barragem. “O rio é nosso e viemos pra pescar. Não tem como proibir a pesca, nós temos de exercer o nosso trabalho”, afirma Lucio Vale, presidente da Colônia de Pescadores de Altamira.

No fim da tarde do dia 19, agentes da polícia civil, acompanhados por membros da Norte Energia, estiveram no local da manifestação. Segundo seus agentes, foram certificar-s de que o movimento era pacífico.

---

### **FAET prega valorização do Setor Primário para o desenvolvimento regional. Site da CNA. 21/09/2012**

O superintendente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), Sani Naimayer, participou nesta quinta-feira, 20, da mesa redonda com o tema "Tocantins e Desenvolvimento Regional", ocorrida no segundo dia da I Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, que segue até esta sexta-feira, 21, no auditório da Escola de Gestão Fazendária (Egefaz), em Palmas.

Durante a mesa redonda, Naimayer, o representante do Sebrae e o secretário executivo da Fieto, apontaram a necessidade de se continuar valorizando o carro-chefe da economia tocantinense, que é a produção agrícola, e afirmaram a necessidade de uma transformação industrial, para assim resultar em um desenvolvimento regional.

Desta forma, Naimayer apontou os eixos, reforma fundiária, georreferenciamento, ambiental, infraestrutura e financiamentos que possibilitariam esse desenvolvimento. "Para aumentar a nossa participação no PIB, devemos aprender a usar das 'armas' que temos, devemos planejar fazer com que toda a cadeia primária se transforme em algo industrializado no próprio Estado, para que seja transportado do Tocantins, ou seja, mais próximo do consumidor", afirmou o superintendente geral da FAET.

A mesa contou ainda com a presença de representantes de áreas do poder público, educacional, empresarial, e do sistema S e organizações criadas para o setor produtivo em áreas importantes da indústria e comércio. Dentre os presentes, o superintendente da Seplan, Antônio Guerra, o secretário executivo da Fieto, José Roberto Fernandes, o coordenador de desenvolvimento territorial do Sebrae, Walter D'Aquino, e o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFT, Dr. Waldecy Rodrigues.

Ainda durante as discussões, Rodrigues, representante da UFT, afirmou que o desenvolvimento de uma região depende do potencial econômico. Segundo ele, para alcançar um desenvolvimento regional tem que haver um desenvolvimento em múltiplas escalas e múltiplas dimensões. "A qualidade do desenvolvimento é tão importante quanto à quantidade de desenvolvimento, através do crescimento baseado nas escalas e dimensões", finalizou citando Milton Nascimento: "território é chão mais população."

Apoiando a ideia de desenvolvimento, o superintendente da Seplan lembrou da necessidade da construção da hidrovía que liga o Tocantins ao Pará, como forma de desenvolvimento do setor agrário e facilitador do crescimento industrial do Estado, além de ser um vetor integrador da população ribeirinha. "Além da competitividade com a ferrovia, fazendo com que os custos reduzam, a hidrovía proporcionará a assistência básica às ribeirinhas", declarou.

Após todos os questionamentos, foi aberto um espaço para discussão entre os participantes, onde foi levantada a participação da agricultura familiar, como mantenedora interna do Estado do Tocantins.

---

### **Silvicultura traz benefícios ambientais e econômicos para Mato Grosso do Sul - Site da CNA. 21/09/2012**

Há 10 anos, a área plantada em floresta era de 90 mil hectares em Mato Grosso do Sul. Em 2012, o plantio deve alcançar 500 mil hectares. Somente com eucaliptos, o Estado ocupa o 4º lugar em plantio no Brasil. A meta até 2020 é chegar a 1 milhão de hectares e com isso o Estado deve alcançar o segundo lugar no país em área plantada com silvicultura. Na data em que se comemora o Dia da Árvore (21 de setembro), o Estado pode comemorar tendo a silvicultura despontando como uma atividade que traz benefícios ambientais e econômicos.

“O produtor rural tem consciência ambiental e entende que o lucro de seu negócio está atrelado à sustentabilidade. O dinheiro dá sim em árvore e para crescer não precisa desmatar”, analisa o presidente da Comissão de Silvicultura e Agrosilvicultura da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ademar Silva Junior. Para o consultor técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado (SENAR/MS), Clovis Tolentino, Mato Grosso do Sul é exemplo servindo de modelo de preservação e aumento de área plantada, principalmente em seringueiras. “A helveicultura desponta como uma nova frente econômica e ainda agrega na conservação e ampliação da área verde”, complementa Clóvis. O Estado deve chegar, até o final de 2012, com 17,5 mil hectares em seringueiras, com aumento de 5,5 mil hectares somente nesse ano.

De acordo com a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, a silvicultura tem trazido rendimentos econômicos para o Estado. Somente no primeiro semestre de 2012, os produtos florestais geraram um volume de 5 milhões de toneladas, com rendimento de US\$ 251 milhões, um aumento de 9% sobre os US\$ 230 milhões comercializados no mesmo período de 2011. Os principais compradores do produto sul-mato-grossense são os Países Baixos e a Itália.

As florestas são alternativas ainda para melhorar a pecuária. “A integração floresta-pecuária tem crescido justamente pelos benefícios econômicos, ambientais e sociais. As árvores são atenuantes de extremos climáticos, apresentando uma redução de oito graus nas horas mais quentes do dia e um aumento de até seis graus no dias mais frios do ano, mantendo o conforto térmico animal, evitando o desgaste energético com aquecimento e refrigeração corporal e melhorando, com isso a qualidade da carne”, defende o biólogo e pesquisador da Fundação MS, Alex Melotto.

---

### **Às escondidas. Marina Silva – Folha de São Paulo. 21/09/2012**

A usina de Belo Monte, ao secar a Volta Grande do rio Xingu, expõe ao sol da opinião pública algo mais que o limo das pedras. A empresa canadense Belo Sun Mining, do grupo Forbes & Manhattan, pretende fazer ali o "maior programa de exploração de ouro do Brasil", investindo mais de US\$ 1 bilhão para extrair quase cinco toneladas por ano do precioso metal.

Já no Relatório de Impacto Ambiental da usina constava o interesse de 18 empresas em pesquisa e exploração mineral na área, mas o Ibama achou esse dado irrelevante.

O licenciamento da mineração está sendo feito pelo governo do Pará. Tudo indica que o conhecimento do potencial mineral só é segredo para a população, os "investidores" têm o mapa da mina há tempos.

O Brasil vive uma nova "corrida do ouro", silenciosa e oculta da opinião pública, mas intensa ao ponto de fazer a atividade mineradora saltar de modestos 1,6 % para expressivos 4,1% do PIB em só dez anos.

Nem é preciso dizer que esse aumento, embora inserido na ascensão brasileira na economia mundial, é continuidade da velha condição de colônia: as riquezas do subsolo brasileiro destinam-se, em sua quase totalidade, ao comércio exterior. As "veias abertas da América Latina" (feliz e triste expressão de Galeano) continuam sangrando.

Por trás dos grandes negócios e notórias fortunas, sempre financiadas e facilitadas pelo Estado, oculta-se um submundo de devastação ambiental e violência contra populações tradicionais.

O Congresso Nacional avoca para si o poder de demarcar terras indígenas e nelas licenciar atividades econômicas, enquanto discute um novo Código Mineral e a criação de uma agência para o setor.

Enquanto isso, pedidos de licenças para pesquisa e exploração continuam a ser concedidas aos que chegarem, em processo pouco transparente.

No Congresso, debate-se mudanças na lei para dificultar a demarcação de novas áreas de proteção (reservas, parques, quilombos, terras indígenas), diminuir o tamanho das já demarcadas e licenciar a exploração de suas riquezas. Na forma como são feitas, as mudanças atendem à demanda de grupos econômicos alheios aos interesses da sociedade e do país.

O governo entra com a negociação no varejo da política e as justificativas publicitárias do "interesse nacional" e da "inclusão social". À sociedade falta o que poucos detêm: informações profundas que possibilitam definições estratégicas que atendam a interesses mais amplos.

Na vida pública, o debate superficial das questões mais importantes se assemelha à infantilização promovida pelos candidatos que se oferecem para cuidar do povo. A conversa dos adultos, entretanto, é feita às escondidas. Até quando?

---

### **Petrobras deixa poço no Amapá após desastre com plataforma. Bruno Rosa Ramona Ordoñez – O Globo. 21/09/2012**

Prejuízo teria sido de US\$ 150 milhões. Estatal pediu tempo para estudar local

A Petrobras teve uma sonda de perfuração arrastada por fortes correntes marítimas no litoral do Amapá. O equipamento não chegou a se desprender totalmente, mas sofreu

uma ligeira inclinação. Com isso, a Petrobras foi obrigada a abandonar o poço, e solicitou à Agência Nacional do Petróleo (ANP) um prazo maior no plano exploratório do bloco no litoral do Amapá para estudar melhor a força das correntes na região que são muito fortes. Os prejuízos, não confirmados pela Petrobras, teriam chegado a US\$ 150 milhões, de acordo com uma fonte.

O problema preocupa os diretores da ANP, pois a região, chamada de margem equatorial, estará na 11ª Rodada de Licitações. Outro ponto é que esses estudos podem levar mais de um ano, afetando ainda mais o início da produção, que está em queda hoje no Brasil.

O diretor de Exploração e Produção da Petrobras, José Formigli, confirmou o incidente, ocorrido no fim de dezembro do ano passado, explicando que o problema aconteceu durante a perfuração do poço exploratório Oiapoque na costa do Amapá/Pará:

- A correnteza mais elevada fez com que o sistema de ancoragem não tivesse o que chamamos de escorregamento e, com isso, houve uma inclinação da cabeça do poço, mas tudo sob controle. Ela continuou ancorada mas escorregou, como se costuma dizer - afirmou.

correntes com velocidades variadas

De acordo com fontes, a força do mar arrebitou o riser (cabo de exploração) e o B.O.P. (que controla a saída de petróleo no fundo do mar). Segundo técnicos, a plataforma foi arrastada por cerca de 250 metros. Agora a Petrobras está analisando o ocorrido, reestudando a área para voltar a perfurar no local um novo poço.

- A gente está estudando tudo o que aconteceu e as especificidades da região. Precisamos estar preparados em termos de ancoragem para esse tipo de situação. Só depois voltamos a perfurar no local. Quanto mais para cima da margem equatorial, a correnteza é maior - explicou Formigli.

Na Rio Oil & Gas, feira do setor que acontece no Riocentro, executivos de outras empresas comentam os desafios da região.

- Do navio até o fundo do mar, há correntezas diferentes, com velocidades variadas e em direções alternadas. O desafio é muito grande, o que exige uma grande técnica de engenharia - afirmou um deles.

A Petrobras não mencionou o ocorrido no balanço do primeiro semestre. Apenas informou que teve 41 poços abandonados, denominação usada quando a estatal não encontra petróleo ou quando ocorre algum tipo de problema técnico, em que a empresa prefere não dar continuidade à exploração.

---

## **Delegação do Vietnã conhece técnicas de produção orgânica no RJ – Site do MAPA. 22/09/2012**

*Visitantes conhecem a Fazenda Agroecológica, onde são desenvolvidas pesquisas pela Embrapa Agrobiologia*

Uma delegação composta por representantes da União dos Agricultores do Vietnã liderada pelo presidente da associação e chefe de delegação Nguyen Quoc Cuong e pelo adido comercial do País, Pham Quoc Viet, entre outros membros da entidade e do Governo do país asiático esteve na Fazendinha Agroecológica Km 47, em Seropédica, na zona Oeste do Rio, para conhecer as técnicas integradas de produção agrobiológica desenvolvidas no Estado.

A propriedade utilizada para pesquisa, inovação e socialização do conhecimento, com a finalidade de expandir a agricultura orgânica, é parceria da Embrapa Agrobiologia com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Pesagro-Rio.

A visita da comitiva foi acompanhada pela engenheira agrônoma da Superintendência de Agricultura do Rio (SFA-RJ), Ailena Salgado, e recebida pelo pesquisador da Embrapa Ernani Jardim. Os vietnamitas demonstraram grande interesse pelos métodos para culturas de legumes e hortaliças, alguns que não conheciam, inclusive, como o cajá-mirim. Bem como, se surpreenderam com o valor agregado dos produtos orgânicos na composição de preços dos alimentos.

A comitiva, no entanto, manifestou especial interesse pelas formas de associativismo e de cooperativismo adotadas pelos produtores rurais brasileiros em razão do regime político e das políticas sociais e trabalhistas vietnamitas. O presidente da delegação foi secretário do Comitê do Partido Comunista do Vietnã e presidente da Assembleia Popular na Província de Bac Giang. Posteriormente foi membro do Comitê Central do Partido e chefe da Comissão Financeira do Comitê, assumindo pouco depois o cargo de presidente da Associação de Agricultores do Vietnã. Cuong também é membro da Assembleia Nacional, pela Província Bac Giang.

Nos 2.037,61 hectares de área do Estado estão distribuídas mais de 300 unidades de produção orgânica atualmente. Esse número mais que dobrou na última década. A expansão da produtividade e melhor qualidade dos produtos associadas ao aumento da oferta tem feito crescer também o consumo desse tipo de alimento.

Dos 70 hectares da Fazendinha Agroecológica, 35 hectares são de áreas de preservação permanente composta por ilhas ecológicas integradas a um sistema agroflorestal onde são cultivadas cerca de 40 espécies de frutas, palmitos e espécies ornamentais. Outros 23 hectares são subdivididos em piquetes de pastagens para bovinos e uma granja que funcionam em regime rotativo e servem para a produção de adubo orgânico. As lavouras ocupam 10 hectares e os dois hectares restantes são de ocupados por construções e caminhos vicinais.

---

### **Usina no coração da floresta. Cleide Carvalho - O Globo. 23/09/2012**

*De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, 7 serão erguidas em áreas intocadas*

O governo planeja instalar na Amazônia pelo menos 23 novas hidrelétricas, além das seis já em construção na região. Segundo levantamento do GLOBO, ao todo, essas 29 hidrelétricas vão gerar 38.292 MW, quase metade dos 78.909 MW produzidos pelas 201

usinas hidrelétricas em operação hoje no país. Sete delas, como as das bacias do Tapajós e do Jamanxim, serão feitas no coração da Amazônia, em áreas de floresta contínua praticamente intocadas. Outras estão em áreas remanescentes importantes de floresta amazônica, como o conjunto de sete hidrelétricas planejadas nos rios Aripuanã e Roosevelt, no Mosaico de Apuí, com impacto direto em 12 unidades de conservação de proteção integral e terras indígenas. A região, ao Sul do Amazonas, foi considerada de prioridade extremamente alta para conservação pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006.

Somados, os 29 projetos alcançam 31% da capacidade potencial de geração de energia das duas principais bacias hidrográficas da região, as dos rios Amazonas e Tocantins, e 14 deles usam R\$ 78 bilhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Verbas do PAC foram destinadas até para usinas que sequer receberam aval ambiental: São Luiz do Tapajós (R\$ 18,1 bilhões), Jatobá (R\$ 5,1 bilhões) e Marabá (R\$ 2,27 bilhões). Os planos vão além: está em andamento o estudo para aproveitar a Bacia do Rio Negro.

- A Amazônia é a bola da vez, e é necessário se antecipar aos problemas, não pedir desculpas pelo já feito. É preciso ter princípios adequados à lógica da região. Na Amazônia, a questão ambiental se sobrepõe a todos os fatores. Não dá para fazer uma usina atrás da outra - diz João Gilberto Lotufo, diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), que acaba de finalizar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da margem direita do Rio Amazonas.

Última fronteira a ser desbravada, a Amazônia pode gerar 121.246 MW, equivalentes a 48,72% do potencial do país. Além das hidrelétricas, outras 11 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) estão em rios amazônicos - cinco em obras e seis já outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

- Estamos planejando com o maior cuidado e procurando reduzir ao mínimo o impacto - afirma Altino Ventura, secretário de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Se forem acrescentadas à lista as usinas de Estreito e Santo Antônio, que entraram em operação em 2011, as novas usinas vão gerar 42.529 MW, o que significa aumento de 53,9% na capacidade instalada do país.

- Metade da energia prevista para entrar no sistema até 2020 está na Amazônia. Podemos abrir mão? - indaga Ventura.

O entusiasmo com a construção de hidrelétricas contrasta com as preocupações ambientais. O Amazonas deve receber quatro delas. O governo do estado é contra.

- Não somos contra o crescimento econômico, mas ele não precisa ser predatório. O governo precisa olhar outras soluções - diz Anderson Bittencourt, coordenador de Energia da Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas, que projeta uma usina solar em Manaus.

ALAGAMENTO: 8 VEZES A ÁREA DO RIO DE JANEIRO

Bittencourt diz que a primeira consulta pública sobre as usinas foi em Manaus, a mais de mil quilômetros das comunidades afetadas, onde vivem 112 mil pessoas. As novas hidrelétricas na Amazônia - incluindo as recém-inauguradas Santo Antônio e Estreito - alagarão uma área de ao menos 9.375,55 quilômetros quadrados, quase oito vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro. A área inundada diminuiu em relação a obras do passado. Em média, serão 0,22 km<sup>2</sup>/MW contra uma média nacional de 0,49 km<sup>2</sup>/MW.

As duas maiores usinas, São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas no Tapajós alagarão 1.368,85 quilômetros quadrados, quase o tamanho da cidade de São Paulo. A São Luiz do Tapajós deve gerar 6.133 MW; será a quarta maior do país, atrás de Belo Monte, Tucuruí e Itaipu.

A terceira maior usina desta lista é a de Marabá, com operação planejada para 2018 e capacidade de 2.160 MW. Possui o maior reservatório entre as novas, de 1.115 quilômetros quadrados, e poderá deslocar 40 mil pessoas que vivem às margens do Tocantins em nove municípios de Pará, Tocantins e Maranhão. Na região, está a reserva indígena Mãe Maria e o Parque Estadual do Encontro das Águas.

Para o biólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Brasil deve buscar novos caminhos:

- É preciso repensar a lógica para, no futuro, não se arrepender de ter acabado com os rios da Amazônia. É mais barato fazer um plano de redução do consumo. No Brasil, 5% do gasto são de chuveiro elétrico - diz o biólogo.

---

### **Hidrelétricas na Amazônia opõem procuradores ao governo federal. Cleide Carvalho – O Globo. 23/09/2012**

*Para Ministério Público, o custo das usinas está subestimado*

A construção de hidrelétricas na Amazônia preocupa ambientalistas, apesar de alguma divisão, e procuradores do Ministério Público Federal (MPF) prometem cobrar na Justiça a conta dos estragos ambientais e impactos sociais das obras. Duas grandes hidrelétricas já iniciadas, Belo Monte e Teles Pires, enfrentam ações civis públicas. Apesar de os projetos preverem investimentos de mitigação, os procuradores consideram as medidas insuficientes.

— O custo está subestimado, e vamos levar essa conta ao Judiciário. Quanto custa alagar dois mil quilômetros quadrados de área protegida na Bacia do Tapajós? Qual o valor da floresta destruída? — diz Felício Pontes Júnior, procurador do MPF do Pará.

Para ele, o impacto de uma hidrelétrica não pode ser resumido ao tamanho de seu reservatório ou à população das áreas inundadas. O maior impacto, afirma, é o desmatamento associado às obras. Segundo Pontes Júnior, estudo feito a pedido do Ibama concluiu que o desmatamento no entorno de Belo Monte pode chegar a 5.200 km<sup>2</sup> se nada for feito. Ou seja, quase dez vezes o tamanho do reservatório, de 516 km<sup>2</sup>.



— O desmatamento é efeito da migração. A região já era de conflito e, para evitar o desmatamento ilegal, o aparato de controle do Estado teria de aumentar muito, o que não ocorre — afirma o procurador.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Altamira registrou este ano, até 18 de setembro, 1.892 focos de queimada, que precedem desmatamento, mais que o dobro de igual período de 2011.

### **‘São indutoras de preservação’, diz ministério**

Altino Ventura, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia (MME), diz que as usinas da Bacia do Tapajós serão como plataformas de petróleo e ficarão isoladas no meio da mata:

— Elas serão indutoras de preservação.

Na Amazônia, o governo adota o modelo de usina a fio d’água, que mantém a vazão dos rios, sem controle de represamento. O MME, porém, defende que o modelo antigo seja usado em pelo menos uma das usinas do Rio Tapajós, no Pará. A principal delas, São Luiz do Tapajós, deve ser licitada em 2013.

— O uso de reservatório regulador, que controla as cheias, deve ser debatido — diz Ventura.

Pontes Júnior diz que o alagamento provocado pelas hidrelétricas não é pequeno e que os efeitos futuros não podem ser mensurados.

— Não sabemos como reagirá a natureza. Mas como está não fica — argumenta, acrescentando que a construção de barragens em vários pontos do Rio Tapajós pode alterar por completo o pulso de cheias.

Estudo da Agência Nacional de Águas (ANA) alerta que o desmatamento pode ter reflexos nos padrões de chuva no Brasil e países vizinhos, com impacto inclusive nas hidrelétricas: “A diminuição da precipitação nas regiões Sul e Sudeste do Brasil pode gerar um impacto significativo em vários setores, principalmente na geração de energia elétrica.”

### **‘As usinas são enfiadas goela abaixo’**

Segundo Rubens Gomes, presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), constituído na Rio 92 por 600 organizações não governamentais, as usinas dividiram as entidades:

— Várias ONGs ligadas ao PT aderiram aos projetos e muitas são gestoras de recursos de mitigação — diz Gomes, lembrando que as obras atraem para municípios sem infraestrutura milhares de migrantes e desorganizam para sempre o modo de vida das comunidades.

— É preciso parar de pensar na Amazônia como quintal do país. As usinas chegam como fato consumado. Não há diálogo. São enfiadas goela abaixo — diz Brent Millikan, diretor do Programa Amazônia da ONG International Rivers.

---

### **Mapa promove encontro para discutir Projeto de Regionalização – Site do MAPA. 24/09/2012**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveu nesta segunda-feira, 24 de setembro na sede em Brasília, um encontro para discutir as ações relacionadas ao Projeto de Regionalização. O evento, que ocorre na sala de reuniões da CNPA e continua na terça-feira (25), reúne secretários, diretores e coordenadores de várias áreas do Mapa, além dos superintendentes dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e representantes de entidades, a exemplo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O encontro busca aprimorar o conhecimento de todos os envolvidos nas atividades da Regionalização, promover um debate e o intercâmbio de informações acerca do tema. A abertura, na tarde desta segunda-feira, foi feita pelo secretário José Carlos Vaz, da Secretaria Executiva do Mapa. Em sua palestra, ele fez considerações gerais do Projeto de Regionalização, abordando a política agrícola (fomento) e defesa (qualidade, pesquisa e capacitação dos produtores), e ressaltou as ações estratégicas do Ministério da Agricultura quanto a sua missão institucional. “É preciso resgatar a visão estratégica, tanto no nível tático quanto operacional, para aprimorarmos a gestão de projetos e pessoas, valorizando os servidores e implantando medidas que possam incrementar e promover o agronegócio brasileiro”, enfatizou ele.

Na programação, serão apresentados e discutidos os eixos do Projeto de Regionalização: Gestão (centralização, grupamentos e distribuição das estruturas); Política Agrícola (crédito, armazenagem, irrigação, preços mínimos e estoques); e Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Estes últimos eixos foram explicitados pelo secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Ênio Marques. O encontro ainda servirá de palco para discussões envolvendo temas relacionados ao Programa de Identificação Geográfica e reservará espaço para que os superintendentes federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apresentem as ações de implementação administrativa e de apoio político-institucional ao projeto.

Para conferir a programação completa do evento e obter mais informações sobre o Projeto de Regionalização clique aqui.

### **Projeto-piloto**

O lançamento oficial do Projeto de Regionalização, que será implantado em todo o País, foi feito pelo ministro Mendes Ribeiro Filho durante a 35ª Expointer (encerrada no início deste mês, em Esteio, no Rio Grande do Sul). As ações da Regionalização que, entre os objetivos está a aproximação do Governo Federal ao médio produtor rural, contemplam, inicialmente, as regiões Nordeste e Sul – onde um projeto-piloto está em andamento –, que foram as que mais sofreram com os efeitos climáticos.

---

## **Agenda para 2013 da SEDR inclui consolidação do Cadastro Ambiental Rural e ampliação do Bolsa Verde. Sophia Gebrim – Site do MMA. 24/09/2012**

Cadastro rural e agronegócio sustentável são temas da agenda ambiental centralizados na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA). A secretaria, que é o órgão mais próximo do homem do campo no Ministério do Meio Ambiente, é a ponte de diálogo com o setor e busca levar os preceitos de sustentabilidade à agricultura brasileira, com incentivo às ações de recuperação de áreas degradadas e promoção da agroecologia.

O papel dos povos e comunidades tradicionais no uso sustentável dos recursos naturais e preservação das Unidades de Conservação também são prioridade. Por meio de programas como o Bolsa Verde, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outros órgãos do governo, garante benefícios para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de preservação ambiental.

No comando da SEDR desde abril, Paulo Guilherme Cabral, que antes de assumir o cargo era diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável da secretaria, comenta, nesta entrevista, a atuação e ações e destaca prioridades e desafios para 2013.

Como começou a sua ligação com o meio ambiente?

Paulo Cabral – Desde a época da faculdade, quando decidi fazer o curso de Agronomia, na década de 80. Já naquela época alguns temas que eram muito demandados, como a discussão do currículo do curso, que passava por uma formação mais holística do profissional, integrado com as questões técnicas, sociais e ambientais, com a abordagem de temas muito fortes como a reforma agrária e a agroecologia, que é um modelo de agricultura menos dependente de agrotóxicos e insumos químicos. Depois na minha formação profissional, essas questões continuaram presentes, com encontros profissionais que discutam esse modelo de agricultura sustentável. Na minha pós-graduação, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também trabalhei com desenvolvimento rural sustentável, e isso foi se fortalecendo com o passar dos anos. Depois fui atuar em órgãos do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, exatamente na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quando se deu minha participação em órgãos da esfera pública, para depois chegar ao Ministério do Meio Ambiente e atuar no Programa do Pantanal, em 2006.

Em seguida fui para a então criada Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde passei a ser diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável desde 2007, quando o próprio departamento começou a ser constituído, cargo que ocupei de 2007 até 2012, quando assumi a função de secretário.

O senhor falou que trabalhou como diretor na SEDR quando a Secretaria foi recém-criada. Como surgiu a SEDR?

A SEDR originou-se da Secretaria de Políticas Sustentáveis. Era um recorte muito amplo. Daí, com a criação da SEDR, começou a ter um recorte mais rural, até porque a Secretaria foi criada com agrupamento de várias iniciativas e projetos demonstrativos. Com o tempo conseguimos construir o Departamento de Desenvolvimento Rural

Sustentável com identidade, cara, vocação e foco. O enfoque passou a ser, então, a adequação de imóveis rurais, época também que surgiu o Programa Mais Ambiente. Dessa forma, o Departamento foi se consolidando nesse olhar com objetivos estratégicos de promover a adequação de imóveis rurais.

Após anos de experiência na área, como o senhor vê a gestão ambiental do território rural?

Esse é um tema que vem sendo debatido há muito tempo pelo meio acadêmico e organizações dos produtores rurais, tanto familiares quanto patronais. É um assunto bastante conflituoso, pois coloca, em algumas medidas, em risco o próprio equilíbrio ambiental.

O modelo de expansão da agricultura, em grande parte, está suportado na expansão dos horizontes da fronteira agrícola, o que costuma ser um processo de alta degradação e esgotamento dos recursos naturais. Tradicionalmente, a expansão do território brasileiro vem ocorrendo dessa maneira, com baixo uso tecnológico, muitas vezes com tecnologias que não conservam os recursos naturais, o que leva a fortes críticas sobre esse modelo de expansão.

Hoje, a preocupação é maior. Diante do esgotamento, também, da fronteira agrícola, já que existe uma compreensão hoje que esse modelo predatório não pode avançar para a Amazônia e está fortemente fixado no Cerrado, há um questionamento maior na opinião pública. É necessária a promoção do avanço tecnológico, mudanças no modelo produtivo para ampliar a produção de forma sustentável. Gerar emprego e riqueza de forma sustentável. Vemos que há essa compreensão tanto na agricultura familiar quanto no agronegócio. Sinal que o mundo busca sustentabilidade, conservação do meio ambiente e recursos naturais.

Qual o papel dos povos e comunidades tradicionais do desenvolvimento sustentável e conservação ambiental?

Os povos e comunidades tradicionais são conservadores dos recursos naturais. Eles têm uma relação de vida e produção diferente de outros setores produtivos. A diferença está que essas populações, na maioria dos casos, vivem nos próprios locais de produção. Então há um compartilhamento entre produção e convívio com a questão cultural, a vida deles está dependente e relacionada com os recursos naturais. Eles bebem da água que usam, respiram o ar que conservam ou poluem, usam e se alimentam dos mesmos recursos genéticos que produzem e comercializam.

Se poluírem a água com agrotóxicos, é aquela mesma água que irão beber. Essa relação é bem mais direta, por exemplo, eles utilizam sementes crioulas e conservam recursos genéticos. Para nós, esse resgate à valorização do modo como usam os recursos naturais é muito importante. Conhecer, conservar e divulgar o que os índios fazem no Xingu é importante, pois lá temos saber, conhecimento e práticas milenares que precisam ser resgatadas, valorizadas e difundidas. Assim também como os povos e comunidades da floresta, do cerrado, dos assentamentos. É necessário valorizar, conhecer e apoiá-los para que tenham políticas públicas adequadas para comercializar e dar sequência ao processo de uso e de conservação dos recursos.

Como se pode fomentar a recuperação de áreas degradadas no meio rural?

Primeiramente, por meio da criação de instrumentos de políticas públicas adequados para isso, com incentivo, fomento, linhas de crédito que apoiam a recuperação de áreas degradadas e que também garantem condições para que o produtor faça isso. No geral, produtores e entidades necessitam desse fomento.

Por outro lado é importante, também, estimular que haja acompanhamento, controle e fiscalização da degradação de terras. O poder público, por meio dos órgãos de meio ambiente, junto aos órgãos que apoiam a agricultura, precisa fazer essa adequação e controle.

Além disso, também é preciso auxiliar a organização dos produtores porque, em grande parte, já existem medidas e políticas que apoiam, por exemplo, a comercialização da produção oriunda da agricultura familiar, que conserva os recursos naturais. Porém, muitas dessas populações não estão organizadas e não conseguem acessar esses benefícios para comercializar a produção e participar de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos. Assim, é preciso apoiar, inclusive, para que elas se organizem para garantir o acesso a esse tipo de política pública.

Uma das grandes ações da SEDR é o Cadastro Ambiental Rural. Como está o processo de implantação?

Nós estamos implantando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de forma articulada com os órgãos estaduais. O CAR, definido pela atual Lei Florestal, que está em fase final de tramitação no Congresso Nacional, será feito junto aos órgãos ambientais nos estados. O papel do governo federal será o de integrar essa base de informações. Por um lado, estamos trabalhando com os órgãos estaduais para orientá-los e estimulá-los a implantar seus instrumentos, com MMA, Ibama e ICMBio desenvolvendo ferramentas tecnológicas para colocar a disposição dos órgãos estaduais, e vamos também, a partir da conclusão do processo legislativo, fazer uma campanha de mídia para orientar produtores sobre as atuais normas do cadastro ambiental. Assim, por um lado, estamos apoiando para promover a integração junto aos órgãos estaduais e produtores, tanto os familiares quanto os médios e grandes, para que eles saibam o que a legislação estabelece e como devem proceder, procurando os órgãos ambientais estaduais para fazer o seu cadastro rural.

Quais os benefícios para o agricultor que fizer o CAR?

A regularização ambiental aumenta a eficiência ecológica dos atributos ambientais do imóvel, especialmente as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL). A existência dessas áreas na propriedade, nós temos convicção disso, melhora a qualidade ambiental do imóvel rural, além de valorizá-lo financeiramente. Então, o produtor pode, conseqüentemente, reter mais água dentro da sua propriedade, na medida que ele tem RL e APP, pode ter maior conservação do solo, aumentando sua biodiversidade e garantindo um equilíbrio ecológico maior e fazendo com que tenha melhores condições, por exemplo, de fazer controle de pragas. No final, tudo isso faz com que o produtor tenha melhores condições de produzir, com mais rentabilidade e sustentabilidade.

Outro programa da Secretaria que é o Bolsa Verde. Como ele funciona?

O Bolsa Verde é uma retribuição aos produtores que conservam os recursos naturais. As famílias devem atender a dois requisitos para receber o benefício: o social e ambiental. No social, devem estar incluídas do Plano Brasil Sem Miséria, que são aquelas famílias que possuem renda de até R\$ 70 por mês. E o ambiental, que é atender ao requisito de condicionalidade ambiental, ou seja, tem que estar dentro de área de reserva extrativista, assentamento diferenciado, onde existe um plano de manejo dessa área ou algum acordo coletivo que faz com que seja estabelecida uma condição de não desmatamento e de conservação dos recursos naturais. Atendidos esses dois requisitos, o social e o ambiental, a família então pode ser atendida pelo Bolsa Verde, onde há um comprometimento com a manutenção das características ambientais da área, passando a receber R\$ 300 a cada três meses.

É uma forma de estimular e dar condições para quem utiliza os recursos naturais de forma sustentável, não precisando, por exemplo, provocar desmatamento ilegal. Essas famílias, pela própria situação social delas, fazer uma exigência para que preservem os recursos naturais é algo bastante forte, então, eles precisam ser apoiados, reconhecidos e valorizados, inclusive por estarem preservando os recursos naturais.

Como está o andamento da Política Nacional de Agroecologia, recentemente lançada pelo governo federal?

Está sendo muito bem recebida pela sociedade, ONGs e representações de produtores. O tema foi bastante discutido, desde o ano passado, com a formação de um grupo de trabalho interministerial que dialogou fortemente com a sociedade. Também promovemos, junto com outros ministérios envolvidos, a discussão da agroecologia em todas as regiões do país, por meio da realização de seminários regionais. Agora estamos na fase de implantação da política e elaboração do Plano Nacional de Agroecologia. Nesse plano serão estabelecidas medidas que os diversos órgãos irão implantar. Pelo que já discutimos e levantamos com a sociedade, conseguimos identificar diversas medidas que o Ministério do Meio Ambiente, especialmente a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, irá apoiar e implantar. A partir daí, iremos fazer adequações e criar instrumentos para apoiar os produtores que trabalham nessa linha agroecológica, que é uma linha de produção muito demandada hoje pela sociedade, a partir da perspectiva de substituição da produção baseada em insumos para tornar a produção mais sustentável e viável economicamente.

Quais as perspectivas e desafios da secretaria para 2013?

Nós temos dois grandes desafios já esse ano que vão continuar no ano que vem, que é a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa Bolsa Verde, que são dois grandes desafios que nós perseguimos. São metas estabelecidas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente que dialogam junto à Presidência da República. Ações que, para nós, hoje, já são tratadas como prioridade e que no ano que vem queremos avançar mais.

O CAR, a partir da finalização do processo legislativo da Lei Florestal e também da conclusão da aquisição dos instrumentos tecnológicos para o cadastramento e dos

acordos de cooperação com os estados, acredito que teremos um processo muito intenso na sua implantação.

O Bolsa Verde já está no processo de ampliação de beneficiários. Vamos fechar 2012 com cerca de 50 mil a 70 mil famílias beneficiadas e queremos aprofundar mais e ampliar a inclusão de famílias, especialmente aquelas que estão nas UCs de uso sustentável. Também queremos criar condições e ampliar para outros grupos sociais, como por exemplo, assentados da reforma agrária e ribeirinhos, de forma que esse público rural do Plano Brasil Sem Miséria, que tenha atributos ambientais, possa ser também atendido pelo Bolsa Verde.

---

### **Canadenses vão propor parceria em Belo Monte. André Borges – Valor Econômico. 24/09/2012**

A usina de Belo Monte, construída pela Norte Energia, e o projeto de extração de ouro da canadense Belo Sun são vizinhos na região de Volta Grande do Xingu

A canadense Belo Sun, que pretende implantar "o maior projeto de exploração de ouro do Brasil" na região de Volta Grande do Xingu, mesmo local onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte, decidiu fazer uma proposta de parceria à Norte Energia, consórcio responsável pela usina.

Em entrevista ao **Valor**, o vice-presidente de exploração da Belo Sun no Brasil, Hélio Diniz, disse que irá propor à Norte Energia a possibilidade de as duas empresas dividirem o investimento necessário para construir a linha de transmissão de energia que ligará as turbinas da hidrelétrica até a cidade de Altamira, no Pará. "Faremos essa proposta. Precisamos discutir as sinergias dos dois projetos, seus custos e impactos ambientais", comentou Diniz. "Nós precisamos de energia para a mineração. Então, por que fazer duas linhas? Podemos compartilhar essa instalação. Nossa preocupação nem diz respeito ao investimento, mas à possibilidade de reduzir o impacto ambiental."

Hélio Diniz, que fica baseado em Minas Gerais, disse que hoje estará em Brasília para uma reunião no Ministério de Minas e Energia (MME). O objetivo, segundo ele, é fazer esclarecimentos sobre o empreendimento que a companhia pretende instalar no município de Senador José Porfírio, a 14 km de distância da barragem de Belo Monte. Com o apoio do MME, disse Diniz, a Belo Sun quer "estabelecer um diálogo" com os donos de Belo Monte. "Já fizemos vários contatos com a Norte Energia, mas só com os técnicos locais. Espero que consigamos um contato mais direto e oficial. Precisamos discutir as sinergias dos dois projetos."

O plano canadense de mineração teria surpreendido a diretoria da Norte Energia que, segundo interlocutores do consócio, só foi saber do projeto de extração de ouro após reclamações de ribeirinhos que vivem na região de Volta Grande, sobre ameaças de terem de deixar suas casas por conta do empreendimento de mineração. O fato é que o projeto foi mal recebido pela Norte Energia, que enxerga apenas mais uma polêmica para enfrentar enquanto toca a construção da hidrelétrica.

Reportagem do **Valor** da semana passada revelou detalhes do plano canadense. A Belo Sun, que pertence ao grupo Forbes & Manhattan, banco de capital fechado que

desenvolve projetos internacionais de mineração, pretende investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro. A produção média prevista para a planta de beneficiamento, segundo o relatório de impacto ambiental da Belo Sun, é de 4.684 quilos de ouro por ano, o que significa um faturamento anual de aproximadamente R\$ 538,6 milhões.

O processo de licenciamento ambiental da mina é tocado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, mas a autorização de lavra ainda depende do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), autarquia federal vinculada ao MME. Na semana passada, conforme adiantou o **Valor**, o Ministério Público Federal (MPF) em Altamira encontrou inconsistências no projeto e informou que iria pedir esclarecimentos à empresa e ao governo.

A notícia de "investigação" do MPF fez com que os acionistas da Belo Sun, que tem capital aberto na Bolsa de Toronto, decidissem suspender um aporte de US\$ 50 milhões previsto para bancar a próxima etapa do empreendimento. Segundo Hélio Diniz, a companhia optou por essa decisão "por conta do nervosismo" que tomou conta do mercado. "Essa ideia de investigação foi mal interpretada pelo mercado. Todos entenderam que se tratava de alguma irregularidade, por isso a proposta foi retirada. Depois, explicamos que se trata apenas de pedido de informação do Ministério Público", comentou. Segundo o executivo, a operação financeira foi retomada e deverá ser concluída em 30 dias.

Entre os esclarecimentos que os canadenses terão de fornecer está o impacto que o projeto trará para comunidades indígenas da região. Primeiro, Hélio Diniz disse que o relatório de impacto ambiental não mencionava os índios porque estes não seriam atingidos pela mineração. Depois, ele deu nova versão. "Dei uma informação errada. O estudo completo de fato avalia o impacto aos índios, além da sinergia com a usina", disse.

Segundo Diniz, a Belo Sun apresentou um requerimento à Fundação Nacional do Índio (Funai) em fevereiro para ter acesso às aldeias e, a partir daí, fazer seus levantamentos. "O problema é que até hoje não recebemos resposta. Temos tentado falar com a Funai, mas não conseguimos."

---

### **Parque nacional já nasce sob pressão da indústria. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 24/09/2012**

*A caverna Furna Feia, principal atração do mais novo parque nacional brasileiro, criado pela presidente em junho*

De Mossoró, no Rio Grande do Norte, são 40 km pela BR 304 que liga Natal a Fortaleza e mais um tanto na Estrada do Melão, cruzando a vegetação retorcida da caatinga, entremeada pelo verde dos cultivos irrigados de frutas. Após atravessar porteiras de colonos recentemente assentados na região, o acesso de barro chega ao ponto final: um terreno plano forrado de rocha calcária e plantas espinhosas, com um enorme buraco à frente. É a entrada da caverna Furna Feia com seus 766 metros de extensão, principal atração do mais novo parque nacional brasileiro, criado pela



presidente Dilma em junho, dentro do pacote de medidas anunciado às vésperas da Rio+20.

Nenhuma área do gênero havia sido criada nos últimos três anos. Com 8,4 mil hectares e 213 cavernas em seu interior e na zona de amortecimento, o Parque Nacional Furna Feia - ainda sem nenhuma infraestrutura - está previsto para ser simbolicamente inaugurado nesta semana com a presença de políticos, ambientalistas e empresários, durante o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, organizado pela Fundação O Boticário, em Natal. O evento começa hoje e vai até quinta-feira.

A nova área protegida já nasce sob a pressão de atividades econômicas que se expandem na região, principalmente a mineração de calcário, insumo que abastece indústrias de diferentes setores, como a de cimento. "Foi necessário abrir mão de 700 hectares para evitar conflitos com requerimentos de lavra já protocolados no Departamento Nacional de Produção Mineral", informa Diego Medeiros Bento, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV), órgão federal que elaborou estudos para a criação da unidade de conservação.

"Há dez anos, apenas três cavernas eram conhecidas na região, e quando as demais começaram a ser descobertas, surgiu a proposta de protegê-las e usá-las como instrumento para gerar renda por meio do turismo", diz Bento. Ele enfatiza que a questão econômica emperrou o processo que já estava praticamente concluído no ano passado e que "o parque foi finalmente criado graças à Rio+20".

Quase metade da área engloba a reserva legal de um assentamento criado na antiga fazenda da empresa Maísa, grupo agroindustrial pioneiro na fruticultura irrigada na região, que faliu em 2003. "De uma hora para outra mais de mil famílias receberam lotes, sem assistência ou estrutura mínima de produção, com riscos de atividades predatórias", diz Bento.

Os colonos assentados apoiaram a iniciativa de proteger a área, convencidos sobre a possível valorização das terras, a chegada de infraestrutura e o melhor abastecimento de água, além das oportunidades de ganho. "Há muito por fazer para o parque sair do papel, começando pelo plano de manejo, que define seus usos", afirma José Iatagan Mendes, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), órgão responsável pelas unidades de conservação no país. O plano futuro é transformar o Parque Nacional Furna Feia no ponto de partida para um roteiro turístico de cavernas, incluindo o Lajedo da Soledade, no município vizinho de Apodi, ameaçado por fornos de cal abastecidos por rochas que escondem acervos arqueológicos.

---

### **Roça vira destino turístico em SC. Gisele Paulino – Valor Econômico. 24/09/2012**

Tomar leite ao pé da vaca, almoçar uma comidinha feita no fogão à lenha com ingredientes frescos, aproveitar a tranquilidade do campo e até dar uma volta de trator são os atrativos da Acolhida na Colônia, projeto de turismo rural de base comunitária em Santa Catarina que incentiva o pequeno agricultor a abrir as portas de suas propriedades para receber turistas. Em chalés ou quartos confortáveis, que conservam o clima de roça, o visitante entra em contato com a vida do agricultor e aproveita o que o entorno tem para oferecer.

A iniciativa, que até pouco tempo atrás parecia inviável, encontra-se hoje bem estruturada em cinco diferentes destinos de viagens dentro do Estado, que envolvem trilhas ecológicas, cachoeiras e gastronomia local. O projeto tem 180 famílias, cada uma com sua característica e atividades diferentes para oferecer, que vão de visitas à produção artesanal de vinhos orgânicos até passeios por florestas de araucárias. Sem deixar a atividade na terra, o turismo se transforma numa alternativa de renda aos produtores que enfrentam dificuldades em se manter no campo.

A ideia surgiu em meados dos anos 1980 quando Thaise Guzzatti, ainda estudante de agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, fez um estágio de vivência no qual passou um mês na casa de uma família de produtores de Santa Catarina. "Foi um choque de realidade. Além de não ser bem remunerada, a atividade no campo não é bem vista pela sociedade", diz Thaise. "O sonho dessas famílias é ver o filho matriculado na faculdade para arrumar um emprego na cidade. Pensei que as pessoas precisavam de fato conhecer a vida do agricultor."

Inspirada na experiência francesa *Accueil Paysan* (Acolhida na Colônia, em francês), com a qual Thaise teve contato durante uma viagem ao Sul da França, a iniciativa de trabalho com o turismo rural em regiões menos favorecidas foi adaptada à realidade brasileira e passou a ser implementada em 1998. Cerca de 30 países fazem parte da rede da *Accueil Paysan*.

Em Santa Catarina os desafios eram enormes. Famílias viviam isoladas em municípios com pouca infraestrutura e comunicação limitada. No entanto, a maior dificuldade seria convencer os agricultores de que eles teriam algo para compartilhar e que as pessoas poderiam se interessar pela sua realidade. "Eles achavam engraçado e se questionavam por que alguém iria querer visitar aquele fim de mundo", conta Thaise.

"Aqui, o normal era ir embora", recorda Leda Maria Assing, pequena produtora em Santa Rosa de Lima, cidade com pouco mais de 2 mil habitantes, a 120 km de Florianópolis. Casada e com dois filhos, a família de Leda plantou fumo durante muito tempo. Nos anos 1990, passou para a produção agroecológica de derivados da cana, como o melado. Ainda assim, a vida no campo estava difícil. A família já havia arrumado emprego em São Paulo, quando escutou falar na Acolhida. Na época, Santa Rosa passava por um forte movimento de agricultores que viram na produção orgânica uma oportunidade de agregar valor ao produto. A Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (Agrego), da qual o sítio de Leda fazia parte passou a receber estudantes, grupos técnicos e interessados em agroecologia. A cidade não tinha estrutura para receber essas pessoas. As ideias da Acolhida na Colônia se encaixaram perfeitamente com a situação.

Antes de tentar a vida na capital paulista, Leda abriu um café colonial com capacidade para receber 40 pessoas. O empreendimento teve grande sucesso e aumentou ainda mais a demanda para hospedagem. Veio a ideia de construir a pousada. Com madeira encontrada na propriedade e um financiamento do Pronaf de R\$ 40 mil, a antiga estufa de fumo foi transformada em cinco suítes e alguns quartos com banheiro compartilhado. "Meu maior medo era não saber o que falar quando o turista chegasse. Passamos a vida toda trabalhando na roça, nunca tínhamos trabalhado com pessoas", lembra ela.

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), entidade que liderava o processo de estudo e desenvolvimento do agroturismo, conseguiu com o Ministério do Desenvolvimento Agrário um valor de R\$ 98 mil para implementar o projeto. Ao longo de 13 anos, mais de R\$ 1 milhão foi captado por projetos individuais da Acolhida para cursos, contratação de arquitetos, engenheiros agrônomos, pedagogos etc. Parcerias com instituições como Senac e Univale permitiram que os agricultores frequentassem cursos de técnicas de atendimento, saneamento básico para quem vai trabalhar com alimentos e etc.

"Certamente, se não fosse pelo turismo já teríamos deixado a terra", explica Dilmo Israel, agricultor em Urubici que faz parte da Acolhida na Colônia. Junto com cinco irmãos, Israel cuida dos 45 hectares de terra que pertencem à família desde 1925. "Para nós, o mais difícil foi aprender a cobrar. Nossos pais sempre gostaram de receber. Fizemos isso a vida toda." No período de um ano, os irmãos receberam cerca de 600 turistas e lucraram R\$ 60 mil. "Para chegar neste valor apenas com a agricultura é preciso trabalhar muito", afirma.

---

### **Encontro nacional de Plantio Direto na Palha – Site da CNA. 25/09/2012**

Aproximadamente 90% dos produtores de Mato Grosso do Sul utilizam o plantio direto na palha, mas boa parte deles precisa atualizar seus conhecimentos e qualificar o método. O aprimoramento da técnica é um dos objetivos da realização de eventos como o Encontro Nacional do Plantio Direto na Palha, evento que, em sua 14ª edição, será realizado no Estado.

Representantes de entidades ligadas ao setor rural estiveram reunidos ontem, na Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, para tratar da organização do encontro, que acontecerá no segundo semestre de 2014, em município ainda a ser definido. O presidente da FAMASUL, Eduardo Riedel, reforçou o valor da aplicação da técnica por ser fator de adequação da agricultura ao conceito de sustentabilidade. “Precisamos fortalecer o plantio direto como uma referência, pois ele é um dos maiores ativos ambientais da agricultura brasileira”, afirmou o dirigente.

Segundo o presidente da Federação Brasileira do Plantio Direto na Palha (Febrapdp), Alfonso Adriano Sleutjes, o plantio direto atinge hoje cerca de 30 milhões de hectares no País. “É uma prática crescente que se ajusta à necessidade de métodos sustentáveis. E traz resultados econômicos, porque sua aplicação continuada reduz o custo de produção”, menciona. Sleutjes enumera a proteção do solo contra a erosão e o aumento do teor de matéria orgânica do solo e consequente fixação do carbono entre os pontos favoráveis à prática.

A manutenção da camada orgânica também evita a evaporação da umidade e faz com que as culturas sofram menos com seca, além de favorecer o aumento da diversidade biológica do solo. “O plantio direto reduz em 30% a necessidade de irrigação da lavoura e sua barreira física serve de isolante contra alguns tipos de doenças”, complementou.

“O plantio direto pode contribuir para agregar à agricultura brasileira o conceito de plantio sustentável e se tornar um diferencial da agricultura brasileira”, enfatizou o presidente da Fundação MS, Luis Alberto Moraes Novaes. A instituição de pesquisa tem

sua origem atrelada ao plantio direto, pois foi criada com o objetivo de desenvolver tecnologias para adaptação da técnica ao Cerrado.

Para organizar o 14º Encontro Nacional do Plantio Direto na Palha foi formada uma comissão integrada por representantes da Famasul, Associação dos Produtores de Soja de MS (Aprosoja/MS), Embrapa, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Febrapdp, Fundação MS e universidades. A última edição do evento aconteceu em julho de 2012, em Passo Fundo (RS), e reuniu cerca de 500 participantes.

### **Plantio Direto e a Agricultura de Baixo Carbono**

O Plantio Direto é uma das técnicas da Agricultura de Baixo Carbono. A técnica está descrita no **Guia de Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono**, que ajuda produtores rurais a conseguir financiamento para implantação dessas técnicas em suas propriedades rurais.

A implantação de projetos de agricultura de baixo carbono nas propriedades rurais ajudará o País a cumprir os compromissos assumidos na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), de redução significativas das emissões de gases de efeito estufa geradas pela agropecuária.

---

### **Senado se reúne hoje para votar MP do Código Florestal – Site do CNA. 25/09/2012**

O Senado se reúne, nesta terça-feira (25/9), para votar o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2012, originário da Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal. A matéria é o primeiro item da pauta da sessão deliberativa extraordinária convocada pelo presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP), dentro da programação do último esforço concentrado antes das eleições municipais, que acontecem no dia 7 de outubro. A reunião para discutir e analisar a proposta está marcada para 14 horas. A MP precisa ser votada até o dia 8 de outubro para não perder a validade.

A votação no Senado acontece uma semana após a aprovação da MP pelos deputados. Com a proximidade do fim do prazo de vigência da MP, os senadores foram convocados para mais um esforço concentrado com o objetivo de tentar aprovar o texto da Comissão Especial Mista, criada para discutir os complementos ao novo Código Florestal. A versão a ser analisada traz alterações em relação à MP original, encaminhada em maio ao Legislativo. Uma das mudanças diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APPs) próximas aos cursos d'água nas médias propriedades, com extensão acima de quatro módulos até 15 módulos fiscais.

Nestes imóveis, as APPs ripárias deverão ter 15 metros na beira dos rios com até 10 metros de largura. Acima de 10 metros, as faixas deverão variar de 20 a 10 metros. Estas mesmas metragens foram estabelecidas para as propriedades com mais de 15 módulos fiscais, e serão definidas de acordo com o Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos Estados. Pela proposta encaminhada ao Congresso Nacional, a faixa de recomposição nas propriedades com até 10 módulos fiscais era de 20 metros. Acima de 10 módulos, as APPs eram de 30 a 100 metros, dependendo da largura do rio.

Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, ficaram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição. A exigência de recomposição também valerá para rios intermitentes. A isenção de recompor a Área de Preservação Permanente será válida apenas para os rios efêmeros. Outra mudança foi a retirada do percentual da propriedade onde seria adotada a prática do pousio, interrupção temporária da atividade agropecuária, em determinada área do imóvel rural, para recuperação do solo, que era equivalente a 25% da área do imóvel. O prazo de cinco anos para implantação desta técnica foi mantido.

Também foi acrescentado ao texto da MP o conceito de crédito de carbono, que até então não existia no texto-base do relator, definido como um “título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável”. Ainda no texto aprovado, no final de agosto, pela Comissão Especial, foi retirado o conceito de área abandonada e permaneceu a definição de área úmida. O texto da Comissão Especial prevê, ainda, pontos como o tratamento preferencial aos agricultores familiares para pagamento por serviços ambientais, a recomposição de vegetação nativa com árvores frutíferas e o plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo na recomposição de até 50% da área da propriedade a ser recomposta com espécies nativas ou exóticas.

---

### **Senado aprova projeto de lei de conversão que complementa novo Código Florestal – Site do CNA. 25/09/2012**

O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (25/9), por votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2012, originário da Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal, rejeitando destaque apresentado pelo PSOL, contra os votos dos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR). A senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), registrou que, após 15 anos de luta pela atualização do Código Florestal, acirrada nos últimos três anos e meio e, após a sanção presidencial, “teremos novamente segurança jurídica neste País”.

Para ela, a aprovação da nova legislação demonstra um consenso social em torno da matéria, evidenciado pelas maiores expressivas obtidas pela matéria no Senado e na Câmara Federal. “Toda a lei que precisa de um exército para fazê-la cumprir é uma lei equivocada”, afirmou a senadora. Agora, a partir deste consenso social, “tenho a convicção de que os produtores cumprirão a nova legislação”. Na sua avaliação, foi uma legislação debatida no Congresso, num processo democrático, muito diferente dos decretos do passado.

“Vamos cumprir a legislação e continuar mostrando ao Brasil que é possível fazer uma das maiores, melhores e mais baratas agriculturas do planeta em menos de 30% do território do País, preservando 61% da cobertura vegetal”, afirmou a presidente da CNA. Segundo ela, o Brasil continuará sendo um exemplo para o mundo em agricultura sustentável. “Desafio qual é o país produtor de alimentos que tenha mais de 30% da sua mata preservada”, afirmou.

Para ela, a conquista de um marco regulatório para a matéria foi um grande avanço: “nada é mais precioso que uma norma clara, uma norma transparente, para que o produtor saiba o que fazer”. Disse que sua expectativa é de que a presidente da

República sancione a matéria e a questão ambiental seja tratada, daqui para a frente, de forma madura e equilibrada, demonstrando que é possível produzir e preservar ao mesmo tempo.

O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), relator da Medida Provisória (MP) 571, que complementa o Código Florestal, na Comissão Especial Mista, afirmou que o Brasil tem, com o novo código, a legislação ambiental mais avançada e rígida do mundo. “O novo Código Florestal mantém um rígido sistema de proteção ao meio ambiente, considerando questões sociais, privilegiando pequenos agricultores, pecuaristas e agricultores familiares”, afirmou durante sessão do Senado, na qual foi analisada e votada a MP.

Acrescentou que o texto inova em sua metodologia, ao estabelecer normas definitivas e transitórias. Essas regras permitirão a regularização da situação dos produtores que desmataram, sem qualquer tipo de anistia. Segundo ele, os produtores precisarão fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e apresentar uma proposta dentro do Programa de Regularização Ambiental (PRA), recuperando danos provocados às vegetações.

O senador Jorge Viana (PT-AC) lembrou que um dos itens da MP estabelece que o Governo crie incentivos para quem quiser produzir com respeito ao meio ambiente. “Quem aderir vai ter as penas suspensas e o dano ambiental vai ser reparado”, afirmou. Ele lembrou que o PRA vai permitir a recuperação de uma área de 15 milhões de hectares. “O novo Código mantém o rigor da lei e permite que os produtores saiam da ilegalidade”, afirmou.

Com a aprovação da matéria, encerra-se a tramitação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2012, oriundo da MP 571, no Legislativo, que agora segue para sanção presidencial, devendo ser sancionado em até 15 dias úteis. O texto que passou pela análise dos senadores é o mesmo aprovado no final de agosto na Comissão Especial Mista, com mudanças na versão encaminhada em maio ao Congresso Nacional.

### **Recomposição de APPs**

Um dos pontos alterados trata da recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) próximas aos cursos d’água nas médias propriedades. Nos rios com até 10 metros de largura nestes imóveis, a mata ciliar a ser recuperada deve ser de 15 metros, contados a partir da calha do leito regular.

Para os cursos d’água com largura superior a 10 metros, as faixas deverão variar de 20 a 100 metros. Estas mesmas faixas foram definidas para os imóveis com mais de 15 módulos fiscais, de acordo com o PRA. Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, ficaram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição.

A recuperação da APP ripária também será exigida para os rios intermitentes, que duram a maior parte do ano. Neste caso, os cursos d’água com largura de dois metros deverão ter uma faixa de APP de cinco metros. A isenção de recompor a Área de Preservação Permanente será válida apenas para os rios efêmeros.

Outro dispositivo do PLV retirou o limite de área para a prática do pousio, interrupção temporária da atividade agropecuária, em determinada área do imóvel rural, para

recuperação do solo. Antes, esta técnica estava restrita a uma área de 25% do imóvel. O prazo para o uso desta prática será de cinco anos. Também foi introduzido o conceito de crédito de carbono, como um “título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável”.

O projeto prevê, ainda, tratamento preferencial aos agricultores familiares para pagamento por serviços ambientais, a recomposição de vegetação nativa com árvores frutíferas, e o plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo na recomposição de até 50% da área da propriedade com espécies nativas ou exóticas.

---

### **Grupo gestor do Plano ABC é instituído no ES – Site do MAPA. 26/09/2012**

*Plano ABC é tema de seminário de sensibilização e difusão de práticas sustentáveis*

A Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Espírito Santo (SFA-ES) realizou, na semana passada, em Vitória, o Seminário de Sensibilização do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que tem como objetivo promover a redução das emissões de gás carbono na atmosfera. Na ocasião, também foi assinada a portaria que instituiu o Grupo Gestor do Plano ABC no Espírito Santo.

O encontro apresentou os benefícios do programa e procurou sensibilizar e mobilizar técnicos e ligados ao setor produtivo agropecuário, bem como todas as instituições que tenham interface com este segmento, a aderirem ao Programa ABC - coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e inserido dentro do plano federal.

Para auxiliar implementação dos projetos financiados pelo ABC nas propriedades rurais, o Mapa trabalha na criação dos Grupos Gestores Estaduais (19 até o momento), que orienta na divulgação e implementação da proposta nas unidades da Federação.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do ministério, Erikson Chandoha, o principal desafio para que o produtor tenha acesso ao crédito oferecido pelo programa é a elaboração dos projetos, principalmente devido à falta de assistência técnica. "É preciso instruir os interessados sobre a dimensão da proposta, como os benefícios aos produtores e à sociedade, e auxiliá-los na aquisição de recursos para implementar práticas agrícolas sustentáveis no campo", explicou.

De acordo com o superintendente Federal de Agricultura, José Arnaldo Alencar, o plano beneficia toda a sociedade. “Procuramos trabalhar com todos os agentes da agricultura e da pecuária e o lançamento deste plano é uma grande conquista que beneficiará a toda a população, principalmente pelos benefícios ambientais da utilização de práticas ambientais”, declarou.

Acesse o portal [www.agricultura.gov.br/abc](http://www.agricultura.gov.br/abc) e saiba mais sobre o programa.

---

## Novas hidrelétricas vão alagar área equivalente a dez capitais. Daniel Rittner e André Borges – Valor Econômico. 26/09/2012

Uma área de 6.456 quilômetros quadrados deverá ficar debaixo d'água para permitir a geração de energia por 34 novas usinas hidrelétricas em construção ou planejadas para os próximos dez anos. O alagamento necessário para desengavetar todos esses projetos equivale ao território somado de dez capitais brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife e Maceió.

Os dados fazem parte do Plano Decenal de Energia, divulgado anteontem à noite pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para o período 2012-2021. Das 34 usinas listadas pelo órgão, 19 ainda não foram sequer licitadas. A maioria está na Amazônia. Outras 15 já tiveram sua construção iniciada, como a de Belo Monte, em andamento no rio Xingu (PA).

### Expansão hidrelétrica

As 19 novas usinas previstas até 2021

■ Região Norte

Usina	Rio	Entrada em operação	Potência (MW)
Sinop	Teles Pires	Jan/2017	400
Cachoeira Caldeirão	Araguari	Jan/2017	219
São Manoel	Teles Pires	Fev/2017	700
São Luiz do Tapajós	Tapajós	Dez/2018	
Jatobá	Tapajós	Abr/2019	2.31
Bem Querer	Branco	Jul/2020	709

O alagamento previsto com a instalação das novas hidrelétricas corresponde a 0,078% de todo o território nacional, segundo a EPE, que menciona outros impactos. Pelo lado negativo, 62 mil pessoas serão diretamente afetadas e haverá uma perda de 3.450 km<sup>2</sup> - mais de duas vezes a área do município de São Paulo - de vegetação nativa. Pelo lado positivo, 139 mil empregos diretos serão gerados no pico das obras e haverá compensação financeira estimada em mais de R\$ 4 bilhões, dividida entre Estados e municípios.

O ponto em comum entre quase todas as usinas novas são os reservatórios a fio d'água, com dimensões menores, a fim de reduzir a área de inundação. Essa alternativa de engenharia, que serviu de argumento para minimizar os impactos socioambientais e viabilizar as primeiras hidrelétricas de grande porte na Amazônia, agora é alvo de questionamentos por autoridades do setor.

A potência instalada das hidrelétricas aumentará 40% - dos atuais 84 mil para 117 mil megawatts (MW) - entre 2012 e 2021, mas a capacidade de armazenamento dos reservatórios subirá apenas 5% neste período. O governo tem dito que a melhor opção, do ponto de vista de aproveitamento hídrico, seria retomar a construção de usinas com reservatórios maiores.

Sem entrar em polêmica, na minuta do plano decenal submetido à audiência pública, a EPE cita que as usinas a fio d'água têm "grandes alterações de nível dos reservatórios ao



longo de curtos ciclos hidrológicos" e requerem "maior despacho térmico para atender às exigências sazonais da carga".

Para o diretor da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, a maior falha do planejamento no setor elétrico é insistir em não atacar as altas perdas técnicas - estimadas em cerca de 20% - das linhas de transmissão, antes de expandir o parque gerador. Ele se diz preocupado com o fato de que o impacto indireto das últimas hidrelétricas de grande porte, como o desmatamento e a ocupação urbana desordenada, tem sido de oito a dez vezes o tamanho dos reservatórios. "Cada caso é um caso, obviamente depende do nível de antropização (ocupação humana) que já existe e da infraestrutura disponível, mas precisamos entender que o impacto vai muito além da área alagada", afirma.

Smeraldi diz que, caso o governo atacasse o problema das perdas técnicas no sistema de transmissão, ganharia tempo suficiente para preparar a chegada de novas hidrelétricas, com um trabalho de regularização fundiária e planejamento para evitar o caos social.

Alessandra Cardoso, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), chama a atenção para novos empreendimentos que, até o ano passado, não estavam na lista de prioridades do governo. É o caso de duas megasusinas previstas para o rio Juruena, no Mato Grosso. Juntas, as hidrelétricas de São Simão e Salto Augusto têm potência de 4.970 MW. "Pequenas usinas foram retiradas do planejamento, mas outros projetos bem maiores foram desenhados para a Amazônia", disse.

---

### **MP do Código Florestal aprovada no Senado deve sofrer vetos de Dilma. Rosa Costa – O Estado de São Paulo. 26/09/2012**

O Senado aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória do Código Florestal, retomando pontos que tinham sido vetados pela presidente Dilma Rousseff. A expectativa do relator, senador Jorge Vianna (PT-AC), é de que essas regras, ressuscitados pela comissão mista que examinou a matéria, sejam novamente vetadas.

O senador disse estar "seguro" em afirmar que a presidente pode, sim, aperfeiçoar o texto com algumas modificações que favoreçam mais ao meio ambiente. "Ela pode sancionar a lei e, ao mesmo tempo, fazer alguns reparos, alguns pequenos, mas significativos ajustes", prevê.

Em votação simbólica, a proposta foi rejeitada ontem apenas pelos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Roberto Requião (PMDB-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Davim (PV-RN).

A principal discordância no texto - de acordo com o líder do governo, Eduardo Braga - é a redução da largura da faixa mínima de mata exigida nas margens dos rios, para médios produtores, de 20 para 15 metros.

Para os grandes produtores, a exigência mínima de recomposição de mata ciliar caiu de 30 para 20 metros. O líder também reforça a expectativa de que a presidente deve recorrer novamente aos vetos, ao afirmar que não há acordo com os senadores para

manter na íntegra o texto do projeto que eles aprovaram. "Não há acordo aqui para que a presidente não veto."

Braga alega que a supressão de 5 metros de preservação pode comprometer o equilíbrio ambiental com prejuízo para o setor agrícola, além de causar um impacto "não recomendável" no meio ambiente..

Mesmo se quisessem, os senadores não teriam como derrubar os itens recuperados pela comissão mista. Eles estão engessado pela falta de tempo, uma vez que a MP perderá a validade no próximo dia 8, se não for aprovada. Outro ponto recuperado no projeto da MP e rejeitado pelo governo é a recomposição de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) menores para imóveis maiores onde houver atividade consolidada anterior a 22 de julho de 2008, em relação ao previsto na MP original. O replantio também poderá ser feito com árvores frutíferas, tanto nas APPs, quanto na reserva legal.

"O novo Código não é o dos meus sonhos, mas é realista", disse o senador Jorge Viana. Como exemplo citou os dispositivos voltados para solucionar os problemas provocados por 40% da agropecuária brasileira, "trabalhadas em áreas que estão em desacordo com a lei vigente".

Se o veto for confirmado, Dilma poderá recorrer a três mecanismos para suprir as brechas deixadas pela supressão do texto: o uso novamente de uma MP, o que teria de aguardar o início da próxima legislatura, em fevereiro; o envio de um projeto de lei ao Congresso, o que estenderia o buraco negro por mais tempo, até ser aprovado nas duas Casas; e um decreto, retomando os pontos vetados na forma desejada pelo governo.

---

### **Senado aprova MP do Código Florestal. Daniela Martins e Tarso Veloso – Valor Econômico. 26/09/2012**

Viana: senador defendeu direito de veto da presidente "aonde ela quiser"

Após aprovarem sem sustos a medida provisória (MP) do novo Código Florestal, senadores divergiram sobre o alcance dos possíveis vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto. Alguns parlamentares disseram que o veto deve acontecer em artigos fundamentais da proposta, enquanto outros avaliaram que a chefe do Executivo deverá fazer apenas alterações "discretas".

O vice-presidente da comissão especial que analisou a MP do Código em agosto, senador Jorge Viana (PT-AC), defendeu o direito de veto da presidente "aonde ela quiser melhorar a MP". Ele, que foi um dos responsáveis pelo acordo para alterar as regras de recomposição nas margens dos rios - a chamada "escadinha" -, sinalizou, desta forma, que Dilma poderá mexer nesse ponto, que foi o grande foco da discórdia entre Planalto e ruralistas.

Já o relator da MP no colegiado, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que os vetos devem ser em artigos menos polêmicos e que "a presidente vai mostrar sensibilidade ao vetar o texto". Para ele, os acordos firmados no Congresso não provocaram alterações que justifiquem mudanças nos pontos centrais da proposta.

Entre os pontos da MP que podem ser vetados por Dilma, segundo a avaliação dos senadores, está o "novo degrau" incluído na "escadinha", que propõe a recomposição de 15 metros na beira de rios dez até dez metros para propriedades de dez a 15 módulos fiscais. Outro item que pode ser excluído do texto é o que autoriza a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) com árvores frutíferas.

Na votação de ontem foi mantido o consenso alcançado na Câmara em não propor alterações ao texto aprovado pela comissão especial para evitar que a proposta, que tem vigência até o dia 8 de outubro, perca a eficácia.

A proposta aprovada prevê uma faixa de 15 metros para recomposição das APPs, em margens de rios de até dez metros, em propriedades de 4 a 15 módulos fiscais - cinco metros a menos que os 20 metros de reflorestamento previstos no projeto do Executivo. Em propriedades acima de 15 módulos fiscais, independentemente da largura do curso de água, a recomposição ficará entre 20 e 100 metros. Neste caso, a definição da área de reflorestamento será decidida pelo Programa de Regulamentação Ambiental (PRA).

O governo, por outro lado, conseguiu reincorporar ao texto aprovado na comissão especial a preservação de cursos d'água intermitentes, que secam em determinadas épocas do ano. A redação determina que, para rios de até dois metros de largura, deverão ser reflorestados cinco metros.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), avaliou que se o governo vetar parte da "escadinha", não haverá insegurança jurídica. Segundo ele, fica valendo a regra de recomposição de 30 a 500 metros, previstos na legislação atual.

---

### **Novo Código Florestal na estrutura agrária brasileira. Gerson Teixeira – Valor Econômico. 26/09/2012**

De um modo geral, os setores de esquerda "passaram batido" com a armadilha fundiária e territorial contida no novo Código Florestal aprovado pelo Congresso, fruto das articulações de alguns setores ambientalistas e do capital financeiro, com a reverência da bancada ruralista.

Trata-se dos desdobramentos sobre a estrutura agrária, da institucionalização do comércio de florestas para fins de compensação dos passivos de reserva legal até 2008, e da utilização de áreas protegidas - área de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL) - no mercado de carbono, conforme os arts. 4º e 9º, da Lei de Mudanças Climáticas combinados com o art. 41, §4º, do novo Código. Em ambos os casos visam-se os mercados interno e internacional.

A partir da Lei, bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado estão habilitadas a operar no mercado mobiliário títulos de carbono e cotas de reservas ambientais (CRAs) que colocam principalmente a floresta amazônica brasileira com suas terras e biodiversidade, no circuito da globalização financeira.

*A legislação colocará as florestas e a biodiversidade do país no circuito da globalização financeira*

Essa opção de política ambiental via o concurso de instrumentos de mercado tem sido denunciada por entidades da sociedade civil por institucionalizar a possibilidade da mercantilização e financeirização do patrimônio natural do país. Bens comuns do povo brasileiro poderão ser oferecidos como alternativa rentista para o capital especulativo internacional.

Além disso, a efetividade desses instrumentos repercutirá no agravamento das gigantescas anomalias da estrutura fundiária do país. E essa derivação do novo Código foi ignorada nos debates sobre a matéria até a presente data.

A demonstração dessa hipótese requer, antes, breve esclarecimento sobre esses novos "negócios verdes" que caíram como luva nas ideias da "economia verde", defendida pelos países ricos na Rio+20.

Será possível, neste florescente comércio, eufemisticamente caracterizado como de prestação de serviços ecossistêmicos ou ambientais, ganhos financeiros cumulativos com operações com os dois títulos de crédito sobre uma mesma base física de negócio, isto é., sobre um mesmo imóvel rural. E parte correspondente dos títulos de carbono poderá estar sob o controle de uma empresa em Londres, e parte equivalente das cotas de reservas ambientais sob o controle de outra empresa na Ásia.

Estão elegíveis para o mercado de carbono as atividades de manutenção das APP, de Reserva Legal e de uso restrito, as quais, nos termos da nova legislação, configuram "adicionalidade" para fins do mercado de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa.



As cotas de reservas ambientais serão lastreadas por área em regime de servidão ambiental; áreas excedentes às reservas legais; áreas de reserva particular do patrimônio natural; e áreas particulares localizadas no interior de unidade de conservação. Ademais, para compensar a agricultura familiar pelo recuo na dispensa reserva legal, prevista no primeiro relatório do Código, a Lei autoriza a utilização dessas reservas no mercado de cotas ambientais. Significa que perto de 4,9 milhões de hectares de matas nativas da agricultura familiar poderão justificar a manutenção de área devastada de igual até 2008, pelas grandes propriedades.

Sem dúvidas, haveria formas mais aceitáveis para o legítimo estímulo de práticas sustentáveis pela agricultura familiar.

O fato é que essas novas possibilidades de negócios tendem a blindar o latifúndio improdutivo da desapropriação para fins sociais pela subversão, subjacente, do princípio constitucional da função social da propriedade exigido dos imóveis rurais, no caso.

Com efeito, latifúndios improdutivos serão transformados em fábricas de carbono e em repositórios de reserva legal, o que lhes assegurará função produtiva e virtuosismo ambiental. Suponha-se um latifúndio improdutivo na Amazônia de 50 mil hectares, com toda a floresta originária preservada. O seu titular, proprietário ou posseiro, poderá fazer excelentes negócios no mercado de carbono em cima de 40 mil hectares, e os outros 10 mil hectares serão transformados em 10 mil cotas de reserva ambiental para compensar os passivos de reservas de outros imóveis.

Pergunta-se: esse latifúndio poderá ser desapropriado? Obviamente não, pois, a área como um todo, ainda que sem gerar um emprego ou sem produzir

1 grama de alimento ou de qualquer outro bem tangível estará prestando "relevantes serviços ambientais"; portanto, cumprindo a função social. O seu titular, talvez um grileiro, terá um upgrade moral: guardião ambiental! Observe-se que o art. 50 da Lei dispõe sobre as hipóteses de cancelamento das cotas de reserva ambiental, entre as quais, não figura a desapropriação.

Enfim, nem mesmo as mais atentas lideranças da bancada ruralista contavam com 'presentinho' de tal ordem, batalhado pelos chamados ambientalistas de mercado. Considere-se, ainda, o efeito na desorganização do mercado de terras. Os títulos em consideração, com direito reconhecido, terão na floresta lastro material. Como ficarão esses direitos caso os titulares desses imóveis resolvam vendê-los? Ou não poderão fazê-lo?

Como vimos, por incluir a categoria "posseiros", os instrumentos em apreço poderão servir para o "esquentamento da grilagem de terras" na Amazônia. Assim, é provável que num futuro próximo o IBGE finalmente informe sobre a posse e o uso dos milhões de hectares no Brasil, atualmente não registrados pelo nosso órgão de pesquisas geográficas.

Em suma, esse tema, de dimensão estratégica para o Brasil, tem sido ignorado nos debates do novo Código Florestal. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) articula aliados para um grande esforço político contra a efetividade de mais um golpe contra a reforma agrária no Brasil e contra a transformação do patrimônio natural do país em alternativa especulativa para o capital financeiro.

*Gerson Teixeira, engenheiro agrônomo, é presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária.*

---

## **Ruralistas vencem, e Senado aprova novo Código Florestal – O Globo. 26/09/2012**

*Texto reduz área de recuperação perto de rios; Dilma analisa veto*

Sem tempo hábil para alterar o texto, o plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a Medida Provisória do Código Florestal com as mudanças, inseridas durante

a tramitação, que favorecem os ruralistas. A MP perderia a validade em 8 de outubro, o que causaria insegurança jurídica no campo. A votação no Congresso foi concluída, mas a presidente Dilma Rousseff será pressionada, por ambientalistas e produtores rurais, tanto para vetar partes do texto quanto para mantê-lo na íntegra.

Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) comemorou a aprovação da MP, ao lado do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) e do senador Luiz Henrique (PMDB-SC):

- Foram 15 anos de luta pela atualização do Código Florestal, e nos últimos três anos e meio tivemos um debate mais aquecido. Teremos novamente segurança jurídica no setor - disse ela.

- Esse foi o Código possível de ser aprovado - resumiu o senador Jorge Viana (PT-AC).

Dilma já mostrou descontentamento, em bilhete enviado às ministras Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais), flagrado pela imprensa, com a diminuição das faixas de recuperação da vegetação em áreas de proteção ambiental na beira de rios para médias e grandes propriedades onde houve desmatamento ilegal até julho de 2008. Esse texto foi acordado com os ruralistas quando a MP tramitava na Comissão Especial.

Para preencher lacunas deixadas por prováveis vetos presidenciais, técnicos do governo estudam alternativas para aproximar o texto do Congresso do original enviado pelo Palácio do Planalto, mas sem que o tema volte para o Legislativo, onde os ruralistas são maioria.

O governo avalia se é possível resolver o problema da redução da exigência de recomposição das margens dos rios sem ter que vetar esse artigo. A saída analisada é usar a regulamentação da legislação - lei aprovada em maio pelo Congresso estabelece que a União fixará as normas gerais dos Programas de Regularização Ambiental dos estados.

- A União pode dizer que, nas bacias hidrográficas comprometidas, a recuperação vai ter que ser de 30 ou 50 metros, por exemplo (em vez de no mínimo 15 ou 20 metros, dependendo do tamanho da propriedade ou da largura do rio) - disse Viana, principal negociador do governo no Senado.

Outra possibilidade é que Dilma vete só o parágrafo que reduziu de 20 para 15 metros a obrigação de recompor a vegetação nas médias propriedades. Assim, permaneceria a exigência de recuperação entre cinco e 15 metros para pequenas propriedades. E as demais, médias e grandes, ficariam automaticamente obrigadas a recompor no mínimo 20 metros, como prevê outra parte do texto. Assim, não haveria lacuna a ser preenchida por outro instrumento legal.

O que Dilma deve vetar certamente é a possibilidade de recuperação de áreas de preservação com árvores frutíferas, com exploração comercial:

- O cara não pode ter um laranjal ou uma plantação de banana em uma APP (Área de Preservação Permanente) - disse Viana.

## **Senado aprova MP sobre Código Florestal – Folha de São Paulo. 26/09/2012**

*Senadores endossam texto enviado pela Câmara para a medida provisória, que faz concessões à bancada ruralista. MP segue para sanção da presidente Dilma, que deve vetar pontos favoráveis a grandes proprietários de terra.*

O Senado aprovou ontem a MP (medida provisória) que complementa o Código Florestal sem mudanças em relação ao texto votado pela Câmara na semana passada.

A MP segue para sanção da presidente Dilma Rousseff, que deve vetar as alterações feitas pela bancada ruralista.

Parlamentares ligados ao agronegócio flexibilizaram regras que fortaleciam a proteção ao meio ambiente.

A mudança mais importante foi no sistema proporcional de recuperação de matas destruídas em beiras de rio. A proposta original previa que, em propriedades médias, a recuperação das matas ciliares seria de 20 metros na beira de rios com até dez metros de largura.

Os ruralistas conseguiram que essa metragem de recomposição passasse a ser aceita também em grandes propriedades. Ou seja, ao final o reflorestamento será menor.

Para integrantes do governo, essa mudança pune principalmente médios proprietários, os quais terão que praticamente cumprir as mesmas regras dos grandes.

Outra alteração aprovada no Congresso após intervenção dos ruralistas é a que abre a possibilidade de o replantio na beira dos rios ser feito com árvores frutíferas, impossibilitando a restauração da flora original.

### **CAMINHO CONTURBADO**

A MP foi enviada ao Legislativo por Dilma para complementar os vetos que ela fez ao projeto do Código Florestal. Os vetos da presidente à MP criarão novas lacunas na legislação ambiental, mas desta vez o governo planeja supri-las com normas que não precisem passar pelo crivo de deputados federais e senadores -como decretos, portarias e instruções normativas.

Se esse cenário se confirmar, a votação de ontem terá sido a última da tramitação do novo código, que desde 2010 teve uma difícil passagem por Câmara e Senado.

Sob o risco de perder a validade, o que ocorreria no próximo dia 8, a MP teve apoio majoritário no Senado.

Só Randolfe Rodrigues (PSOL-PA), Roberto Requião (PMDB-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Davim (PV-RN) foram contra a proposta.

"O texto é muito pior do que o original", disse Randolfe. "A partir da sanção presidencial teremos segurança jurídica neste país", disse a ruralista Kátia Abreu (PSD-TO).

## **MT receberá projeto piloto de pecuária sustentável – Site do MAPA. 27/09/2012**

### *Iniciativa ajudará a ampliar produção com sustentabilidade*

O estado do Mato Grosso foi escolhido para receber o projeto piloto do Governo Federal de promoção da pecuária sustentável com capacitação, extensão rural e recuperação de pastagens degradadas. A iniciativa foi apresentada à Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina pelo presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), nesta quinta-feira, 27 de setembro, durante reunião em Brasília.

Com início previsto para outubro, a iniciativa objetiva dar escalar a iniciativas de pecuárias sustentáveis, com aumento da produção, redução da pressão por novos desmatamentos, recuperação de pastagens degradadas e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Para isso, foi realizado o pré-mapeamento de 11 municípios mato-grossenses, onde serão selecionadas fazendas para o desenvolvimento de unidades demonstrativas de pecuária sustentável. Nessas propriedades serão realizados treinamentos práticos, levando em consideração as peculiaridades locais. Além disso, o projeto vai promover a troca de experiência entre os pecuaristas e a negociação com o varejo para a comercialização dos produtos.

O projeto faz parte de um protocolo de intenções assinado, em maio, pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Meio Ambiente (MMA) e o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) para redução de emissão de gases de efeito estufa por meio de recuperação de pastagens degradadas. O projeto já tem recurso na ordem de 300 mil euros, da FAO e do governo holandês.

Também durante a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina, o diretor de Sanidade Animal do Conselho Nacional da Pecuária de Corte, Sebastião Guedes, apresentou uma cartilha de extensão rural com instruções para pecuarista sobre o controle de resíduos de produtos sanitários.

---

## **Insegurança florestal. Editorial – Folha de São Paulo. 27/09/2012**

O Senado aprovou, tal como veio da Câmara, a medida provisória que complementa o novo Código Florestal. Se não o fizesse, ela perderia validade no próximo dia 8.

As regras para recomposição das contenciosas áreas de preservação permanente (APPs) votadas no Congresso representam nova vitória da chamada bancada ruralista sobre o Planalto. A presidente Dilma Rousseff havia vetado o abrandamento das normas para reflorestar margens de rios decidido pelos parlamentares, mas estes reincidiram nas concessões aos proprietários de terras.

Perde o país, e muito, com o prolongamento dessa queda de braço entre Legislativo e Executivo.



Grosso modo, ela se reduz hoje à disputa por uma diferença de 5 m ou 10 m na largura das faixas mínimas de mata que agricultores e pecuaristas ficam obrigados a preservar (ou recompor), dependendo do tamanho da propriedade.

É evidente que, multiplicada por milhares de quilômetros de rios, essa discrepância resultará numa área ponderável. A prevalecer a vontade do Congresso, ela será franqueada ao desmatamento ou deixará de ser reflorestada.

Como a presidente se comprometeu, nas eleições de 2010, a barrar o que se convencionou qualificar de "anistia" a desmatadores, pode voltar a lançar mão de vetos na sanção da medida provisória.

Se optar por essa via, porém, Dilma reabrirá o vácuo legal. A fim de que o código não fique sem normas para proteger e recuperar essas matas ciliares, a presidente terá de editar nova medida provisória ou, como defendem alguns, recorrer a um decreto. Em qualquer um dos casos, deflagrará novos conflitos com o Congresso.

Na sua versão anterior, mais rigorosa, o Código Florestal nunca foi cumprido de verdade. Passou da hora de o país contar com uma legislação que seja, enfim, respeitada por todos, ainda que ao preço das excessivas concessões feitas às demandas dos ruralistas.

Perenizar a insegurança jurídica só estimula o desmatamento, que, de resto, já dá mostras de recrudescer na região amazônica.

---

### **Rumos do agronegócio brasileiro. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo. 27/09/2012**

Da porteira para dentro, a lição foi feita: a produção de grãos no Brasil subiu 178% em 20 anos com aumento da produtividade, mantendo a cobertura vegetal

Sustentabilidade é uma palavra que indica modelos de produção que se preocupam equitativamente com os temas sociais, econômicos e ambientais.

No agronegócio, a sustentabilidade é mais do que essencial, uma vez que a atividade se faz em permanente comunhão com o solo, com a água, com as plantas, com a atmosfera, a luz solar e tudo o mais que existir na natureza.

Por isso, é necessário um Código Florestal. Mas, ainda mais importante, é preciso um Código Ambiental que, além das florestas, se preocupe em estabelecer regras claras para o uso do solo e da água.

Certamente, a preocupação com a sustentabilidade desaguará em mecanismos da verificação e certificação, fatores que no futuro estarão presentes em todas as gôndolas dos supermercados, mostrando se toda a cadeia produtiva é sustentável.

A cadeia produtiva do setor agro começa na prancheta de um pesquisador científico e termina no prato do consumidor. Passa pelos insumos todos (sementes, defensivos,

fertilizantes, corretivos, máquinas e equipamentos) e pelos serviços (planejamento, crédito, seguro) -tudo "antes da porteira" das fazendas.

Em seguida, vem o "dentro da porteira", que incorpora desde o preparo do solo até a colheita. Por fim, vem o "depois da porteira", que vai da armazenagem à distribuição, passando pela industrialização, embalagem, transporte e comercialização interna ou externa.

A troca de experiências e informações sobre o agronegócio sustentável ainda acontece pouco no Brasil. E não percebemos que o coração do agronegócio é sempre a produção realizada pelos produtores rurais, a agropecuária.

Para se ter uma dimensão da importância do tema, a soma de todas as cadeias produtivas que se relacionam com o campo é o que se convencionou chamar agronegócio, que no Brasil representa 23% do PIB nacional, gera 37% dos empregos e um saldo comercial maior do que o total do país.

Todos os setores envolvidos nas cadeias produtivas vêm aperfeiçoando seus controles e sua preocupação com a sustentabilidade. O setor rural de dentro da porteira -a produção agropecuária- já fez boa parte de sua lição de casa.

Basta citar alguns dados: nos últimos 20 anos, a área plantada com grãos no país cresceu 37%, enquanto a produção aumentou 178%. O mais interessante disso tudo é que temos hoje 51 milhões de hectares plantados com grãos: se tivéssemos a mesma produtividade de 20 anos atrás, seriam necessários mais 55 milhões de hectares para colhermos a safra deste ano.

Em outras palavras, preservamos 55 milhões de hectares, e isso não é uma promessa ou um compromisso: já está feito! O mesmo se dá com a cana-de-açúcar: se tivéssemos hoje a produtividade por hectare desta gramínea de quando começou o Proálcool, seriam necessários mais 6 milhões de hectares, além dos 8 milhões hoje cultivados. Portanto, só grãos e cana "salvaram" 61 milhões de hectares de cerrados ou florestas do desmatamento.

Aliás, a cadeia produtiva da cana emite apenas 11% do CO<sub>2</sub> que a gasolina emite, de modo que a sustentabilidade deste produto ajuda a mitigar o aquecimento global.

Temos ainda 7 milhões de hectares de florestas plantadas, uma das maiores áreas florestadas do mundo. E nosso território ainda tem 61% de cobertura vegetal nativa!

Portanto, o Brasil fez significativa parte de sua lição de casa no que tange à sustentabilidade do seu agronegócio. Claro que a demanda mundial por alimentos, energia e fibras determinada pelo crescimento das populações e da renda nos levará a ocupar áreas hoje florestadas, sobretudo com cerrado. E faremos isso com a melhor tecnologia tropical do planeta, e com a mais perfeita sustentabilidade.

Basta, para isso, uma estratégia adequada, e o Brasil seguirá o líder do agronegócio sustentável.

---

## **Código Florestal pode ter novo round na Justiça. Erich Decat – Folha de São Paulo. 27/09/2012**

*Ruralistas afirmam que lacunas e trechos muito abrangentes prejudicam produtores*

Após o confronto no Congresso entre governo federal e bancada ruralista para aprovar a medida provisória (MP) que complementa o Código Florestal, a questão pode ter um novo round -desta vez, na Justiça.

"Vai ter problemas principalmente no que tange as áreas de proteção consolidadas e os princípios colocados na medida provisória. São dois pontos que vamos buscar nossos direitos na Justiça", disse o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Segundo ele, mesmo após a aprovação do novo texto do Código não ficou claro se as áreas consolidadas compreendem a zona rural, urbana ou as duas, o que pode abrir margem para penalidades aos produtores.

Em relação aos princípios, a avaliação de parte dos ruralistas é que o texto aprovado é muito abrangente e não respeita realidades regionais.

A MP traz como fundamento "a proteção e o uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa" e consagra compromisso do país com o modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

"Isso é muito subjetivo. Dá margem para qualquer tipo de interpretação sem que seja levado em conta a realidade de um território. O juiz poderá dar uma decisão que vai se basear num princípio e não na lei", afirmou Colatto.

Para o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, o texto aprovado no Congresso deve ser comemorado.

"Não acredito mais em guerra jurídica. Acredito em avanços [do Código] que devem ser aplaudidos", disse Ribeiro à Folha.

O ministro, no entanto, foi evasivo sobre quais pontos da proposta aprovada sua pasta deve sugerir para serem vetados. "Acho que o texto aprovado no Congresso é o texto da maioria mas agora o governo reserva-se o direito de analisá-lo", afirmou.

### **VETOS**

Um grupo interministerial deve se reunir nos próximos dias para apresentar sugestões de vetos à presidente Dilma e soluções para as lacunas jurídicas que surgirem.

Na avaliação do governo, as alterações aprovadas pelos congressistas flexibilizaram muitas as regras de proteção ambiental. A mudança mais importante foi no sistema de recuperação de matas destruídas em beiras de rio.

A maior possibilidade é que o governo use normas que não passam pelo Congresso Nacional para preencher esses buracos.

## **Educação ambiental e desenvolvimento Sustentável – Site da CNA. 27/09/2012**

Para comemorar o Dia da Árvore, o Sistema FAEPA/SENAR-PB realizou, entre os dias 17 a 21 de setembro, a Semana da Sustentabilidade. O evento englobou diversas ações em João Pessoa e Pedras de Fogo e teve como objetivo principal incentivar a produção agropecuária sustentável e a preservação do meio ambiente na Paraíba.

A Semana da Sustentabilidade faz parte do Programa Campo Sustentável (PROCAMPOS) lançado pelo Sistema FAEPA/SENAR-PB no ano passado com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da atividade agropecuária com sustentabilidade ambiental, social e econômica e divulgar as ações e projetos implementados pelo setor na Paraíba. “O produtor rural sabe que depende do meio ambiente para produzir. Ele tem consciência de que o equilíbrio ambiental é essencial para a produção e tem trabalhado com foco na sustentabilidade. O Procamos além de instruir também tem a missão de mostrar para toda a sociedade os exemplos de produção sustentável que temos, não só na Paraíba, mas em todo o país”, afirmou o presidente do Sistema FAEPA/SENAR-PB, Mário Borba.

A abertura das atividades da Semana, no dia 17/09, foi marcada pela instalação do Comitê de Consumo Consciente do Sistema FAEPA/SENAR-PB, que tem a missão de passar informações e dicas sobre a utilização inteligente dos recursos e disseminar ações que podem ser aplicadas no dia a dia, tanto no trabalho como em casa, para os colaboradores da instituição. “A palavra chave é atitude. A responsabilidade pela preservação é de cada um e começa com esforço individual e vigilância das nossas próprias atitudes. O objetivo do Comitê é incentivar a mudança que queremos ver em toda a sociedade aqui dentro da instituição”, afirmou o superintendente do SENAR-PB, Almiro de Sá Ferreira.

Na mesma ocasião, foram apresentados, pela Prof. Maria Camerina Maroja Limeira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os resultados do Projeto Recuperação do Rio Gramame, desenvolvido desde 2010. “A Bacia do Gramame é responsável por 70% do abastecimento de água de João Pessoa e por isso sua preservação é essencial. Além do trabalho de conscientização da população que vive em torno das nascentes e rios, é preciso políticas públicas que tornem natural esta preservação”, afirmou Maria Limeira.

### **Manejo Florestal: Alternativa econômica ecologicamente correta**

No dia 19/09, foi realizado na sede do Sistema FAEPA/SENAR-PB, o Seminário sobre Manejo Florestal Sustentável da Caatinga. O evento, que reuniu mais de 100 produtores rurais e representantes das principais instituições do setor rural do estado, teve o objetivo de apresentar o manejo florestal como alternativa econômica sustentável para as propriedades rurais. “O manejo nada mais é do que o aproveitamento da floresta, respeitando a legislação e de forma sustentável, para obtenção de renda extra. Para o meio ambiente, o retorno também é garantido, pois a técnica ajuda a recuperar áreas degradadas, aproveitar os recursos da forma correta, protegendo os biomas”, afirmou o presidente do Sistema FAEPA/SENAR-PB, Mário Borba.

O tema foi amplamente debatido com palestrantes como o chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal Brasileiro, Newton Duque Barcellos, que falou sobre o manejo florestal para produção de biomassa e as oportunidades de mercado para este

produto na Paraíba; o consultor e professor da Universidade Federal de Campina Grande, Lúcio Coutinho de Araújo, que passou orientações para elaboração de um projeto de manejo florestal e a importância de acompanhamento técnico, e o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Campello, que falou sobre o manejo como instrumento de combate à desertificação e alternativa de desenvolvimento local, apresentando iniciativas sustentáveis já existentes na Paraíba e outros estados do Nordeste.

De acordo com o diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro/MMA, Antônio Carlos Hummel, também presente no evento, o grande desafio dos produtores é usar a floresta de modo sustentável. “Não existe manejo sem capacitação. O segredo é aprender a dar uso à floresta, preservando o meio ambiente e simultaneamente, obtendo uma complementação de renda para a propriedade”, afirmou Hummel.

Na parte da tarde, os participantes receberam informações sobre as linhas de crédito disponíveis para apoio a programas como Agricultura de Baixo Carbono (ABC), FNE Rural e Pronaf. Para apresentar as opções de crédito ao produtor rural foram convidados o representante da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wilson Vaz de Araújo, que apresentou as linhas e condições de financiamento para o Programa ABC e o gerente executivo do Pronaf, Crédito Fundiário e Mini e Pequenos Produtores Rurais do BNB na Paraíba, Sílvio Marcos Carvalho, que apresentou a estratégia do Banco do Nordeste na organização de APL's e na sustentabilidade de empreendimentos. O técnico da Embrapa Semiárido e coordenador regional do **Projeto Biomass – Caatinga**, Lúcio Alberto Pereira, apresentou o Projeto Biomass Caatinga, executado pela Embrapa, juntamente com a CNA.

### **Plantando respeito pela natureza**

No dia 20/09, a equipe do Sistema FAEPA/SENAR-PB foi a Pedras de Fogo, para a realização da palestra “Educação Ambiental e Consumo Consciente” nas Escolas Municipais Dulcineide N. de Medeiros, na zona urbana, e Antonio César de Carvalho, na zona rural. O evento, que envolveu cerca de 200 crianças, teve como objetivo principal conscientizar as gerações futuras da importância da preservação da bacia do Rio Gramame, importante fonte de abastecimento de água na Paraíba, e mostrar como cada um pode contribuir para proteger o meio ambiente.

As palestras foram ministradas pela equipe do SENAR-PB e também pela pedagoga Silvana Pequeno da Silva, que levou até às escolas a personagem “Dona Flor”, que passou para as crianças, de forma lúdica e divertida, dicas para economizar água e energia, reciclar materiais e preservar a natureza, além de instruções de como cada um deveria plantar e cuidar das suas futuras árvores. “Assim como cada criança plantou uma muda na nascente, eu espero ter plantando uma sementinha de respeito e amor em cada uma delas”, disse Silvana.

Além das palestras, o evento, organizado em parceria com o Projeto de Recuperação de Nascentes do Rio Gramame da UFPB e a Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, também contou com o plantio de aproximadamente 80 mudas de diferentes espécies de árvores nas nascentes Cacimba da Rosa e Nova Aurora.

De acordo com o superintendente do SENAR-PB, Almiro de Sá Ferreira, é preciso preparar as gerações futuras para a nova realidade que o mundo está vivendo. “As crianças precisam estar preparadas para este novo mundo, onde será necessário produzir cada vez mais para alimentar a população que cresce descontroladamente, respeitando sempre o meio ambiente e preservando os recursos naturais do planeta”, afirmou.

### **Distribuindo o verde**

O encerramento da Semana da Sustentabilidade aconteceu no dia 21/09, às margens da Lagoa, em João Pessoa, com a entrega gratuita de cerca de 800 mudas de árvores nativas da região. Durante toda a manhã, a equipe do Sistema FAEPA/SENAR-PB distribuiu mudas e informação para a população que passava pelo Parque Sólon de Lucena.

“Esta ação é muito gratificante, pois além de distribuir árvores e conhecimento, temos a oportunidade de conversar com as pessoas e saber que, independente do motivo e da espécie da árvore, todas elas querem ajudar a construir um futuro mais verde”, afirmou a assessora da Presidência do Sistema FAEPA/SENAR-PB, Eudete Petelinkar.

### **CNA BRASIL RURAL**

A Semana da Sustentabilidade, promovido pelo Sistema FAEPA/SENAR-PB, foi tema do Programa de Rádio do Sistema CNA/SENAR. Nesta edição, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, Mário Borba, conta que o produtor rural é o maior interessado em preservar o meio ambiente.

---

### **Meio ambiente e agricultura no novo Código Florestal. Antonio de Azevedo Sodré – Valor Econômico. 27/09/2012**

A sanção presidencial do novo texto do Código Florestal será decisiva para as duas grandes vertentes do tema da reforma: a importância de se proteger o meio ambiente e a necessidade de assegurar uma crescente produção de alimentos e, assim, garantir a sobrevivência de nossos filhos, netos, bisnetos e seus filhos.

O Brasil tem 61% do seu território ocupado por vegetação nativa, em sua maioria densas florestas, e adota práticas modernas no trato da terra, tais como agricultura de precisão, plantio direto, uso de sementes selecionadas e agricultura de baixo carbono. A maioria dos produtores rurais preserva solo, água e vegetação nativa. A agricultura como atividade econômica tem apresentado números expressivos tanto de aumento físico da produção como de aumento da produtividade.

Líder em produtividade agrícola de diversos produtos, o Brasil apresenta índices de crescimento acima da média mundial, segundo estudos recentes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Enquanto países desenvolvidos, como França, Inglaterra e Estados Unidos, crescem abaixo da média histórica de 1,48% ao ano, verificada no período que compreende os anos de 1961 e 2007, o crescimento anual da produtividade do Brasil é de 3,6% ao ano, comparativamente aos 2,6% da América Latina, 0,86% dos países desenvolvidos e 1,98% para o conjunto de países em desenvolvimento.

Com desempenho tão exuberante, a agropecuária ocupa uma pequena parcela do território brasileiro (27,7%). Por outro lado, a maior parte do território nacional é coberta por vegetação nativa (61%).

*Controvérsias não foram totalmente solucionadas, mas deve-se reconhecer que houve grandes avanços*

Então, qual a razão das divergências surgidas durante a discussão do novo Código Florestal? Basicamente, de um lado a defesa intransigente da legislação anterior que o tempo mostrou ser ineficaz e inaplicável; de outro, a busca para adequar a legislação à realidade de forma a torná-la eficaz e dar início a um novo ciclo de proteção da vegetação nativa.

Do ponto de vista da produção de alimentos, os grandes avanços do texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal podem ser sintetizados da seguinte forma: houve uma adequação das restrições de uso sobre as pequenas propriedades possibilitando a sua continuidade; foi reconhecida a necessidade de se ressarcir o produtor rural pelo não uso da terra muito embora não se tenha definido como fazer; foi reconhecido o princípio jurídico da inter-temporalidade das leis e, como consequência, não há obrigatoriedade de recomposição e ou instituição da Reserva Legal quando a supressão da vegetação nativa ocorreu respeitando a legislação vigente na ocasião; foi admitida a inclusão das áreas de proteção permanente (APPs) no cálculo da Reserva Legal que pode ser instituída no mesmo bioma independentemente de bacia, com utilização de espécies exóticas (até 50% da área) e em alguns casos frutíferas; ocorreu a suspensão dos termos de ajuste de conduta - (TACs, implicitamente) e das multas (explicitamente), com prazo para os produtores se ajustarem à nova realidade.

Do ponto de vista ambiental, os grandes avanços são a implantação de uma legislação florestal viável, que concilia proteção com produção; a criação de um cadastro ambiental rural (CAR), que permitirá o controle efetivo com monitoramento via satélite; um programa de regularização ambiental (PRA), que incentiva a preservação; a concessão de um prazo factível para que as recuperações ocorram; o reconhecimento de que a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente como prevê a Constituição Federal; foram introduzidas definições legais que deverão reduzir os questionamentos e dando mais segurança jurídica aos operadores do Direito Florestal; em síntese, foi conquistada a promulgação da mais avançada lei de proteção das florestas em todo o mundo.

O que se espera para o futuro é que os produtores passem a regularizar suas propriedades com base na nova lei, usando como instrumento tanto o CAR como o PRA. Para isso, Estados e município deverão se aparelhar. Entretanto, em primeiro lugar, o governo terá que conquistar a confiança dos produtores rurais, pois sem isto não teremos nem CAR nem PRA.

Alguns questionamentos legais são esperados. No texto aprovado, as restrições ao uso da propriedade não são meras limitações administrativas, mas avançam sacrificando direitos. Em nosso entender, ao exigir plantio e a conservação, atos que obrigam desembolso de recursos, as limitações do uso da propriedade caracterizam desapropriação indireta, exigindo indenização. Isso poderia ter sido evitado com a inclusão da sugestão apresentada por um representante da BM&F Bovespa de criação

das Certificado de Cotas de Reserva Ambiental (CCRAs), pois a sugestão contém uma solução inteligente. Se adotada, fará com que os produtores - que conservam APPs e Reservas Legais - passem a receber pelos serviços ambientais por meio de um mecanismo de mercado, sem onerar o Tesouro Nacional.

São também esperados questionamentos quanto ao alegado desrespeito do princípio da irretroatividade das leis ambientais. Nestes e mesmo em outros aspectos, as controvérsias não foram totalmente solucionadas, mas devemos reconhecer que foram conseguidos grandes avanços, fruto de muito trabalho e de concessões mútuas. O maior dos avanços foi ambiental, tendo em vista que antes da nova lei não era possível proteger porque a proteção era, na prática, inviável. Agora temos uma lei que pode ser aplicada. Este é o bem de maior valia, obtido entre tantas divergências e democraticamente, ora por consenso ora no voto, neste último com ampla maioria. O Congresso aprovou um texto de consenso (PL 21/2012), fruto de longas discussões e concessões de parte a parte. O texto aprovado, e que representa o melhor ponto de equilíbrio alcançado, passa à sanção presidencial.

Vetar ou não é uma prerrogativa presidencial. Mas, para assegurar a paz no campo, é importante manter o que foi acordado por unanimidade entre os congressistas. Houve uma construção exitosa do texto, o melhor possível para se colocar a produção de alimentos e a preservação ambiental na rota de convergência.

Está mais do que na hora de concluir este ciclo democrático de discussões e dar início às etapas seguintes de regulamentação do novo Código Florestal verdadeiramente capaz de enfrentar os atuais desafios de produzir alimentos preservando o meio ambiente.

---

### **Aprovação do Código Florestal acabará com a insegurança jurídica no campo, diz Mendes – Site do MAPA. 28/09/2012**

*Após aprovação do MP pelo Senado, texto segue para análise do Executivo*

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, elogiou a aprovação da Medida Provisória (MP) do Código Florestal, nesta semana, pelo Senado Federal. De acordo com o ministro, o Governo fará um debate coletivo sobre o novo texto e que a maioria tomará uma decisão que terá seu apoio.

“O texto aprovado no Congresso é o texto da maioria, mas agora o Governo reserva-se no direito de analisá-lo”, destaca o ministro. Para ele, a aprovação do Código Florestal é importante para acabar com a insegurança jurídica no campo.

O texto aprovado pelo Senado foi o parecer da comissão mista que analisou a matéria por quase 80 dias. Agora, a MP segue para apreciação da presidenta Dilma Rousseff. “Vamos continuar trabalhando para ter o Código Florestal brasileiro, depois de 20 anos, como uma realidade que o Brasil tanto perseguiu”, ressalta o ministro.

---



## **Terra indígena é peça-chave de licenciamento, mostra estudo. André Borges – Valor Econômico. 28/9/2012**

O avanço de obras de transporte e de energia nas regiões Norte e Centro-Oeste do país transformou o chamado "componente indígena" em peça chave do processo de licenciamento ambiental. Essa influência progressiva, que tem determinado a viabilidade, o custo e, principalmente, o prazo de grandes projetos de logística e de expansão hidrelétrica do país, foi captada por um levantamento inédito encomendado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O estudo, ao qual o **Valor** teve acesso, reuniu dados sobre terras indígenas disponibilizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e confrontou essas informações com um grande conjunto de obras de transporte e de geração de energia que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

O cruzamento dos dados revela que, de um total de 82 obras de transporte previstas para estradas e hidrovias entre 2011 e 2014, ao menos 43 afetam uma ou mais terra indígena, direta ou indiretamente, seja seu território ou sua população. Em termos práticos, isso significa que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), órgão responsável pelas obras federais, tem que elaborar um plano básico ambiental (PBA) sobre o componente indígena para cada empreendimento que pretenda licitar. No Amazonas está concentrado o maior número de projetos com interferência indígena. De 37 obras previstas para o Estado - a maior parte em hidrovias - 24 cruzam comunidades de índios. No Pará, a lista de dez empreendimentos tem sete obras nessa mesma situação. No Mato Grosso, três projetos de rodovias - de um total de nove obras planejadas - passam pelo caminho das aldeias.

### **Usinas que impactam comuni** Hidrelétricas estão próximas de algumas da estrada



Procurado pelo **Valor**, o Dnit informou que, atualmente, tem sete PBAs indígenas em execução. Outros nove estudos, de acordo com um balanço da autarquia realizado até maio, estariam no cronograma. A Funai não respondeu ao pedido de entrevista.

Segundo o consultor Ricardo Verdum, responsável pelo levantamento do Inesc, a pavimentação da BR-319, que liga a cidades de Manaus (AM) e Porto Velho (RO) está entre as obras mais problemáticas. "Além de afetar áreas habitadas por povos indígenas, essa obra vai conectar o chamado arco do desmatamento com a Amazônia Central, a área de floresta contínua mais preservada na Amazônia brasileira", diz.

A relação com os índios também tende a ficar mais complicada conforme empreendimentos hidrelétricos avancem pela Amazônia. Os dados do Plano Decenal de Energia, estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que apresenta um

cronograma do setor para os próximos dez anos, apontam que a expansão da oferta de energia elétrica vai se apoiar na construção de 34 usinas até 2021. Dessas, pelo menos oito teriam algum tipo de impacto em comunidade indígena, segundo informações detalhadas no relatório do Inesc. Apesar do número menor de usinas em relação ao total de empreendimentos, o fato é que essas oito usinas, quando somadas, representam 74% de toda a produção de energia que sairá das turbinas dos 34 empreendimentos. Dos 42.040 megawatts (MW) de potência adicional de energia hidrelétrica prevista para os próximos dez anos, 31.282 MW terão que passar, necessariamente, pelo filtro do componente indígena.

As primeiras experiências já começaram. Das 15 hidrelétricas que já estão em fase de implantação e que têm previsão de entrar em operação até 2016, duas já não são alvo de polêmicas indígenas: Jirau e Santo Antônio, erguidas no rio Madeira, em Porto Velho (RO). A situação não é a mesma, porém, no dia a dia enfrentado pelos empreendedores de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará, e de Teles Pires, em andamento nas margens do rio de mesmo nome, entre o Mato Grosso e o Pará. Depois de um ano de início de suas obras, essas duas usinas ainda são alvos constantes de desentendimentos sobre ações compensatórias e impacto a comunidades.

O cenário tende a ficar ainda mais complexo quando observada a segunda fase de projetos, que envolve a operação de 19 hidrelétricas entre os anos de 2017 e 2021. Quatro desses empreendimentos - as usinas de São Manoel, São Luiz do Tapajós, Jatobá e Marabá - estão em áreas que, segundo o relatório, impactam comunidades indígenas.

Hoje, por lei, é proibido erguer barragens em casos onde haja supressão direta de território indígena. Quando uma aldeia está numa área de influência indireta, entram em cena as ações compensatórias para mitigar os danos. Por conta de dificuldades com o licenciamento ambiental, a EPE retirou, pela segunda vez, o projeto de São Manoel do leilão para contratação de energia marcado para 14 de dezembro. As regras do setor de energia exigem que só empreendimentos que tenham licença ambiental prévia concedida pelo Ibama podem ser objeto de leilões de concessão.

Nesta semana, foi a vez de o Ministério Público Federal (MPF) pedir à Justiça Federal de Santarém que suspenda o licenciamento da usina de São Luiz do Tapajós. O licenciamento, segundo o MPF, é irregular porque foi iniciado sem a consulta prévia aos povos indígenas e ribeirinhos afetados pela obra e sem as avaliações ambientais obrigatórias. Poucos quilômetros acima de São Luiz, está prevista a construção da barragem de Jatobá.

O governo mantém uma agenda de discussão interministerial para elaborar novas regras sobre o licenciamento de empreendimentos de infraestrutura afetados pelo componente indígena. Não há, porém, uma previsão sobre quando o assunto será objeto de debate público.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,  
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,  
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Karina Kato,  
Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: [www.ufrj.br/cpda/oppa](http://www.ufrj.br/cpda/oppa)